

UNIVERSIDADE DO ALGARVE  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Departamento de História, Arqueologia e Património  
Mestrado em História da Arte Portuguesa

**O Convento de Nossa Senhora da Assunção: (des)construção da memória**

(Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em História da Arte)

Dália Paulo



Volume I - Texto

FARO  
2007

Universidade do Algarve  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Departamento de História, Arqueologia e Património  
Mestrado em História da Arte Portuguesa

**O Convento de Nossa Senhora da Assunção: (des)construção da memória**

(Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em História da Arte)

**Dália Paulo**

Volume I - Texto

FARO  
2007

NOME: Dália Paulo

DEPARTAMENTO: História, Arqueologia e Património

ORIENTADOR: Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia

CO-ORIENTADOR: Prof. Doutor Francisco Lameira

DATA: Julho de 2007

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: O Convento de Nossa Senhora da Assunção:  
(des)construção da memória

JURÍ:

**Presidente:** Doutora **Renata Klautau Malcher de Araújo**, Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve;

**Vogais:** Doutor **José Eduardo Capa Horta Correia**, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve;

Doutora **Maria Raquel Henriques da Silva**, Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor **Francisco Ildefonso da Claudina Lameira**, Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

## **Abreviaturas utilizadas**

A.N.T.T – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

A.D.F. – Arquivo Distrital de Faro

B.M.L. – Biblioteca Municipal de Lisboa

B.M.F. – Biblioteca Municipal de Faro

C.M.F. – Câmara Municipal de Faro

D.G.E.M.N. – Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

G.A.T. – Gabinete de Apoio Técnico

I.P.P.A.R. – Instituto Português do Património Arquitectónico

I.P.M. – Instituto Português de Museus

## **RESUMO**

Pretende-se com este trabalho aprofundar o conhecimento sobre o antigo Convento de Nossa Senhora da Assunção, erigido nas primeiras décadas do século XVI na cidade de Faro e, baseado nessa análise, contribuir para a elaboração de uma proposta de requalificação e ampliação do museu aí instalado.

O estudo foi dividido em duas partes: a primeira centra-se nas questões da Regra de Santa Clara, enquanto definidora de regras passíveis de serem traduzidas na arquitectura; da encomenda; do patrocínio; das várias fases de construção; da caracterização formal dos vários espaços conventuais e da vida em comunidade.

A segunda parte é dedicada à questão da adaptação do antigo edifício conventual à função museológica. Aqui analisam-se os vários olhares que sobre esta questão se debruçaram; desde a primeira adaptação, datada da década de 60, a cargo da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, passando pela solução prática de Pinheiro e Rosa, de 1981, pelo Concurso Público Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro, de 2000, até à proposta de 2006.

**Palavras-chave:** Faro, Convento Nossa Senhora da Assunção, Museu Municipal de Faro.

## **ABSTRACT**

With this assignment one intends to deepen the knowledge on the old Convent of Our Lady of the Assumption, which was erected in the first decades of the fourteenth century in the city of Faro; and, based on this analysis, to contribute for the elaboration of a proposal for the qualification and enlargement of the museum installed there.

The study has been divided in two parts: the first one focusing on several elements, such as the *Regra de Santa Clara* (Saint Claire's Rule), as definer of the rules that may be translated not only in the architecture but also in the commissioning; the patronage; the different phases of construction; the formal characterization of the various conventual spaces and the community's way of life.

The second part is dedicated to the adaptation of the old convent to a museum. Here, one analyses the different perspectives that have reflected on this issue; from the first adaptation in the sixth decade of the twentieth century, under the responsibility of *Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, going through the practical solution by Pinheiro e Rosa in 1981, and the *Concurso Público Internacional para Remodulação e Ampliação do Museu de Faro* in 2000, up to the proposal in 2006.

Key-words: Faro, Convent of Our Lady of the Assumption, Faro Municipal Museum.

## **Agradecimentos**

Apesar de ser um trabalho por natureza solitário, este não teria sido possível sem o apoio de várias pessoas às quais queremos manifestar aqui o nosso apreço.

Em primeiro lugar ao nosso orientador, Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia, pelo seu incentivo, pelas suas sugestões e pela leitura atenta e crítica das primeiras versões deste trabalho. Ao nosso co-orientador Prof. Doutor Francisco Lameira, ao qual devemos a nossa aprendizagem contínua ao longo dos anos que nos dirigiu, nos nossos primeiros passos profissionais, vindo a ser, também, nosso orientador académico, a ele um sincero muito obrigada por tudo o que aprendemos (e continuaremos a aprender) e pela amizade.

Ao Dr. Luís Oliveira e Dr. Francisco Teixeira, docentes da Universidade do Algarve, pela ajuda na leitura das lápides e na definição dos espaços conventuais.

À Câmara Municipal de Faro, na pessoa da anterior Vice-Presidente, Dr.<sup>a</sup> Helena Louro, por nos autorizou o acesso à informação para a elaboração deste trabalho e pelo incentivo. Ao Sr. Luís Trincheiras que, com a sua sabedoria e experiência, nos ajudou na elaboração das plantas síntese deste trabalho. À Dr.<sup>a</sup> Salomé Horta e à Dr.<sup>a</sup> Margarida Telmo, da Biblioteca Municipal que, com o seu profissionalismo, nos permitiram o acesso à documentação mais antiga e a consulta de inúmeros livros através do empréstimo inter-bibliotecas. Ao Sr. Rosélio da Secção de Património, que nos disponibilizou várias informações sobre questões de posses patrimoniais. Ao Jorge Manhita pela preciosa ajuda e colaboração na informática. À Arqt.<sup>a</sup> Patrícia Malobbia, que conosco trabalhou na materialização da proposta de 2006 e pela troca de ideias.

Por fim à amizade e ao incentivo da Teresa Valente e à paciência, incentivo e carinho da minha família, em especial do Nuno e da Constança, pelos momentos que não passei com eles.

A todos um Muito Obrigada.

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
ESTADO DA ARTE – O EDIFÍCIO .....	6
ESTADO DA ARTE – O MUSEU.....	9
<b>ENQUADRAMENTO URBANO .....</b>	<b>14</b>
A) FARO NO SÉCULO XVI.....	14
B) A VILA-ADENTRO .....	21
C) O SÍTIO DO CASTELO, DENTRO DE MUROS.....	24
<b>I PARTE – O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ASSUMPTÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>1. A ORDEM DE SANTA CLARA E OS TEXTOS REGULADORES .....</b>	<b>29</b>
<b>2. A ENCOMENDA E O PATROCÍNIO .....</b>	<b>35</b>
2.1 A CASA DA RAINHA E A FUNDAÇÃO DO CONVENTO .....	35
2.1.1 <i>D. Leonor de Lencastre (1458-1525)</i> .....	36
2.1.2 <i>D. Leonor d'Áustria (1498-1558)</i> .....	38
2.1.3 <i>D. Catarina d'Áustria (1507-1578)</i> .....	39
2.2 O PATROCÍNIO RÉGIO .....	40
2.3 OS INSTITUIDORES PARTICULARES .....	43
<b>3. AS FASES DE CONSTRUÇÃO E OS ARQUITECTOS.....</b>	<b>46</b>
3.1 1.ª FASE – 1519-1525.....	46
3.2 2.ª FASE – 1529-1550.....	49
3.2.1 <i>Afonso Pires</i> .....	54
3.2.2 <i>Gaspar de Torres</i> .....	56
3.3 3.ª FASE - 1552-1564 .....	57
3.4 AS RECONSTRUÇÕES .....	60
3.4.1 <i>Século XVII</i> .....	60
3.4.2 <i>Século XVIII</i> .....	61
<b>4. CARACTERIZAÇÃO FORMAL .....</b>	<b>66</b>
4.1 A IGREJA .....	66
4.1.1 <i>O portal e o alpendre</i> .....	69
4.1.2 <i>Os coros</i> .....	72
4.2 O CLAUSTRO .....	73
4.3 A SALA DO CAPÍTULO .....	79
4.4 A ESCOLA DE NOVIÇAS .....	80
4.5 AS OFICINAS E AS CASAS DE LAVORES.....	81
4.6 O REFEITÓRIO E A COZINHA .....	82
4.7 A PORTARIA .....	82
4.8 O DORMITÓRIO DAS NOVIÇAS, A ENFERMARIA E A SALA DE ISOLAMENTO .....	84
4.9 O DORMITÓRIO PRINCIPAL.....	86
4.10 OUTRAS DEPENDÊNCIAS .....	87
4.11 A CERCA .....	88
<b>5. A VIDA NO CONVENTO .....</b>	<b>92</b>
5.1 ROTINAS E HIERARQUIAS DE UMA VIDA EM CLAUSURA .....	92
5.2 A COMUNIDADE E A SUA ORIGEM SOCIAL.....	97
5.3 AS POSSESSÕES NO EXTERIOR .....	99
5.4 O FIM DAS REGRAS .....	99
<b>6. A DESSACRALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO – DE “FÁBRICA DAS ALMAS” A FÁBRICA DA CORTIÇA .....</b>	<b>109</b>
<b>II – DE CASA RELIGIOSA E INDUSTRIAL A CASA DE CULTURA .....</b>	<b>117</b>
<b>1. DO SONHO À REALIDADE (1915-1960).....</b>	<b>119</b>
<b>2. AS OBRAS DE ADAPTAÇÃO A MUSEU A CARGO DA DGEMN.....</b>	<b>123</b>

2.1 O PROJECTO/ PROGRAMA (1960 E 1964).....	123
2.1.1 <i>As obras e a evolução da transferência do espólio (1969-1981)</i> .....	128
2.2 O PROGRAMA DE PINHEIRO E ROSA (1981).....	133
<b>3. PROJECTOS DE REESTRUTURAÇÃO DO MUSEU ARQUEOLÓGICO MUNICIPAL (1988-1996) .....</b>	<b>137</b>
<b>4. PROJECTO DE REESTRUTURAÇÃO DOS MUSEUS MUNICIPAIS (1999-2002) .....</b>	<b>144</b>
4.1 CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MUSEU DE FARO (2000).....	146
4.1.1 <i>Proposta de João Luís Carrilho da Graça Arquitectos</i> .....	147
4.1.2 <i>Proposta de Gonçalo Byrne Arquitectos Limitada</i> .....	150
4.1.3 <i>Proposta de Santa Rita Arquitectos Limitada</i> .....	152
4.1.4 <i>Proposta de Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro Arquitectos Lda</i> .....	153
4.1.5 <i>Proposta de José Gigante Arquitecto</i> .....	156
4.1.6 <i>Ricardo Hartmann &amp; Cristina Szilard Hartmann Arquitectos, Limitada e Isabel Aires e José Cid</i> .....	158
4.1.7 <i>Os vários projectos – permanências e diversidades</i> .....	159
<b>5. NOVA PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO (2006).....</b>	<b>163</b>
5.1 ESPAÇOS DO CONVENTO A VALORIZAR .....	169
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>172</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>181</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>183</b>
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	183
BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA CONVENTO.....	196
BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA 2.ª PARTE TRABALHO .....	197

## Introdução

*Passo por estes rostos como se os conhecesse,  
de há muito; ou são eles que me conhecem? Separam-nos  
a pedra, o tempo, o movimento das coisas que alterou  
a essência do presente. Mas ouço ainda a voz que ecoa  
nas abóbadas por descobrir, acompanhando um relevo  
de obscuras imprecisões<sup>1</sup>.*

O desafio para iniciar este *inquérito* surge na sequência da nossa responsabilidade profissional no Museu Municipal de Faro, instalado no antigo Convento de Nossa Senhora da Assunção. Desde 1998 que trabalhamos diariamente neste magnífico edifício e, entre 1999 e 2001, integrámos uma equipa multidisciplinar que propôs uma nova intervenção de valorização patrimonial; em 2002 assumimos a direcção do museu.

Estas funções impunham um profundo conhecimento do objecto, levando-nos a iniciar este projecto que consiste em conciliar o saber de duas ciências – história da arte e museologia – com os objectivos de utilizar este estudo como instrumento para: a refuncionalização do convento; contribuir para uma melhor fruição do edifício e propor uma metodologia de intervenção baseada num plano coerente de conciliação entre o antigo convento e o actual museu.

Interessa olhar para ambos - edifício e museu - e perceber que antes de se tocarem e de se ligarem fisicamente têm pontos em comum. Em 1548, antes de entrar em clausura, o edifício é aberto à população que o pode visitar e admirar; podemos dizer que é a primeira visita orientada de muitas que quatrocentos e cinquenta anos depois se fazem a este edifício. Os conventos serviam também para valorizar um lugar e como equipamentos fundamentais na malha urbana. Hoje, o convento convertido em museu pretende servir de motor para a requalificação urbana e para a dignificação da cidade.

---

<sup>1</sup> Poema de Nuno Júdice. BELO, Duarte e JÚDICE, Nuno, *Geografia do Caos*, Lisboa: Assírio & Alvim, Faro, Capital Nacional da Cultura 2005 e Universidade do Algarve, 2005, p. 9.

Por outro lado, se nos detivermos na etimologia latina da palavra *conventu*, que significa reunião, o museu também é um lugar de reunião de ideias, de objectos e de pessoas.

A escolha do título desta dissertação tenta abarcar estes dois aspectos, se, por um lado, estamos a desconstruir a memória pela leitura que iremos fazer do edificado e da sua história, por outro novas memórias são construídas, através da proposta de intervenção no edifício e da sua readaptação à função museológica.

Estrutturamos este trabalho em duas parte distintas a primeira dedicada à abordagem ao edifício e à sua história e a segunda à adaptação a museu.

Iniciámos o trabalho com a realização de um breve enquadramento urbano, com vista a uma melhor definição do seu impacto urbanístico, dando especial atenção à zona intra-muros, área onde o convento se veio a implantar.

O primeiro capítulo começa pela apresentação da Regra de Santa Clara. Analisa-se este texto e as Constituições de Santa Colecta naquilo que estes condicionam a arquitectura. Passa-se para a questão da encomenda e do patrocínio, onde se refere a questão de Faro pertencer à Casa da Rainha. Destacam-se três Rainhas: D. Leonor de Lencastre, D. Leonor d'Áustria e D. Catarina d'Áustria, estando todas, de alguma forma, relacionadas com a construção do convento ou com a sua história.

O patrocínio régio foi a principal fonte de rendimentos ao longo dos três séculos de vida do convento. Existem vários documentos que mostram os sucessivos donativos e privilégios que as Rainhas lhes iam concedendo.

No terceiro capítulo analisam-se as várias fases de construção do edifício, que estruturámos em três fases distintas. Uma primeira etapa entre 1518-19 e 1525-26, associada à Rainha D. Leonor, irmã de D. Manuel. Um interregno de alguns anos e o início de uma nova fase, que se desenvolve entre 1529 e 1550, marcada pela figura de

Afonso Pires e na fase final de Gaspar de Torres. A última campanha decorre entre 1552 e 1564 e será dirigida, pelo menos a partir da década de 60, por Diogo Pires.

As reconstruções que o edifício foi alvo também serão objecto de estudo. Destacaremos três, a primeira, que ocorre após a invasão inglesa da cidade, em 1596; a segunda no início do século XVIII e a terceira após o terramoto de 1 de Novembro de 1755.

O quarto capítulo é dedicado à caracterização formal dos vários compartimentos identificados: a igreja, os coros, o claustro, a sala do capítulo, o refeitório e a cozinha, a portaria, os dormitórios, a enfermaria e a sala de isolamento, o oratório, a escola de noviças, as oficinas e as casas de labores.

O quinto capítulo centra-se na vida do convento. Abordam-se as rotinas diárias, as hierarquias e a origem social das senhoras que ingressavam na clausura.

No sexto capítulo analisa-se a questão da extinção das ordens religiosas e o desmembramento do conjunto; a venda em hasta pública em duas fases: uma primeira antes de 1840, referente a uma parte da cerca e uma segunda, em 1844, para o edifício conventual, sendo este adaptado a fábrica de cortiça. O espaço funciona como unidade fabril durante um século. Em 1960 a autarquia farensê adquire o edifício para aí instalar o Museu, posteriormente viria a albergar também a Biblioteca.

A segunda parte deste trabalho é dedicada ao estudo de reconversão do imóvel às novas funções museológicas. Assim, estudam-se as obras de adaptação a museu a cargo da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais; o projecto de 1964 da autoria de Gonçalo Lyster Franco; a concretização das obras de 1969 a 1981 e o programa de Pinheiro e Rosa de 1981. O segundo capítulo, desta parte, é dedicado ao projecto de reestruturação do Museu Arqueológico Municipal, de 1988 a 1995. O terceiro capítulo debruça-se sobre o Projecto de Reestruturação dos Museus Municipais, de 1999 a 2002,

analisando as várias propostas apresentadas ao Concurso Público Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro, de 2000.

A última parte deste trabalho tem uma lógica eminentemente prática, pretendendo-se, através do estudo realizado ao longo deste *inquérito*, contribuir com uma nova proposta de valorização do monumento e de qualificação do museu. Para finalizar apresenta-se uma proposta de valorização do edifício no percurso de visita do museu e a sua relação com a adequação às necessidades desta “nova” função.

### **Estado da Arte – o edifício**

O edifício objecto do nosso “inquérito” foi pela primeira vez estudado, ou melhor alvo de uma tentativa de compilação de dados, por Frei Fernando da Soledade, Ministro Provincial da Província de Portugal, em 1737, na sua *História Seráfica Chronológica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*. Este autor refere, sobre o convento de Nossa Senhora da Assunção de Faro, que deixa esta tarefa a quem escrever sobre a Província dos Algarves. Foi Frei Jerónimo de Belém, Ministro Provincial da Província dos Algarves que, em 1758, na *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observância de Nosso Seráfico Padre S. Francisco*, reúne uma série de informação que servirá de base a todos os estudos realizados sobre o convento. Isto vai ao encontro do que o autor pretendia *e podem faltar os documentos precisos para quando forem necessarios , aqui deixamos de tudo huma breve noticia , que poderá servir a seu tempo*<sup>2</sup>.

No final do século XIX Albrecht Haupt, na sua obra *A Architectura do Renascimento em Portugal*, faz o desenho do claustro de Faro em 22.9.1889. Sobre o

---

<sup>2</sup> BELEM, Frei Jerónimo, *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observancia do nosso seráfico padre S. Francisco*, parte IV, Lisboa: Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1758, p. 366.

claustro identifica a sua semelhança com o da Penha Longa, em Sintra, apesar de o filiar na arquitectura de Coimbra por volta de 1540<sup>3</sup>. Pode considerar-se o primeiro investigador que, sobre este tema, realiza um estudo no âmbito da História da Arquitectura.

Sousa Viterbo, no *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos Engenheiros e Construtores Portugueses ao serviço de Portugal*, lista três pessoas relacionadas com a edificação do convento: Afonso Pires, mestre de obras; António Gomes, pedreiro que leva o *debuxo* e as informações da obra à Rainha D. Catarina e Diogo Pires, mestre pedreiro responsável pelas obras da Rainha D. Catarina em Faro, no ano de 1561<sup>4</sup>.

Este autor interroga-se se as obras do convento se prolongariam até 1561. Do estudo efectuado podemos afirmar que a última fase de construção do convento termina em 1564.

O primeiro estudo centrado no edifício deve-se a Pinheiro e Rosa, datado de 1978. Este autor começa por dizer que no lugar onde se veio implantar o convento existiam *algumas casinhas e quintais, algum pedaço de cerca pertencente ao Castelo e, certamente, qualquer torre, de serventia que ignoramos, mas cuja presença está lá marcada por uma porta ogival no rés-do-chão e por outra do mesmo gosto no 1.º andar, dando acesso à escada de caracol, também anterior ao edifício actual*<sup>5</sup>. O investigador continua elencando vários nomes de arquitectos<sup>6</sup>, como possíveis responsáveis pela obra.

---

<sup>3</sup> A questão do claustro será desenvolvida no capítulo 4.2 deste trabalho.

<sup>4</sup> A.N.T.T. Receita e Despesa da Casa de D. Catarina (1539-43) Núcleo Antigo – Livro 792, fl. 181v, A.N.T.T. Receita e Despesa da Casa de D. Catarina (1539-43) Núcleo Antigo – Livro 792, fl. 193 e VITERBO, Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos Engenheiros e Construtores Portugueses ao serviço de Portugal*, 1899-1922, p. 285 e 297.

<sup>5</sup> ROSA, José António Pinheiro e, “O mais representativo monumento da cidade de Faro”, Separata dos *Anais do Município de Faro*, 1978, p. 7.

<sup>6</sup> João de Castilho, Francisco e Diogo de Arruda, Boitaca, Pero e Filipe Anriques, Marcos Pires e André Pires.

Indica, de seguida, o ano de 1527 para o reinício das obras. Devemos referir que D. Catarina só se torna donatária da vila de Faro em Janeiro de 1529, pelo que não é provável que as obras tenham recomeçado antes desta data.

Passa para a descrição dos espaços e do pórtico da igreja. Refere que o camaroeiro, divisa de D. Leonor, mulher de D. João II, se reporta às freiras da Madre de Deus ou à *gratidão régia pelas rendas que as rainhas recebiam da pesca do Algarve*.

O autor segue Haupt e afirma que o claustro é do tipo Coimbrão de 1540, do Carmo e de São Tomás. Menciona, também, o da Penha Longa de Sintra e o de Montemor-o-Novo. Este último insere-se na tipologia do claustro de Faro apesar de se tratar de uma obra já tardia, provavelmente da década de 80, do século XVI.

Ainda sobre o claustro aceita a possibilidade de a autoria ser de Afonso Pires. Faz também referência a Diogo Pires, alvitando a hipótese de serem irmãos.

Horta Correia publica, em 1987, um estudo sobre *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*. A seguir a Sousa Viterbo é o primeiro autor que refere documentação relativa às obras do convento. Neste trabalho, o investigador refere a data de 1550 para o término de uma campanha, quando se fecham as contas com Gaspar de Torres, que foi mestre das ditas obras. Informa ainda que em 1552 e 1555 há notícias relativas a donativos e avança a hipótese de se tratar já de obras a cargo de Diogo Pires; este último é referenciado por Sousa Viterbo como mestre de obras da Rainha D. Catarina, na cidade de Faro, no ano de 1561.

Sobre o claustro esta investigação aponta uma nova pista de investigação, apesar deste ter sido associado muitas vezes ao estilo “Coimbrão” é com o claustro da Hospedaria de Tomar que o de Faro tem mais afinidades. O estudo tenta estabelecer ligações entre a obra de Faro e outras construções religiosas da região algarvia.

O mesmo autor volta a estudar o claustro de Faro quando, em 1991, publica um trabalho intitulado *A importância dos colégios universitários na definição dos claustros portugueses*<sup>7</sup>. Neste artigo Horta Correia define o que chama de 1.<sup>a</sup> tipologia de claustros protorenascentistas portugueses, onde inclui: Convento da Assunção de Faro, Hospedaria de Tomar, Penha Longa de Sintra, Chagas de Vila Viçosa, Lóios de Arraiolos, Saudação de Montemor e Carmo de Moura<sup>8</sup> e, enquanto variante mais erudita, o da Graça de Évora.

O primeiro estudo monográfico sobre o convento é da autoria de João Alberto de Carvalho Marques, datado de 1990. Trata-se de uma tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Este trabalho revela mais de meia centena de documentos inéditos relacionados com a história do convento. A obra desenvolve-se em quatro capítulos: enquadramento histórico da construção do convento; fundação do convento; leitura arquitectónica e alterações sofridas e aspectos religiosos e sociais.

### **Estado da Arte – o museu**

*Temos pelo país vários grupos de colecções, mas não temos um só museu. Comtudo teria sido fácil formá-lo quando se extinguiram os conventos, e tantos objectos preciosos de todos os géneros entraram na posse do Estado*<sup>9</sup>.

A citação anterior é paradigmática no que se refere à questão dos museus e do que fazer aos bens móveis e imóveis após a extinção das ordens religiosas. Quanto ao Algarve podemos dizer que os bens móveis (aqui incluindo a documentação) foram

---

<sup>7</sup> CORREIA, José Eduardo Horta, “A importância dos colégios universitários na definição dos claustros portugueses”, 1991a.

<sup>8</sup> Aprofundaremos esta questão no capítulo 4.2. Com excepção do claustro da Graça de Évora que não se inclui nesta série, sendo uma obra ímpar.

<sup>9</sup> HOLNSTEIN Marquês de Sousa, *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, A organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Históricos e da Archeologia oferecidas à Comissão Nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875*, citado por GUIMARÃES, Carlos, *Arquitectura e museus em Portugal: entre a reinterpretação e a obra nova*, 2004, p. 190.

objecto de uma tremenda incúria por parte dos funcionários responsáveis pela sua preservação. Vejamos as palavras do Barão de Telheiras, Presidente da Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos extintos Conventos, que pede autorização para *vender a peso os Volumes inúteis*<sup>10</sup>.

Importa contextualizar o período de fundação do museu. Em 1880 inaugura o Museu Archeológico do Algarve<sup>11</sup>, em Lisboa e nesse mesmo ano Estácio da Veiga propõe a criação de museus de arqueologia em todas as capitais de província, indo contra uma perspectiva centralista de enviar todos os espólios para a capital. Afirmava o arqueólogo que *Os museus provinciaes dão importância, perante o mundo científico, às cidades em que se estabelecem (...) É preciso pois instituir-se o Museu Archeológico do Algarve*<sup>12</sup> *com os monumentos adquiridos*<sup>13</sup>. Contudo, Estácio da Veiga morre três anos antes da criação do *Museu Archeológico e Lapidar Infante D. Henrique* inaugurado a 4 de Março de 1894, no V centenário do Infante D. Henrique. O primeiro espaço que ocupa são três salas no edifício dos Paços do Concelho<sup>14</sup>, aí permanecendo até 1911, quando é “encaixotado” para dar lugar às necessidades da República. Em 1915, pela mão de Justino Bívar<sup>15</sup>, o homem que viria a ser seu director durante cinquenta anos, é instalado na igreja do antigo convento dos Capuchos<sup>16</sup>.

---

<sup>10</sup> B.N.L. MSS N.º 225-229 – 7 de Setembro de 1845 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>11</sup> O museu encerra no ano seguinte. Em 1882, Estácio da Veiga funda o Instituto Arqueológico do Algarve, com o objectivo de reorganizar e transferir o espólio e o museu para o Algarve. Sobre este assunto consultar PEREIRA, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos Silva, *Estácio da Veiga Cientista Algarvio, Pioneiro da Arqueologia em Portugal*, 1984.

<sup>12</sup> Sobre este assunto veja-se o exaustivo trabalho de PEREIRA, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos Silva, “O Museu Archeológico do Algarve (1880-1881), Subsídios para o estudo da Museologia em Portugal no século XIX”, 1979 e 1980.

<sup>13</sup> VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio da, *Memória das Antiguidades de Mértola*, Lisboa, 1880, p. 6-7 e 10-11.

<sup>14</sup> Como aliás preconizava Teixeira de Aragão, *na falta de casa própria, os paços dos concelhos, as mesmas catedrais, ou paróquias podiam fornecer os lugares para aí se arquivarem as relíquias artísticas do passado*, citado por GUIMARÃES, Carlos, *op. cit.*, 2004, p. 205.

<sup>15</sup> Membro e sócio-fundador do Instituto Arqueológico do Algarve. Este Instituto, primeiramente criado por Estácio da Veiga em 1882, ajudará na reorganização do museu. Esta segunda fundação do

Ainda na senda de Estácio da Veiga, Mário Lyster Franco propõe que a Comissão Executiva do Congresso Regional Algarvio, em colaboração com os municípios, organize os Museus Regionais<sup>17</sup>. Dois meses depois da comunicação de Lyster Franco propõem-se a criação do Museu Regional em Faro por Decreto-lei<sup>18</sup>.

Antes da aquisição do antigo convento de Nossa Senhora da Assunção, para aí instalar o museu e a biblioteca municipais, houve a ideia de, no Plano Geral das Obras de 1946 a 1949, nomeadamente neste último ano, iniciar a construção de um edifício novo<sup>19</sup>. Mas esta ideia é logo abandonada e no Plano de Actividades de 1947, contrariando o Plano Geral das Obras, elenca-se a necessidade de procurar a obtenção de um edifício na cidade para a instalação condigna do museu.

Em 1960 a Câmara Municipal de Faro compra o antigo convento de Nossa Senhora da Assunção para aí instalar o museu e a biblioteca municipais. As obras ficam a cargo da DGEMN e só terminam em 1981.

A primeira publicação sobre o museu data ainda do século XIX, da autoria do primeiro Conservador, Monsenhor Pereira Botto, datada de 1899, intitula-se *Glossário Critico dos Principaes Monumentos do Museu Archeologico Infante D. Henrique ornado com a planta de Milreu (Estoi) e respectiva interpretação ichonographica*.

---

IAA, ligado à Academia de Ciências de Portugal, acontece em 1915, Diário do Governo, 11 de Novembro de 1915, I Série, Repartição da Instrução Universitária.

<sup>16</sup> Local proposto ainda antes da existência do museu em Sessão de Câmara de 3 de Fevereiro de 1886 onde se pode ler: *em Faro só a Câmara é que pode dar alojamento para o museu ou nos Paços do Concelho ou no extinto Convento dos Capuchos, dando-se preferência a este ultimo edificio pelas suas especiais condições*.

<sup>17</sup> FRANCO, Mário Lyster, “Congresso regional algarvio”, *O Herald*, Semanário Republicano Democrático, 31 de Outubro de 1915, ano IV, n.º 2 (301), p. 1.

<sup>18</sup> Decreto 2:042 de 11 de Novembro de 1915, Diário do Governo, I Série, p. 1245-1246.

<sup>19</sup> Carlos Guimarães refere que em Portugal não há tradição de construir museus de raiz, veja-se os Museus Nacionais, a maior parte deles instalados em edifícios históricos. Sobre esta questão consultar GUIMARÃES, Carlos, *op. cit.*, 2004.

Somente passados setenta anos se edita outro trabalho sobre o museu da autoria de Pinheiro e Rosa, *História do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique*. O autor centra este artigo na história da instituição desde a sua fundação até 1967, ano em que é nomeado director do Museu. Sobre a questão que aqui nos interessa, de adaptação do edifício do convento a museu, não refere qualquer ideia. Em 1978 o mesmo autor publica *O mais representativo monumento da Cidade de Faro*, aqui o autor dá algumas indicações sobre o reconversão do edifício às novas funções. Perpassa no trabalho algum desalento pelo atraso das obras e pela inércia dos Monumentos Nacionais perante a situação.

A primeira monografia sobre o museu é da autoria de António Carrilho, intitulada *Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, subsídios para a sua história*, trata-se de uma tese de mestrado apresentada à Universidade de Évora, em 2002. O trabalho apresenta um percurso pela história do museu, desde a sua fundação até ao ano de 2001. Sobre as questões que nos interessam, relativas à adaptação do edifício a museu e à análise dos vários estudos e/ou projectos, este trabalho não se debruça sobre essas matérias. Apesar de referir as obras da DGEMN não apresenta o projecto nem o programa museológico que foi trilhado. Centra o seu estudo na questão do acervo e das acções desenvolvidas, limitando-se a sumariar as actividades e a história do museu.

A questão central que nos ocupa neste trabalho é a de, através do conhecimento do edifício, permitir uma melhor adaptação do convento a museu. A reconversão de edifícios históricos a novas funções de índole museológica<sup>20</sup> é, em Portugal, uma prática

---

<sup>20</sup> Este assunto foi estudado por Carlos Guimarães na sua tese de doutoramento, posteriormente publicada. GUIMARÃES, Carlos, *Arquitectura e museus em Portugal: entre a reinterpretação e a obra nova*, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Nós organizámos no Museu Municipal de Faro, em 2003, um colóquio (com publicação de actas) intitulado *Adaptação de Edifícios Históricos a Museus*, que contou com a participação de Helena Barranha (Instituto Superior

corrente. No universo dos 120 museus, actualmente pertencentes à Rede Portuguesa de Museus, apenas 14 estão instalados em edifícios construídos de raiz para o efeito<sup>21</sup>. De referir que, no nosso país, o primeiro edifício construído para instalação de um museu foi o do Museu José Malhoa nas Caldas da Rainha, em 1940, da autoria de Paulino Montês.

Pensamos poder contribuir, através da realização de uma análise até ao momento inexistente, para a produção de conhecimento sobre o processo de reconversão do edifício. Nenhuma das teses – edifício ou museu – se debruçaram sobre a questão, atrás enunciada, de requalificação de um monumento e da sua adequação ao programa de museu, que era preciso implementar. Os projectos de reconversão do edifício a museu, que desde a década de 60 foram gizados, nunca tinham sido objecto de estudo. Consideramos poder contribuir para uma sistematização de conhecimentos relativos à história do edifício e do museu. A nossa intenção é iminentemente prática, ou seja, contribuir para valorizar o edifício mostrando-o a quem o visita e propor um plano à autarquia com vista à realização faseada de pequenos melhoramentos, que em muito poderão contribuir para dignificar Faro e a sua história.

---

Técnico), João Herdade (Instituto Português de Museus), João Castelo Branco (Museu Gulbenkian) e Francisco Teixeira (Universidade do Algarve). Os objectivos deste encontro foram: *debater e apreender com outros exemplos, com vista à realização de um programa museológico e projecto arquitectónico coerente e adequado ao espaço; dar à população interessada novos instrumentos para esta participar activamente na reorganização do seu museu*. PAULO, Dália “A propósito da realização do colóquio adaptação de edifícios históricos a museus”, 2005, p. 7.

<sup>21</sup> Fonte: *Roteiro de Museus*, Instituto Português de Museus, rede Portuguesa de Museus, 2005.

## Enquadramento urbano

### a) Faro no século XVI

Faro no século XVI pertencia ao bispado do Algarve, o qual, como se pode verificar numa relação de 1532, era constituído por 11 vilas e 2 cidades<sup>22</sup>, sendo uma delas a sede de Bispado, Silves. A outra cidade, Tavira tinha sido elevada a esta categoria em 1520, era a localidade mais populosa da primeira metade de quinhentos. Faro era o terceiro aglomerado populacional do Algarve, estando muito próximo de Silves, a sede de bispado.

Em termos administrativos Faro passou a pertencer à comarca de Tavira<sup>23</sup> em 1536. Dependiam desta última cidade sete circunscrições administrativas<sup>24</sup>: Faro destaca-se por ser a segunda povoação mais populosa.

Em 1537, o Bispo D. Manuel de Souza (1537-1544) pede a transferência da Sé para Faro, a qual é autorizada dois anos depois. Aliado a este novo facto e à crescente importância económica, Faro é elevada a cidade em 1540<sup>25</sup>, o que acentuou o seu crescimento populacional e físico, como nos mostra Frei João de São José quando menciona mais de 2000 vizinhos<sup>26</sup>, nas últimas décadas do século.

---

<sup>22</sup> (...) *Albufeira* (vila – 320); *Alcoutim* (vila – 545); *Alzejur* (vila-187); *Alvor* (vila – 163); *Arenilha* (vila – 14); *Cacela* (vila – 55); *Castro Marim* (vila – 281); *Faro* (vila – 1445); *Lagos* (vila – 1763); *Loulé* (vila – 1022); *Silves* (cidade – 1444); *Tavira* (cidade – 2045) e *Vila Nova de Portimão* (vila – 634) (...), conferir com DIAS, João José Alves, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, 1996, p. 262 e com RODRIGUES, Teresa Ferreira, “As estruturas populacionais”, *História de Portugal*, vol. 3 No Alvorecer da Modernidade, Lisboa: Editorial Estampa (Direcção José Mattoso), 1993, p. 203.

<sup>23</sup> Criada em 1 de Fevereiro de 1536. A outra comarca algarvia tinha sede em Lagos.

<sup>24</sup> Que são Alcoutim, Arenilha, Cacela, Castro Marim, Faro, Loulé e Tavira, ver detalhes em DIAS, João José Alves, *op. cit.*, 1996, p. 232.

<sup>25</sup> A única vila do Algarve a ser elevada a cidade no reinado de D. João III.

<sup>26</sup> Frei João de São José, *Corografia do Reino do Algarve, 1577 in* GUERREIRO, Manuel Viegas e MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Duas Descrições do Algarve do Século XVI – Frei João de São

Para além da elevação a cidade, a transferência efectiva da sede episcopal para Faro, em 1577<sup>27</sup>, determinou fortemente o perfil da cidade durante vários séculos.

Um acontecimento que marcou negativamente o crescimento urbano foi a invasão inglesa protagonizada pelas tropas do Conde de Essex, em 1596. A cidade ficou destruída e muitos dos seus edifícios arruinados e queimados, como refere a Informação do Bispo do Algarve D. Fernão Martins Mascarenhas de 1598: *A maior e principal parte da cidade foi queimada*<sup>28</sup>. A reconstrução recomeçou nos princípios da centúria seguinte, como se pode verificar nos versos que a seguir se transcrevem:

*(...) Vedes Faro já se acrescentava  
E com esta ocasião melhor subia,  
Que se algum edifício se traçava,  
Aumentando se vai de dia em dia (...)*

*Os edifícios vão em tanto aumento  
Que por horas se vês tudo cresce (...)*

*Com tamanha abundância e variedade  
Que faz vã e opulenta esta cidade (...)*<sup>29</sup>

A análise efectuada mostra-nos uma localidade de média dimensão que começou a ganhar importância a partir do século XVI e que no final de quinhentos já

---

José, Corografia do Reino do Algarve (1577) Henrique Fernandes Sarrão, História do Reino do Algarve (circa 1600)", 1983, p. 47.

<sup>27</sup> O ano em que se dá a transferência efectiva do Bispado de Silves para Faro, apesar da sua decisão datar de uma autorização de 1538-39. A bula *Sacrosancta Romana Ecclesia* publicada por João Baptista da Silva Lopes confirma a transferência. *Memórias para a História Ecclesiastica do Bispado do Algarve*, 1848. A razão da escolha de Faro e não de Tavira ou Lagos para sede episcopal está bem resumida nas palavras de Romero Magalhães: (...) *A grande razão da escolha de Faro – para além de ser da Casa da Rainha e não de senhorio fidalgo – resume-se a estar “no meio” do reino do Algarve.* (...), MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A meio do reino do Algarve: Faro, séculos XVI-XVII”, 2006, p. 20.

<sup>28</sup> LAMEIRA, Francisco, *op. cit.*, 1999, p. 44.

<sup>29</sup> Excerto de versos de um poema épico de Gonçalo Delgado *A sorte de Faro*, ainda inédito na sua totalidade mas parcialmente publicado em MAGALHÃES, Joaquim Romero, “O assalto dos ingleses a Faro em 1596”, 2003, p. 233-234.

(...) *terá ultrapassado Tavira e Lagos em habitantes, e na importância regional das suas actividades económicas (...)*.<sup>30</sup>

Abordada sinteticamente a situação administrativa e o aglomerado populacional de Faro, centremo-nos na sua configuração urbana. Para o século que se pretende estudar/abordar não existe investigação de fundo desenvolvida sobre o urbanismo de Faro para a época moderna<sup>31</sup>. Relativamente a documentos gráficos existentes apenas se conhece uma gravura do século XVI, a qual está inserida na Revista Panorama de 1842<sup>32</sup> (Fig. 1). Foi recentemente (2002) identificado na Biblioteca Nacional de Viena de Áustria um Atlas de Pedro Teixeira<sup>33</sup> (1595-1662), realizado no período de domínio filipino, que inclui uma gravura de Faro (Fig. 2).

Contudo, podemos dizer que o século XVI começa com uma *vila nova* ou *renovada* e com uma nova donatária, pertencendo a urbe à Casa da Rainha desde 1491<sup>34</sup>. A reforma urbana levada a cabo por D. Manuel I, em 9 de Outubro de 1499, determinou que (...) *as praças de venda se mudassem das Alcaçarias para a Ribeira (...)*<sup>35</sup>. Até ao final da centúria em análise e associado à renovação urbana são edificadas outros equipamentos: um açougue, um hospital<sup>36</sup> e uma ermida (edificada a Igreja da Misericórdia no seu lugar). Estes equipamentos, especialmente o hospital e a

---

<sup>30</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, *op. cit.*, 2006, p. 20.

<sup>31</sup> Com excepção para os trabalhos de Francisco Lameira. Está a ser desenvolvida uma tese de mestrado sobre a evolução urbana de Faro dos séculos XVI ao XVIII, por Tânia Rodrigues e orientada pelos Prof. Doutores Horta Correia e Renata Araújo, no âmbito do Mestrado em História da Arte da Universidade do Algarve.

<sup>32</sup> Não se conhece a data da imagem mas como refere Francisco Lameira (...) *trata-se de uma estampa anterior a 1596, data da destruição de Faro pelas tropas inglesas do Conde de Essex. (...)*, LAMEIRA, Francisco, *As Muralhas de Faro*, 1993 (desdobrável). Podemos ainda concluir, devido à representação da Igreja da Misericórdia na estampa, que a data *anteriormente* para a gravura em análise é o ano de 1583.

<sup>33</sup> TEIXEIRA, Pedro, *El Atlas del Rey planeta: la descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos*, 2002.

<sup>34</sup> A primeira donatária da vila de Faro foi a Rainha D. Leonor, mulher de D. João II, para mais informações sobre este assunto consultar o capítulo 2.1.1 deste trabalho.

<sup>35</sup> LAMEIRA, Francisco, *A Arte na História da Cidade*, 2001, p. 35.

<sup>36</sup> D. Sebastião concede a 12 de Março de 1572 o privilégio à Misericórdia para se anexar o hospital.

misericórdia, foram inspirados nos ideais humanistas, que vigoravam nesta época, e onde as questões de higiene e assistência começavam a ganhar importância<sup>37</sup>; veja-se a acção da Rainha D. Leonor, mulher de D. João II que é considerada a grande dinamizadora destas ideias e patrocinadora do seu desenvolvimento<sup>38</sup>.

Antes de passarmos à análise formal, sempre parcial e distorcida porque fragmentária, das gravuras atrás indicadas parece-nos importante “ver” Faro através dos olhos de dois homens de quinhentos, que nos ajudarão a definir melhor a cidade. Frei João de São José refere que:

*A cidade de Faro é marítima, moderna. (...) Está bem assentada e é cercada de bons muros, com seus arrabaldes de fora, e tem boas casas, todas povoadas de mareantes, mercadores e outra gente que vive por sua lavoura. Tem Faro bom porto seguro, a que se entra pela foz do rio Bias, que está apartada da cidade quasi uma légua e meia, e este rio é de água salgada e tem duas bocas; por esta que é maior, entram navios de 150, 200 toneladas e pela outra, menos principal, caravelas e outros baixeis desta sorte. (...) Tem esta cidade em si e seu termo passante de 2000 vizinhos e há nela gente nobre e cavaleirosa.*<sup>39</sup>

Por sua vez, Henrique Fernandes Sarrão diz que:

*Tem uma cerca bem rodeada e forte, e dous beluartes fora do castelo, pegados no muro, e cerca com muito boa artilharia para defesa do desembocadouro do rio, onde está uma das portas da cidade, que se chama a Porta do Mar, e por outro nome o Poço das Naus<sup>40</sup>, que nele estão por*

---

<sup>37</sup> Sobre este assunto consultar ROSSA, Walter, "A Cidade Portuguesa", 1999, p.264.

<sup>38</sup> Sobre este assunto pode consultar-se SOUSA, Ivo Carneiro de, *A Rainha D. Leonor Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*, 2002, especialmente as páginas 197-432.

<sup>39</sup> Frei João de São José, *Corografia do Reino do Algarve, 1577* in GUERREIRO, Manuel Viegas e MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1983, p. 163.

<sup>40</sup> O nome Poço das Naus era dado a uma torre que se situava entre a Porta da Vila (actual Arco da Vila) e a Porta Nova, como refere João Baptista da Silva Lopes, (...) denominado *Poço das Naus, próximo da Porta Nova, onde é o ancoradouro das naus, por ser muito fundo.* (...), LOPES, João Baptista da Silva, *Memórias para a história ecclesiastica do Bispado do Algarve*, 1848, p. 346-347. A

*grandes que sejam. É cercada da banda do mar e fica a maior parte por cercar de muros, e é este arrabalde a força da cidade. Faro é muito aprazível e abundantíssimo d'água de poços, entre os quais há um, que se chama dos Cântaros, que tem tanta água, que o não podem ensecar. Na cidade houve sempre muito trato de Frandes, e muita carregação para fora de figos, azeites, amêndoas, e d'outras mercadorias na terras e em seu termo nascidas. Muita parte de moradores é de mareantes, que vivem pelo meneo das armações de atuns e mais pescarias. (...) Dentro na cidade está ûa praça e terreiro, ao longo do rio, que é o principal dela, muito aprazível, e onde vão todos os da cidade passear a pé e a cavalo. (...) Tem mais um mosteiro de frades Franciscanos observantes e outro de freiras Capuchas (...) o qual é muito notável e sumptuoso. E um colégio de Padres da Companhia (...) Um tiro da cidade para nordeste está uã ermida de Nossa Senhora da Esperança (...) Está para oriente um grande campo, ao longo da cidade (que é do concelho), o qual se chama Atalaia, onde há muita caça de codornizes e outros pássaros de gavião, e junto dele corre ûa ribeira, ao longo da qual estão muitas hortas; e pelos fins deste campo, para o sul, vão muitos esteiros do rio, que se não podem contar, onde tem muitos moinhos; e no meo deste campo, em um altíssimo serro, está ûa ermida, que se chama de Santo António, de muita devoção<sup>41</sup>.*

O estudo baseia-se sobretudo nas quatro fontes atrás enunciadas. De ambas - gravuras e descrições – ressalta, em primeiro lugar, uma característica única e que determina, quer a história, quer o desenho urbano da cidade: a sua localização

---

partir da análise da descrição pensamos que o autor se queria referir à Porta Nova porque destacou, tal como Silva Lopes, o ancoradouro das naus. Mas, como a Porta Nova está virada para o Mar daí a confusão de topónimos. No século XX essa torre do Poço das Naus era, também, conhecida por Vigia do Registo. A Porta do Mar era também designada por Porta do Castelo (ver nota de rodapé n.º 20 neste capítulo).

<sup>41</sup> Esta descrição de cerca de 1600 de SARRÃO, Henrique Fernandes, *História do Reino do Algarve*, encontra-se publicada em GUERREIRO, Manuel Viegas e MAGALHÃES, Joaquim Romero, *op. cit.*, 1983, p. 163 (Capítulo XII – Da Cidade de Faro).

ribeirinha<sup>42</sup> e, sobretudo, a excelente defesa natural constituída pelos canais da ria. Em posição de destaque estão as muralhas e apesar das gravuras não representarem o castelo, este é referido na descrição de 1600, bem como os baluartes de S. Jorge, de S. Sebastião e a Porta do Mar<sup>43</sup>.

Vejamos agora a organização da cidade. Esta estruturava-se, como se pode verificar nos documentos analisados, em dois núcleos distintos: o amuralhado<sup>44</sup> (analisado em pormenor no item seguinte) e o extra-muros, sendo este último de maiores dimensões.

O núcleo fora de muros passou após a reestruturação urbana, efectuada na época de D. Manuel, a ter como ponto principal a Praça da Rainha (actual Jardim Manuel Bivar), lugar de convívio e de passeio que se estendia ao longo do rio, como refere a descrição de Henrique Sarrão.

A força deste arrabalde está relacionada com as actividades comerciais e marítimas que trouxeram prosperidade económica, traduzindo-se em desenvolvimento urbano. Ainda hoje se podem observar alguns armazéns comerciais na Rua Infante D. Henrique<sup>45</sup>. Associados ao desenvolvimento económico e como consequência de uma economia forte surgem nesta zona alguns edifícios que se destacam e que são geradores de urbanismo, pelas suas dimensões e características: a Igreja da Misericórdia e a Igreja Matriz de São Pedro.

---

<sup>42</sup> Que se reflecte na população sobretudo de mareantes como referem as descrições coevas aqui apresentadas.

<sup>43</sup> A legenda da Carta de Alexandre Massay de 1620 (levantamento de 1617-18), no Códice Vieira da Silva, refere que *a porta do mar ou do castello a qual esta tapada e fortificando-se a cidade se deve tornar a abrir*.

<sup>44</sup> Constituído como o centro político-administrativo da cidade.

<sup>45</sup> Devemos frisar que esta zona desde a época romana teve extrema importância em termos económicos para a cidade. Aqui se localizava a zona comercial e industrial de Ossoyoba, como comprovam as cetárias aí descobertas e o Mosaico do Deus Oceano.

A Igreja da Misericórdia foi mandada construir em 1583 por D. Afonso de Castelo Branco (1581-1585), o segundo prelado a residir em Faro após a transferência da sede do Bispado de Silves para Faro<sup>46</sup>. Trata-se, como refere Francisco Lameira, de um projecto de grande erudição e originalidade com planta de cruz grega e imponente cúpula central no cruzamento das naves<sup>47</sup>.

A Igreja Matriz de S. Pedro<sup>48</sup>: templo de origem medieval reconstruído após a elevação a sede de freguesia nos finais do século XVI, aquando da transferência dos Clérigos da Ordem de São Tiago, que administravam a Igreja de Santa Maria.

Entre as alcaçarias e o antigo porto desenvolve-se desde o século XIII um importante bairro: a Mouraria<sup>49</sup>, local para onde se transferiram os muçulmanos que ficaram a viver na cidade, como o comprova o foral aos mouros foros de 12 de Julho de 1269 concedido por D. Afonso III.

Afastados do arrabalde principal surgem alguns edifícios de referência na paisagem: o Convento de S. Francisco, a Ermida de Nossa Senhora da Esperança.

O Convento de São Francisco foi edificado a Este do núcleo amuralhado, estendendo-se desde a orla do mar até ao sítio da Trindade. A sua construção teve início no ano de 1529.

A Ermida de Nossa Senhora da Esperança foi construída numa das saídas da cidade para Norte, a estrada que seguia para Beja (antigo eixo romano). Data de finais do século XV, inícios do século XVI e foi concebida para receber os restos mortais do seu fundador, João Amado, cavaleiro e criado do bispo D. João Camelo Madureira

---

<sup>46</sup> Realizada pelo humanista D. Jerónimo Osório (1564-1580).

<sup>47</sup> LAMEIRA, Francisco, *A Misericórdia de Faro*, 1995<sup>a</sup>.

<sup>48</sup> Torna-se sede de freguesia e é entregue à Ordem Militar de São Tiago. Como consequência da transferência do Bispado para Faro os mareantes reconstróem o templo. Frei João de São José refere que a sua edificação está a decorrer no ano de 1577, Frei João de São José, *Corografia do Reino do Algarve*, 1577 em GUERREIRO, Manuel Viegas e MAGALHÃES, Joaquim Romero, *op. cit.*, 1983, p. 47.

<sup>49</sup> Este topónimo permaneceu até ao século XX como se pode verificar numa planta de 1909.

(1486-1501). No século XVII este templo foi inserido no interior da Cerca Seiscentista, construída para defender a cidade após a Restauração da Independência.

Outras zonas mencionadas são: a Atalaia, zona de campo e de moinhos com um curso de água próximo; a área da Ermida de Santo António do Alto (finais do século XV); a zona dos fumeiros na saída da cidade para barlavento.

## **b) A Vila-Adentro**

A zona intra-muros<sup>50</sup> – comumente designada Vila-Adentro – é um espaço ocupado desde a Idade do Ferro (século IV a.C.), tendo sido escolhido como lugar central. Distingue-se geograficamente da zona envolvente por se tratar de uma pequena ilha/ ponto elevado na paisagem; é rodeada por água de três lados e conta com uma boa defesa natural através da ria e excelentes condições de acostagem.

Apesar de, no âmbito do nosso trabalho, nos interessar sobretudo destacar o que era este núcleo amuralhado no século XVI, começaremos por analisar as remeniscências de outras épocas que condicionaram o tecido urbano quinhentista. Para isso iremos continuar a usar as gravuras supra descritas como base do nosso trabalho<sup>51</sup>.

Ao observar a malha urbana percebem-se as sobreposições de épocas e de ocupações distintas. O urbanismo romano baseava-se na definição de dois eixos

---

<sup>50</sup> Constitui um dos Núcleos Históricos da cidade de Faro (A), em conjunto com outros dois Mouraria (B) e Bairro Ribeirinho (C), ambos extra-muros – como consta no *Regulamento Municipal das Intervenções nos Núcleos Históricos*, Apêndice n.º 163 – II Série – n.º 290 de 16 de Dezembro de 2002. Esta delimitação aleatória do Centro Histórico de Faro não corresponde ao que na realidade devia fazer parte da zona definida como Centro Histórico que era a zona interna da Cerca Seiscentista, pois esta limitou/ conteve o crescimento da cidade até ao final do século XIX.

<sup>51</sup> As descrições anteriormente utilizadas não se referem a este núcleo, com exceção para a referência às muralhas e ao castelo, como no sub-capítulo anterior se notou. Basear-nos-emos também numa planta da Vila-Adentro, de finais do século XVIII, da autoria de José Sande Vasconcelos, tentando fazer uma aproximação a quinhentos.

estruturantes: o *Cardo* no sentido Norte-Sul e o *Decumanus* no sentido Este-Oeste<sup>52</sup>. Estas ruas principais mantêm a sua função ainda no século XVI como definidores da malha urbana.<sup>53</sup>

Ainda de origem romana podemos referir a importância na malha da Vila-Adentro do largo principal deste núcleo<sup>54</sup>, o qual funcionou como lugar de importância urbana e social, bem como de reunião pública e de homens bons.

Continuando a nossa prospeção sobre a Vila-Adentro destaca-se mais um elemento que condicionou o traçado ao longo de vários séculos<sup>55</sup>: é a circular interna de origem islâmica. Dos edifícios do século XVI que a ela se moldaram destacamos o Paço Episcopal (Rua Monsenhor Botto) e o Convento de Nossa Senhora da Assunção.

Como núcleo multiseccular a Vila-Adentro não apresenta quarteirões simétricos. A frente de rua faz-se para o interior do núcleo enquanto que o tardo e os quintais aproveitam sobretudo o pano de muralha. Os quarteirões habitacionais de dimensões razoáveis, sobretudo casas nobres, situavam-se principalmente na zona Este junto à muralha, ladeando o Arco do Repouso. Para além destas existiam outras duas áreas predominantemente habitacionais, com casas térreas e de primeiro andar, compostas por quarteirões situados em ambos os lados de uma das ruas principais (antigo *cardo*) e outra que ficava a Sul da Porta Nova (actual Beco do Arco) e confinava com a muralha a oeste e com os equipamentos do castelo a sul.

---

<sup>52</sup> Correspondendo respectivamente às actuais Ruas do Município e do Castelo e às Ruas da Porta Nova e do Arco do Repouso.

<sup>53</sup> Vejamos a título de exemplo a implantação do convento que é delimitado a Oeste pelo antigo *cardo* romano.

<sup>54</sup> Aí se situou o fórum romano, a mesquita principal em época islâmica, a Igreja de Santa Maria após a reconquista cristã e por último a Sé Catedral e os edifícios a ela associados, Paço Episcopal e Seminário.

<sup>55</sup> Hoje ainda é visível como os edifícios construídos nos séculos XVIII e XIX se adaptaram à sua forma circular nas ruas do Aljube e do Rasquinho.

Tal como fizemos para o arrabalde detenhamo-nos agora na análise dos edifícios, que se destacam e que são geradores de urbanismo pelas suas dimensões e características: a Sé Catedral, a primeira residência episcopal, o novo Paço, as casas da Câmara e, finalmente, o Convento de N.<sup>a</sup> Senhora da Assunção (Fig. 3).

A Sé Catedral ocupa o lugar da antiga Igreja de Santa Maria após a transferência episcopal de Silves para Faro em 1577. Este templo ficou danificado em 1596 na sequência do ataque dos ingleses. A sua reconstrução aproveita parte do anterior edifício, o que justifica a continuação da utilização das três naves no corpo da igreja.

A primeira residência episcopal fez-se numas casas existentes no largo fronteiro à Sé sobre o muro da Porta Nova; mantendo-se neste local aproximadamente 20 anos.

O primeiro paço foi construído no sítio que veio a ser ocupado pelo primitivo Seminário no século XVIII, a sua edificação ficou a dever-se a D. Afonso de Castelo Branco (1581-1585). O novo paço foi mandado construir pelo quinto prelado a residir em Faro, D. Fernando Martins Mascarenhas (1594-1616), também no largo mas lateral à Sé. Trata-se de um edifício que ocupa todo um quarteirão e que define o largo a Norte.

Contíguo a este quarteirão no outro lado da rua (antigo *Cardo*) situavam-se as casas da Câmara, localizadas *grosso modo* onde ainda hoje está a sede do poder municipal.

O Convento de Nossa Senhora da Assunção começou a ser edificado em 1519 num espaço semi-abandonado e teve um impacto urbanístico importante. Isso o demonstra em 1565 a Abadessa do convento em carta à Rainha D. Catarina: (...) *esta já muito acrescentada* [a cidade de Faro] *é grande deferente do que estava agora*

*vinte anos atrás quando para esta terra viemos porque este mosteiro de vossa Alteza fez muito em tudo asy no espirital como no temporal (...)*<sup>56</sup>.

É precisamente com a análise do lugar de implantação do convento de Nossa Senhora da Assunção que vamos concluir esta parte do trabalho.

### **c) O sítio do Castelo, dentro de muros**

*(...) Foi-lhes signalado o sitito do Castello, dentro de muros, para a fábrica da Igreja, e Mosteiro (...)*<sup>57</sup>.

O convento, objecto deste estudo, foi edificado na zona SE da Vila-Adentro<sup>58</sup>, lugar de intensa e contínua ocupação humana desde o século IV a.C.<sup>59</sup>. A sua implantação no antigo bairro judaico<sup>60</sup> prende-se, em nosso entender, essencialmente, com dois motivos: primeiro por se tratar de uma zona parcialmente desocupada e, segundo pelo local pertencer à Rainha D. Leonor, mulher de D. João II.

O edifício conventual, situado junto de uma das portas da cidade (actual Arco do Repouso), confinava a Sul com o largo do castelo; a Este com a circular interna, que é conhecida junto ao convento por *Traveça [sic] das Freiras*<sup>61</sup> (Fig. 4); a Oeste com uma rua que o separa de uma zona habitacional a norte e de uma Ermida de São

---

<sup>56</sup> A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 107 Doc. 72 – 27 de Junho de 1565 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, Doc. n.º 29.

<sup>57</sup> BELEM, Frei Jerónimo, *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observancia do nosso seráfico padre S. Francisco*, parte IV, 1758, p. 353.

<sup>58</sup> Como refere um documento *O Convento suposto que edificado dentro nos muros da Vila adentro ou Castelo da Cidade he bastantemente grande (...)* vizinha a sua Cathedral ao Sul, o Oceano Atlântico, e em pouca distancia, mas fora dos muros junto ao mar o Convento das Religiozas, B. N. L. Coleções em Organização Caixa 13 Doc. 3, c. de 1800 – miscelânea de documentos do convento, transcrito de MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, Doc. n.º 43.

<sup>59</sup> Como o comprovam as escavações realizadas em 2001 pela autora em co-direcção com Nuno Beja e que nos mostra uma diacronia de ocupação desde a Idade do Ferro ao século XX.

<sup>60</sup> À semelhança do Convento da Graça em Tavira.

<sup>61</sup> Como no século XVIII Sande Vasconcelos assinala na sua planta da Vila Adentro.

Roque (no local da actual adega de vinhos) a sul<sup>62</sup>; a Norte o convento abre para o *largo das freiras*.

A implantação do convento teve um impacto urbanístico significativo na Vila-Adentro porque veio ocupar 5,4%<sup>63</sup> da área total do núcleo intra-muros. Este valor refere-se ao edificado e ao não edificado, como é o caso da zona da cerca<sup>64</sup> conventual que permitia assim o seu crescimento no futuro.<sup>65</sup>

A importância urbanística que o edifício veio trazer a este lugar, reflecte-se, também, na definição do largo fronteiro chamado *Largo das Freiras*, o qual funcionou como pólo de atracção e densificação do tecido urbano. Em 1573 aquando da visita de D. Sebastião à cidade o seu cronista - João Cascão - refere-se a este como *terreiro grande e formoso*<sup>66</sup>.

O Convento de Nossa Senhora da Assunção veio consolidar o tecido urbano e reorganizar um local semi-abandonado desde a expulsão dos judeus no final do século XV. Dignificou a Vila-Adentro e foi o primeiro edifício religioso edificado na época

---

<sup>62</sup> Que fazia parte dos equipamentos ligados ao Castelo conf. com LAMEIRA, Francisco, *O Castelo de Faro*, 2003 (desdobrável).

<sup>63</sup> O que corresponde a 4999m2 dos 92000m2 de área total da Vila Adentro.

<sup>64</sup> O espaço hoje denominado Horta da Misericórdia e que está desafecto ao que resta da cerca conventual aparece na planta de Sande Vasconcelos como fazendo parte integrante da mesma. Aquando da desafecção, após a extinção das Ordens Religiosas, em 1840 já parte da cerca tinha sido vendida como refere João Baptista da Silva Lopes. A este assunto voltaremos no ponto 4.1.1 deste estudo.

<sup>65</sup> Sobre este assunto ver ROSSA, Walter, *op. cit.*, 1999, p. 254, *tinham ainda uma grande importância como reservas e ordenadores do crescimento urbano, pois por regra eram dotados de uma cerca para onde cresciam e que parcimoniosamente iam loteando e alugando*. Jorge Gaspar também reforça a ideia da importância destes espaços, *quer como pólos dinâmicos, quer como barreiras, os conventos pela sua escala, constituem sempre espaços a um tempo rígidos – na medida em que marcam fortemente as malhas (...) e flexíveis pois permitem vários usos em sucessão temporal ou em simultâneo, através de segmentação*, GASPAS, Jorge, “Os espaços conventuais e o metabolismo da cidade”, 2002, p. 88/90.

<sup>66</sup> “Relação da Jornada de el-Rei D. Sebastião quando partiu da Cidade de Évora pelo Cronista João Cascão” in IRIA, Alberto, *Da importância geopolítica do Algarve, na Defesa Marítima de Portugal, nos séculos XV a XVIII*, 1976, p. 109 e LOUREIRO, Francisco de Sales de Mascarenhas, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve: a alteração das linhas de força política nacional*, 1984.

moderna intra-muros (Fig. 5). A sua marca na malha urbana estende-se até à actualidade.

## **I Parte – O Convento de Nossa Senhora da Assumpção**



## 1. A Ordem de Santa Clara e os textos reguladores

O Convento de Nossa Senhora da Assunção de Faro foi edificado para receber uma comunidade franciscana, que seguia os ensinamentos de Santa Clara<sup>67</sup>.

A marca dominante da religiosidade de Santa Clara, inspirada nos ensinamentos de São Francisco, é o voto de Pobreza<sup>68</sup>. Em 1218 é aprovado por Honório III (1216-1227) o *Privilégio de Pobreza*; trata-se de um documento chave, onde se estabelece que as comunidades de clarissas não devem aceitar ou possuir quaisquer rendimentos; este aspecto está bem marcado na Regra da Ordem de Santa Clara<sup>69</sup>, aprovada por bula de Inocêncio IV (1243-1254), dois dias antes do falecimento da santa seráfica, em 1253<sup>70</sup>.

As comunidades clarissas, a partir desta data, organizaram-se de forma distinta, umas seguiram a Regra escrita por Santa Clara, outras foram ancorar a sua vivência na bula de Urbano IV (1261-1264), datada de 1263. As principais diferenças entre estes dois textos centram-se na questão da posse de bens, permitida pelo

---

<sup>67</sup> Mais nova 12 anos que São Francisco de Assis, a santa franciscana nasceu em Assis no ano de 1193, descendente de um família nobre dessa cidade. O contacto de perto com S. Francisco contribuiu para a sua formação e vocação religiosa. Sobre a constituição da Ordem Franciscana e do seu ramo feminino pode consultar-se OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 1968. Especificamente sobre a história da Ordem de Santa Clara em Portugal pode consultar-se LOPES, Félix, “O culto da Ordem de Santa Clara em Portugal”, p. 359-362.

<sup>68</sup> Esta estrita observância da pobreza marca uma das diferenças entre claustrais, que seguiam o texto menos rígido de Urbano V, e observantes que são rigorosos no “ideal” de pobreza e de austeridade extrema. A separação dos claustrais e observantes dá-se por decreto do papa Leão X, em 1517, o que levou à reforma das clarissas. Sobre este assunto pode consultar-se AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 2000-2002, vols.1-3; DIAS, José Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso em Portugal*, Tomo I e II, 1960.

<sup>69</sup> *Um dos aspectos mais originais da Segunda Ordem franciscana ressaltava da qualidade da Regra que lhe fora deixada pela própria Santa Clara de Assis, a qual constituía o único texto regral redigido, na Idade Média, por uma mulher*, SOUSA, Ivo Carneiro de, *A Rainha D. Leonor Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*, 2002, citando OMAECHEVARRÍA, Ignacio, *Las Clarissas a traves de los siglos*, 1972, p. 93.

<sup>70</sup> Sobre esta temática podem consultar-se entre outros: OMAECHEVARRÍA, Ignacio, *op. cit.*, 1972 e SOUSA, Ivo Carneiro de, *op. cit.*, 2002.

documento mais recente, e pela não subordinação aos frades menores mas a um protector, que este último escrito também defendia.

Centremo-nos no século XVI em Portugal. As comunidades clarissas de inícios de quinhentos<sup>71</sup> foram constituídas de acordo com a necessidade de reforma de costumes e de regresso ao ideal de Pobreza de Santa Clara e à estrita clausura. D. Leonor desempenhou um papel primordial na reforma das clarissas portuguesas. Esta Rainha possuía autorização papal para iniciar uma comunidade de clarissas coletinas<sup>72</sup>, também denominadas comunidades reformadas<sup>73</sup>.

A principal casa desta reforma viria a ser o Mosteiro da Madre de Deus de Xabregas, inaugurado em 1508, com sete religiosas vindas do Mosteiro de Setúbal. A terceira casa reformada<sup>74</sup> portuguesa seria o convento ora em estudo, edificado com a ajuda de oito religiosas<sup>75</sup> provenientes do mosteiro da Madre de Deus.

---

<sup>71</sup> Apesar do primeiro mosteiro reformado em Portugal, o de Nome de Jesus de Setúbal, datar ainda de finais do século XV (1489 - licença papal para fundação do mosteiro). Vieram sete religiosas do Mosteiro de Gand para inaugurar esta primeira comunidade coletina em Portugal. Para aprofundar este assunto pode consultar-se SOUSA, Ivo Carneiro de, *op. cit.*, 2002, p. 464.

<sup>72</sup> Inspiradas na vida de Santa Coleta, nascida Nicolette Boylet, em 1381, em Corbie, na Picardia. O mosteiro principal, desta reforma coletina, era o Mosteiro de Gand, inaugurado em 1437. Os mosteiros que seguiam Santa Colecta localizavam-se nos centros urbanos. *Santa Coleta viria a sistematizar com algum pormenor toda esta constelação de obrigações com a redacção das suas Constituições, um texto importante (...) na sua primeira versão portuguesa conhecida, datando de 1523 (...) Aparecem as Constituições coletinas pela primeira vez na documentação coeva portuguesa numa compilação de um colaborador importante de D. Leonor, o observante franciscano Frei Diego de Leiria, que podemos intitular como Regra Primeira de Santa Clara, Privilégio da Pobreza, Testamento de Santa Clara, Benção de Santa Clara e Constituições de Santa Coleta [BNL – IL.208], fls. 26-29v, retirado de SOUSA, Ivo Carneiro de, *op. cit.*, 2002, p. 453.*

<sup>73</sup> *A reforma das clarissas portuguesas constitui mesmo o primeiro e principal movimento de renovação religiosa regnal que eclode no nosso país, num evidente contexto de pré-reforma.(...) tendo a rainha conseguido encontrar na edificação das casas reformadas de religiosas de Santa Clara um dos eixos mais impressivos de um amplo projecto de criar novos espaços pautados pela intensificação da religiosidade, Idem, p. 436.*

<sup>74</sup> Este termo ainda é utilizado no século XVII, *hua comunidade tão Reformada*, B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 4 – 14 de Maio de 1670, retirado de MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>75</sup> Chegadas a Faro *Em véspera da festividades de Todos os Santos do anno de 1541*, BELÉM, *op. cit.*, 1758, p. 356.

Interessa-nos aqui, sobretudo, o contributo destes textos regrais como condicionadores da arquitectura conventual. A nossa análise segue um documento do convento coletino de Faro escrito pela primeira abadessa, Soror Inês d'Ascensão, intitulada *Do Uso da Santa comunidade da Sumção de Faro*<sup>76</sup>, a qual transcreve a *Regra de Santa Clara* como São Francisco ordenou, dividida em 12 capítulos<sup>77</sup>; cópia do privilégio de Inocência IV sobre o recebimento de possidões e as *Constituições, Declarações, Ordenações e Estatutos sobre a Regra de Santa Clara* de Santa Colecta confirmados pela papa Nicolau V (1447-1455) divididas em XIII capítulos<sup>78</sup>. Este livro termina com a indicação precisa de que a comunidade de Faro é reformada coletina<sup>79</sup>.

Da leitura dos dois textos, de Santa Clara e das constituições de Santa Colecta, este último dá-nos mais indicações, mesmo que indirectas, em relação ao espaço edificado.

---

<sup>76</sup> A transcrição deste documento está a ser elaborada por nós, com vista a posterior publicação.

<sup>77</sup> Capítulo 1, *A forma de vida da hordem das freiras pobres*, Capítulo 2, *Daquellas que querem receber esta vida em que maneira devem ser recebidas*, Capítulo 3, *Do officio divinal e do jejum e quantas vezes se confessem e comunguem as freiras em ho anno*, Capítulo 4, *Da eleiçam da abbadessa*, Capítulo 5, *Do silencio e do modo de falar aa grade e ao palratorio*, Capítulo 6, *Que as freiras não recebam possissam alguã ou propriedade per ssy nem por antreposta pessoa*, Capítulo 7, *Do modo de trabalhar*, Capítulo 8, *Que as Irmãs nehuma cousa assi apropiem e das emfermas*, Capítulo 9, *Da pendença que se deue dar aas freiras pecantes*, Capítulo 10, *Da cooeiçam das freiras*, Capítulo 11, *Da porteyra e dos que podem entrar no mosteiro*, Capítulo 12, *Do visitador e do Capellam e do clérigo e dos que ham de pedir a esmola*, p. 2 a 9v.

<sup>78</sup> Capítulo I, *De como hum de entrar em a Religiam*, Capítulo II, *Do modo e calidade do albito e vestiduras e cuberturas da cabeça*, Capítulo III, *Do divino officio*, Capítulo IIII, *Da abstinência*, Capítulo V, *Da confissam e de receber o corpo de Cristo e dos companheiros e do confessor*, Capítulo VI, *Da calusura e em que maneyra deuem as sorores mandar as letrās e cartas fora e as que forem de fora enviadas dentro receber*, Capítulo VII, *Da eleiçam da abbadessa e officiaes e descretas*, (Capítulo VIII, não existe), Capítulo IX, *Do silencio e modo de fallar a grade da Igreja e ao palratório*, Capítulo X, *Da observância da pobreza e que as sorores não recebam possissam algua nem apropiem assi alguã cousa*, Capítulo XI, *Das sorores emfermas*, Capítulo XII, *Das occupacoes das sorores*, Capítulo XIII, *Da correicam das sorores pecantes*.

<sup>79</sup> *Aqui se acabam as declarações ordenações e constituições ou forma da vida de viver e costumes feitos e dictos e compostos sobre a regra e forma de vida chamada das pobres Santas ou Sorores da ordem da Sancta Clara. Da congregaçam e família da grande nobre e clara reformadora da dicta ordem. Soor Coleta professa da dita ordem*, ASCENÇÃO, Soror Inês d', *op. cit.*, s/d, p. 60.

Porém, vamos principiar a nossa análise pela Regra de Santa Clara. Os capítulos 1 ao 4 referem-se à entrada no convento e à eleição da abadessa. Só no capítulo 5 dá indicações, que nos interessam para este estudo, sobre grade, frisando que seja posto um pano dentro para manter a privacidade e especificando quando indica que *a dicta grade hua porta com duas fechaduras fortes com dous ferrolhos. A qual porta mayormente de noite se feche com duas chaves. Das quaes hua tenha a abadessa outra a sacristaa*<sup>80</sup>.

A portaria é outro dos espaços indicados, dizendo sucintamente que era uma *cella* aberta sem porta onde a porteira (mulher madura) estaria de dia. A porta do convento, tal como a da grade, também deve possuir duas fechaduras e ser forte; uma chave estaria com a abadessa e a outra com a porteira<sup>81</sup>.

Passemos às *Constituições*. A reforma coletina reflecte-se na arquitectura do convento de Faro porque privilegia a existência de dormitórios colectivos e a proibição de celas unipessoais. Reforça ainda a clausura: *deuem ficar sercadas e em ha clausura (...) nenhuma licença lhe seia concedida*<sup>82</sup>.

Ordena o texto coletino que em cada convento exista um tornatório ou roda e um palratório muito resistentes, descrevendo-os desta forma: *seia assi das lumieyras de cima e de baixo e das jlhargas assi seiam carzadas que nom aya alguma abertura . per onde alguns possam veer dentro nem de dentro fora e de dentro tenha hua porta forte . que de nocte seia fechada (...) assi ordenamos que em aquelle lugar ou câmara . omde for posto e situado ho dicto tornatório . seia hi mesmo ho comuu palratório . acerca do dicto tornatório ou Roda . e . hua fresta quadrada em aqual janella . ou*

---

<sup>80</sup> ASCENÇÃO, Soror Inês d', *op. cit.*, s/d, p. 4v e 5.

<sup>81</sup> *Idem*, p. 8v.

<sup>82</sup> *Idem*, Cap. VI, p. 33.

*fresta alem do meyo da parede de dentro Seia hua grade de ferro firme e espessa que ainda quasi tres cabeças de tres dedos junctos nom caibam per os furacos . e de fora pontas de ferro . longas : contra aqual grade da parte de dentro seia yunto e pregado hum pano duas vezes ou três dobrado de teea negra grossa e espessa (...) de dentro seia hua porta forte . que senpre de dia seya carrada sem chaue (...) de nocte será firmemente fechada com chave . E . hi em ho dicto locutório e parlatório<sup>83</sup> .*

Outro espaço referenciado é a igreja, mais precisamente sobre a grade que deveria separar a igreja de fora da igreja de dentro<sup>84</sup>. Especifica a existência de uma “portinha pequena” e de um postigo na porta/ grade grande. Esta porta deveria estar sempre fechada<sup>85</sup>. Particulariza ainda que *a grade da jgreya . que sempre seja de ferro forte firme e espessa . assi que ao menos per seus buracos possam poer e entrar as cabeças de quatro dedos hum sobre ho outro e todos quatro junctos e huas pontas de ferro de fora e longas de hum meo palmo bem conjuctas. Em a qual grade em o lado della a parte da escada de fora seja hua frestua ou janelzinha ha pequena quadrada de hum palmo para cada quadra cerrada firmemente fechada com duas fechaduras diferentes . Aqual nam seja aberta sena quãdo for a comunhão das sorores (...) em a parte contrarya da janelzinha pequena da grade da dicta, seja um buraco a modo de fresta pequena pera ouuvir de confissam e pera se confessar . que tenha altura de dous palmos e de largo hum palmo e meio e seja cerrada a dicta fenestrazinha de fora com hua lamina de ferro . espessamente furada com buracos*

---

<sup>83</sup> *Idem*, Cap. VI, p. 35v e 36.

<sup>84</sup> A igreja de fora corresponde à nave e à capela-mor, espaço de acesso ao público e individualizado para a rua; a igreja de dentro pode ser também denominada das freiras ou coro-baixo. Sobre este assunto pode consultar-se GOMES, Paulo Varela, “Arquitectura de mulheres, mundo de homens, intervenções da DGEMN em edifícios de mosteiros femininos extintos (1930-1950), 1999, p. 83-98.

<sup>85</sup> *Idem*, Cap. VI, p. 36v.

*pequenos e meudos e de dentro seja hum postigo ou porta de pão fechada tam bem fechada com duas fechaduras diferentes*<sup>86</sup>.

Da leitura que temos vindo a fazer destes textos podemos concluir que os espaços descritos, com mais pormenor, são apenas os que se referem aos pontos de contacto com o exterior. Assim, podemos inferir que a ideia de clausura e as suas implicações dominam estes escritos. Preservar e poupar este espaço da visita de “intrusos” é outra das questões bem marcadas nestes textos, que pormenorizam qual deve ser a conduta das freiras em caso de haver obras no interior do convento ou de ser necessário entrar, *dentro de portas*, o visitador, o confessor ou outros.

Contudo outros espaços são referidos, mas sem especificar regras de edificação, tais como o refeitório, a enfermaria, o capítulo, a escola de noviças, o dormitório e o pomar.

Há apenas uma referência directa ao tipo construtivo que se deve adoptar na feitura destes espaços: *e assi (...) estritamente mandamos que a clausura das sorores ou do mosteiro . as paredes seyam altas espesas e firmes e também ha habitaçam dos segraes (sic) suficientemente afastadas e alongadas*<sup>87</sup>.

---

<sup>86</sup> *Idem*, Cap. IX, p. 44v e 45.

<sup>87</sup> *Idem*, Cap. X, p. 48.

## 2. A encomenda e o patrocínio

A casa das clarissas de Faro teve a sua origem numa encomenda régia; por isso esta parte do trabalho pretende fazer uma incursão na questão da pertença de Faro à Casa da Rainha. Abordaremos, ainda, a questão do contributo dos instituidores particulares.

### 2.1 A Casa da Rainha e a fundação do convento

Em 1481, quando D. João II sobe ao trono, Faro continua na posse de D. Álvaro<sup>88</sup>, duque de Bragança. Contudo, o novo monarca inicia uma política<sup>89</sup> de afirmação do poder real e de perseguições à alta nobreza, principalmente à família de Bragança. O soberano começa por retirar muitas terras que tinham sido doadas aos nobres, dando-se uma concentração territorial em sua posse. Uma das localidades que passa para o seu poder é Faro.

Como consequência da nova política régia D. João II faz, a 14 de Abril de 1491<sup>90</sup>, uma doação das terras de Faro e Silves à sua mulher, a Rainha D. Leonor, passando a vila de Faro a integrar os bens da Casa da Rainha<sup>91</sup>.

---

<sup>88</sup> Filho de D. Afonso, o segundo duque de Bragança, irmão de D. Fernando a quem a vila de Faro foi doada por D. Afonso V em 1469. Sobre este assunto pode consultar-se CUNHA, Mafalda Soares da Cunha, *Imagem, Parentesco e Poder, A Casa de Bragança (1384-1483)*, 1990, p. 101.

<sup>89</sup> Essa política obrigou a que os senhores devolvessem ao monarca as terras que possuíam. Sobre este assunto consultar MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Os régios protagonistas do Poder”, *História de Portugal*, vol. 3, p. 513.

<sup>90</sup> ANTT, Livro 2, Místicos, fl. 86 citado por LOPES, João Baptista da Silva, *op. cit.*, 1988 (1841), p. 278.

<sup>91</sup> A Casa da Rainha pode ser definida como o usufruto que *as esposas dos reis de Portugal (...) tinham através dos (...) rendimentos de bens que possuíam em diversos pontos do país, e que constituíam o apanágio ou casa das senhoras rainhas; estes bens provinham em grande parte de doações*. A sua criação data de (...) pelo menos, do segundo reinado, BENEVIDES, Francisco Fonseca, *Rainhas de Portugal: estudo histórico*, 1878, p. 36. Mas a constituição oficial desta Casa parece ter acontecido só em pleno século XVI como afirma António Hespanha *Se avançarmos século e meio [Final do século*

Pertencer à Casa da Rainha<sup>92</sup> vai contribuir para o seu crescimento económico e importância regional. Uma das razões apontadas para a escolha de Faro, em detrimento de Lagos e Tavira, para receber a sede do poder episcopal é pertencer aos domínios das rainhas de Portugal.

Para o estudo que estamos a desenvolver interessa-nos sobretudo as primeiras três donatárias. Iremos fazer uma breve incursão na vida de cada uma delas enfatizando os aspectos relacionados com a nossa problemática.

### **2.1.1 D. Leonor de Lencastre (1458-1525)**

A primeira donatária da Vila de Faro nasceu em Beja em 1458, tornando-se na personagem mais influente e importante da sua época. Ainda como mulher de D. João II é regente de Portugal nas ausências do marido. Mas a sua marca não se esgota com a morte do marido (1492); note-se que nos reinados de D. Manuel I (seu irmão) e de D. João III (seu sobrinho) ela continua a manter e, por vezes, a reforçar os seus domínios patrimoniais e a sua importância cultural e social. A posse territorial é inalterável apesar da sua acção coexistir com outras quatro rainhas de Portugal<sup>93</sup>.

Há um exemplo sobre este reforço de poder por parte de D. Manuel I, irmão de D. Leonor, confirma, em 1495, o domínio leonorino em Faro e Silves<sup>94</sup>. Para além

---

XV], durante o qual as grandes modificações, neste plano, foram, decerto a constituição (...) da Casa das Rainhas, HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, 1982, p. 298.

<sup>92</sup> Domínio que se prolonga até ao século XIX. Em 1811 Faro já pertence à Coroa, situação que é frequente neste período: *Acabámos de constatar uma mutação de grande importância no que às jurisdições senhoriais se refere: entre meados do século XVII e o início do século XIX, mais de 40% dos concelhos portugueses mudaram de senhorio*, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”, *História de Portugal*, vol. 4, p. 347.

<sup>93</sup> As três esposas de D. Manuel I e D. Catarina esposa de D. João III.

<sup>94</sup> IAN/TT – Livro 1.º de Místicos, fl.57, citado por SOUSA, Ivo Carneiro de, *A Rainha D. Leonor Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*, 2002, p. 148.

das suas terras D. Leonor recebeu de D. Manuel I *outras rendas fixas em dinheiro escoradas em vários direitos e imposições, como era o caso dos direitos da mouraria e judiaria*<sup>95</sup> de Silves e de Faro – transformados respectivamente num valor que orbitava em torno dos 132:333 reais e dos 83:892 reais<sup>96</sup>.

O seu papel na sociedade de inícios de quinhentos é visível no destaque que Damião de Góis lhe confere na sua crónica<sup>97</sup>. Podemos dizer que se trata de *uma figura áulica, elevada, activa; uma figura de grande mulher; uma figura de Princesa do Renascimento que coloca o seu poder ao serviço do mecenato cultural e religioso; uma figura fundamental da caridade e do apoio aos mais desprotegidos (...)*<sup>98</sup>.

A acção desta Rainha é marcada pela *devotio moderna*, movimento espiritual que nasce no século XIV e que está estreitamente ligado aos valores humanistas. Por sua vez, a actuação do Rei D. Manuel I nas questões de assistência denota uma forte influência de sua irmã.

D. Leonor, considerada a protectora dos pobres, foi a fundadora das Misericórdias em Portugal; por isso é, muitas vezes, apelidada de “mãe” do reino, pelo seu papel crucial na área social e assistencial<sup>99</sup>.

Falar desta Rainha implica também salientar o seu papel dinamizador na reforma das clarissas portuguesas<sup>100</sup>. Este movimento de renovação religiosa foi o mais importante no Portugal de então e o seu principal objectivo era a criação de

---

<sup>95</sup> Lugar, como vimos no capítulo anterior, em que se edificou o Convento Nossa Senhora da Assunção de Faro.

<sup>96</sup> SOUSA, Ivo Carneiro de, *op. cit.*, 2002, p. 154.

<sup>97</sup> GÓIS, Damião, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, conforme edição de 1566, Coimbra, 1949.

<sup>98</sup> SOUSA, Ivo Carneiro de, *op. cit.*, 2002, p. 46.

<sup>99</sup> Este assunto é estudado em profundidade em SOUSA, Ivo Carneiro de, *op. cit.*, 2002.

<sup>100</sup> Sobre este assunto pode consultar-se uma obra fundamental DIAS, José Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso em Portugal*, 1960. Apesar do autor não referir o papel decisivo que D. Leonor teve nessa reforma. Pode ainda consultar-se SOUSA, Ivo Carneiro de, *op. cit.*, 2002, p. 436.

novos espaços que se regessem pela intensificação da religiosidade. Esta tarefa levou D. Leonor muito a sério e com grande empenho, veja-se, a título de exemplo, a fundação do Mosteiro da Madre de Deus em Lisboa (1509).

Para concluir gostaríamos de sintetizar a acção desta Rainha como protectora dos desfavorecidos, senhora de uma religiosidade imensa e que contribuiu para a construção de um Portugal moderno e mais social.

### **2.1.2 D. Leonor d'Áustria (1498-1558)**

Nasceu em Lovaina, na Flandres e aos vinte anos chega a Portugal para desposar D. Manuel I, tornando-se na sua terceira mulher. No tratado de casamento, assinado em Saragoça a 22 de Maio de 1518<sup>101</sup>, o monarca prometia que as terras pertencentes a sua irmã passariam, após a sua morte, para a futura rainha.

D. Leonor chega a Portugal em Novembro de 1518, passando a maior parte do tempo em Évora onde se encontrava a corte. A união duraria apenas três anos devido à morte do Rei em 1521, quatro anos antes de sua irmã. A Rainha deixa Portugal em 1523 com rumo a França onde casa com Francisco I.

Assim, quando em 1525 morre D. Leonor de Lencastre e esta recebe as terras que lhe pertenciam por direito, trata-se de um acto simbólico. Quem usufruirá efectivamente das terras será a sua irmã D. Catarina, mulher de D. João III.

---

<sup>101</sup> BENEVIDES, Francisco Fonseca, *Rainhas de Portugal: estudo histórico*, 1878, p. 356, refere que esta informação foi retirada de ANTT, Gaveta 17, Maço 1, n.º 10.

### 2.1.3 D. Catarina d'Áustria (1507-1578)

Irmã de D. Leonor d'Áustria assina um contrato nupcial com D. João III a 19 de Julho de 1524. Nesse acordo o Rei promete dar-lhe todas as terras pertencentes a sua tia, após a morte desta e depois destas passarem para a viúva de D. Manuel I, que em primeiro lugar as devia herdar.

A troca das terras entre as duas irmãs está descrita na Crónica de D. João III, escrita por Francisco de Andrada.

*(...) Que el Rey nosso senhor daria ha Ifanta dona Caterina as terras que então tinha a Rainha dona Leonor sua tia, quando vagassem por fallecimento della, e da Rainha de França dona Leonor, irnam da mesma Ifante dona Caterina a quem então estauão obrigadas, as quais terras logo como vagassem serião entregues ha Ifanta dona Caterina na forma e maneyra que então as possuia a Rainha dona Leonor sua tia. (...) <sup>102</sup>.*

*(...) No anno de 1528 a Rainha dona Caterina nossa senhora, molher del Rey dom João o terceiro, fez hum escãibo e troca com a Rainha de França dona Leonor sua irnam, molher del Rey Francisco valois, que prymeiro fora Rainha deste reyno, molher d'el Rey dom Manoel; em que a Rainha nossa senhora trespasou na Rainha de França sua irnam os coatro contos de marauedis que tinha o Emperador Carlos quinto irmão de ambas as Rainhas cada anno em sua vida, assentados em certas villas e lugares dos reynos de Castella; e a Rainha de França a troco delles trespasou na Rainha nossa senhora todo o direyto, dominio, aução, propriedade que tinha na cidade de Silues, e nas vilas de Faraó, Sintra, Alanquer, Aldêa galega d'apar da Merceana, Aldeã gauinha, Caldas, e Obidos, e nos castellos, vassallos, jurisdição, rendas, e dyreito dellas, assy como as ella ouuvera por*

---

<sup>102</sup> ANDRADA, Francisco de, *Crónica de D. João III*, 1976, p. 146-147. O sublinhado é nosso.

fallecimiento da Rainha dona Leonor mollher que fora del Rey dom Joaõ o segundo deste nome, segundo forma do seu contrato dotal (...)<sup>103</sup>.

Cinco anos após o contrato nupcial D. João III doa a vila de Faro à sua mulher, como se comprova em carta de 4 de Janeiro de 1529<sup>104</sup>. Esta Rainha será donatária da cidade até à sua morte, já em tempo de D. Sebastião<sup>105</sup>.

## 2.2 O Patrocínio Régio

No item anterior detivemo-nos sobre as primeiras três donatárias de Faro; neste ponto iremos abordar a sua importância e o seu contributo como patrocinadoras da construção do convento.

Detenhamo-nos na análise das fontes que nos contam a história da edificação. A fonte impressa mais antiga que indicia D. Leonor, terceira mulher de D. Manuel I, como donatária da vila de Faro e patrocinadora/ fundadora do convento é a *História Seráfica* de Frei Fernando da Soledade, escrita em 1737. Este cronista expressa com clareza a ideia de que a história da fundação do convento estava nessa época envolta em mistério<sup>106</sup>.

---

<sup>103</sup> ANDRADA, Francisco de, *op. cit.*, 1976, p. 393. O sublinhado é nosso.

<sup>104</sup> Livro 48 de D. João 3.º, fl. 104.

<sup>105</sup> Após a morte de D. João III e, ainda em tempo de D. Sebastião, Faro pertencia a esta rainha como o prova a crónica de João Cascão sobre a viagem de D. Sebastião ao Algarve em 1573 *a Cidade da Rainha vossa Auó*, IRIA, Alberto, *op. cit.*, 1976, p. 107.

<sup>106</sup> *A Rainha Dona Leonor, mulher terceira del Rey Dom Manoel (...) deu principio ao Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção da primeira Regra de Santa Clara (...) Assignar porém com certeza o anno, em que teve principio não hé possível; porque ninguem [que nos conste] o deixou em memoria. He contudo infallivel, que sendo esta Rainha a primeira Fundadora, como todos confessão, havião de lançarse os fundamentos desta Casa entre os annos de mil quinhentos e dezoito, e mil quinhentos e vinte e três; porque no primeiro entrou em Portugal; e no segundo, sendo já viuva do sobredito Monarca, se retirou para Castela, e dahi foy ser Rainha em França*, SOLEDADA, Frei Fernando, *História Seráfica Chronologica da Ordem de São Francisco na Província de Portugal*, IV Parte, 1737, p. 97.

Por sua vez Frei Jerónimo de Belém, vinte e um anos depois, na sua *Crónica Seráfica* refere pela primeira vez uma viagem a Santiago de Compostela de duas irmãs<sup>107</sup> de Beja realizada em 1518 e que no regresso deste périplo teriam passado por Lisboa para falar com a Rainha D. Leonor d'Áustria:

*chegando a Lisboa, se apresentaraõ á serenissima Rainha Dona Leonor, Flamengo, e mulher terceira do senhor Rey D. Manoel (...) Puserao na presença da Rainha o espírito (...) que traziam de fundarem hum Mosteiro reformado (...) continua a crónica afirmando que a Rainha (...) logo lhes offereção a Cidade de Faro, que ainda entaõ era Villa, e de seu padroado, para fundarem o Mosteiro e promettendo-lhes a sua protecção, e as despesas do edificio, as despedio com huma grandiosa esmola (...) fizeraõ jornada por Béja; e depois de venderem seus bens (...) e com a generosa esmola de Sua Magestade foraõ dar principio á nova fundação<sup>108</sup>.*

Devemos referir que as crónicas aqui analisadas foram escritas no século XVIII; época em que a Casa da Rainha era uma instituição que consoante o monarca no poder assim era a sua esposa a representante.

Estas duas fontes contradizem a ideia que expusemos anteriormente e que defendemos: Faro pertenceu à Casa da Rainha D. Leonor, mulher de D. João II, até à sua morte em 1525 e o inicio da construção do convento teve o seu patrocínio<sup>109</sup>.

Para fundamentar a nossa proposta não nos baseámos apenas na análise documental das evidências mas também noutras fontes como a história do edifício e

---

<sup>107</sup> Já a primeira obra coeva que refere o convento foi a escrita por Frei João de São José em 1577, referindo que *o qual teve princípio em uas mulheres honradas e velhas que naquele mesmo lugar faziam vida recolhida, à maneira de beatas*, GUERREIRO, Manuel Viegas e MAGALHÃES, Joaquim Romero, *op. cit.*, 1983, p. 47.

<sup>108</sup> BELEM, Frei Jerónimo, *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observancia do nosso seráfico padre S. Francisco*, parte IV, 1758, p. 352-353.

<sup>109</sup> Ideia partilhada por MARQUES, João Alberto de Carvalho, *O Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro*, 1990, p. 181.

da sua construção. Podemos trazer como indicadores que contribuem para clarificar esta problemática a questão da heráldica<sup>110</sup> da Rainha D. Leonor de Lencastre estar a rematar o portal da igreja<sup>111</sup>, bem como a escolha do arquitecto ou do local de edificação do convento.

À Rainha D. Catarina, mulher de D. João III, se deve o patrocínio para a segunda e terceira fases de construção<sup>112</sup> do convento. O dinheiro para as obras provinha de várias fontes, como por exemplo: das pipas de vinho que todos os anos eram enviadas à Índia *pera as despesas das obras do dito mosteiro*<sup>113</sup>.

D. Catarina é considerada por alguns autores como a fundadora<sup>114</sup> do convento, mesmo Frei Jerónimo de Belém a intitula várias vezes de *Rainha Fundadora*<sup>115</sup>.

Mas, o patrocínio régio em relação às obras conventuais prolonga-se no tempo: vejamos um alvará de D. Sebastião datado de 6 de Outubro de 1560, escrito por João de Seixas e assinado por Manuel da Costa, onde mandou às autoridades de Faro e ao Corregedor de Tavira, que sendo requerido pelas freiras, lhes dessem toda a pedra, cal, tijolo e outros materiais para as obras, além de pedreiros, carpinteiros<sup>116</sup>.

Na época de Filipe I (1580-1598) e após o ataque das tropas inglesas o Rei deu dinheiro para a reconstrução do edifício, como se pode verificar nas palavras do bispo

---

<sup>110</sup> No Mosteiro da Madre de Deus em Lisboa, fundado pela mesma Rainha, também aparece o camaroeiro no portal sul da igreja. Ver imagem numa das tábuas do Retábulo de Santa Auta *Chegada das Relíquias a Lisboa*, de Garcia Fernandes e Cristóvão de Figueiredo (c. de 1520) no Museu Nacional de Arte Antiga, n.º inv. 1462 Pint..

<sup>111</sup> E por questões que se prendem com o edifício e com o arquitecto escolhido, a este tema voltaremos nos capítulos 3 e 4 da primeira parte deste trabalho.

<sup>112</sup> A este assunto voltaremos no sub-capítulos 3.2 e 3.3, da primeira parte deste trabalho .

<sup>113</sup> A.N.T.T Corpo Cronológico Parte I Maço 89 Doc. 112 – 16 de Março de 1553 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, Doc. n.º 24.

<sup>114</sup> Ideia partilhada por SOUSA, Ivo Carneiro de, *op. cit.*, 2002, p. 516.

<sup>115</sup> BELEM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, 1758, p. 354 e 357.

<sup>116</sup> BELEM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, 1758, p. 364.

D. Fernando Martins Mascarenhas: *Tem El-Rei, como padroeiro que é desta casa, feito mercê de dois mil e quinhentos cruzados para ajuda do reparo dela e daqui por diante se começarem a fazer alguma obra*<sup>117</sup>.

O patrocínio régio foi fundamental para a construção de um edifício de qualidade ímpar no Algarve e proporcionou à comunidade religiosa que aí foi viver esmolas anuais para a sua manutenção.

### 2.3 Os instituidores particulares

A iniciativa da fundação do convento demonstra desde logo a participação de particulares na sua concretização. As duas irmãs de Beja – Maria das Chagas e Leonor Trindade – foram as primeiras a contribuir para a sua edificação *venderão todos os seus bens ; e com elles vieraõ a dar principio a esta Casa*<sup>118</sup>.

Frei Jerónimo de Belém refere desde o primeiro momento a existência de outros instituidores particulares, tais como Rui Barreto e sua mulher:

*sendo esta Fundação principiada pelo generoso animo de huma Rainha, não lhe servio de embaraço que nella se interessasse o espírito de outros bem-feitores, como foi Ruy Barreto, Alcaide mór de Fáro, e Loulé, o qual por não ficar inferior na devoção de sua mulher Dona Branca de Vilhena , que deu principio ao nosso Convento de Santo António, mostrou que tambem o seu coração era todo Seráfico , na fundação deste Mosteiro*<sup>119</sup>.

---

<sup>117</sup> Informação que o Bispo do Algarve Dom Fernão Martins Mascarenhas envia ao Santíssimo padre Nosso Senhor Clemente VIII do estado da sua igreja o ano de 1598 retirada de LAMEIRA, Francisco, *op. cit.*, 1999, p. 44.

<sup>118</sup> BELEM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, 1758, p. 373.

<sup>119</sup> BELEM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, 1758, p. 353.

Para além de Rui Barreto também patrocinaram o início da construção muitas outras pessoas: *até os moradores da Villa, sem offensa da real Fundadora, concorrerão com suas esmolas para verem tudo concluído com mayor brevidade*<sup>120</sup>.

A ausência de mecenas particulares para costear a construção do convento é apontada pelo mesmo cronista como uma das razões para o atraso da obra na década de 20, do século XVI: *a falta de outros bem-feitores perdião as esperanças de verem completos os seus desejos*<sup>121</sup>.

Os rendimentos do convento para além do patrocínio régio vinham também da entrada no convento de *muitas donzellas da primeira nobreza de Fáro*, e de outras partes remotas, ainda de fóra do Reyno. Há dois casos concretos que chegaram até nós: um de uma viúva de Faro, Helena da Trindade que deu para as obras do convento *dous mil cruzados*<sup>122</sup>; outro de uma futura freira filha de Beatriz Alves de Araújo e que em 1545 *havia ja entregado sesenta mil reis de dote por não ter mais a Diogo Selema seu tezoireyro para os entregar ao Bispo do Algarve a conta de sem mil Reis que o seu feitos havia dado em Faro para as obras*<sup>123</sup>.

Outra forma de financiamento do convento resultava dos enterramentos realizados na igreja conventual; com este dinheiro podia mandar-se fazer um altar

---

<sup>120</sup> BELEM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, 1758, p. 353.

<sup>121</sup> BELEM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, 1758, p. 353.

<sup>122</sup> BELEM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, 1758, p. 357 e B.N.L. Coleções em Organização, Caixa 13, Doc. 3, S.D. 1800 transcrito de MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, Doc. n.º 43, p. 387.

<sup>123</sup> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 3 – S.D. c. de 1800, transcrito por MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, vol. II.

ou simplesmente um donativo ao convento. Conhecemos três lápides sepulcrais com inscrição, uma delas perpétua e datada de 1609<sup>124</sup>; podemos relacionar o contributo desta família com a reconstrução do convento após a invasão inglesa de 1596.

Pela breve análise que realizámos podemos concluir que os patrocínios particulares resultavam sobretudo de três actividades: o “aluguer” de altares na igreja; a “compra” de um lugar para ser sepultado na igreja e a entrada de donzelas no convento.

---

<sup>124</sup> S. PERPETUA

DE (nexo) FRCO FOGACA DE (nexo) MELO  
HE (nexo) DE (nexo) DONA MARGARIDA (DA nexo)  
SVA MOLHER HE (nexo) DE (nexo) SEVS H [E]R  
DE I ROS . HE (nexo) SOCECORES  
1609

Sepultura perpétua de Francisco Fogaça de Melo e de Dona Margarida, sua mulher e de seus herdeiros e sucessores. 1609. Actualmente, encontra-se por baixo do arco triunfal mas no século XIX Monsenhor Botto escreve: (...) *esta lousa funerária foi removida do claustro do convento das Freiras de Faro* (...), BOTTO, Monsenhor Cónego Joaquim Pereira, *Glossário Critico dos principaes monumentos do Museu Archeologico Infante D. Henrique*, 1899, p. 102-103.

### 3. As fases de construção e os arquitectos

#### 3.1 1.<sup>a</sup> fase – 1519-1525

O ano de 1518 é indicado pelo cronista da Província de Portugal<sup>125</sup> como o da fundação<sup>126</sup>. Um documento compilado em 1800, com a história do convento também refere a mesma data. Outro cronista, este da Província dos Algarves, Frei Jerónimo de Belém indica o ano de 1519 para o início da construção: *No anno de 1519 chegarão a Faro (...) Foi-lhes signalado o sitio do Castello, dentro de muros, para a fábrica da Igreja, e Mosteiro, a que se deu principio*<sup>127</sup>. Aí, no local escolhido que estava semi-abandonado, após a expulsão dos judeus, se instalaram as duas irmãs<sup>128</sup> – Maria das Chagas e Leonor Trindade – com o fim de participarem na construção do convento.

---

<sup>125</sup> Que escreveu em 1737, referindo que *os fundamentos desta Casa* [foram lançados] *entre os annos de mil quinhentos e dezoito, e mil quinhentos e vinte e três*. SOLEDADE, Frei Fernando, *História Seráfica Chronologica da Ordem de São Francisco na Província de Portugal*, IV Parte, p. 140. Há ainda outra data que é indicada como a da chegada das irmãs a Faro *No anno de 1517 vierão ter a Faro com suas fazendas e Esmolas (...) a fundar nella o Convento (...) aliciadas da Raynha D. Leonor terceira mulher do Senhor Rey D. Manoel de Portugal*. B.N.L., Colecções em Organização, Caixa 13, Doc. 3, S.D. 1800 transcrito de MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, Doc. n.º 43, p. 384.

<sup>126</sup> Pensamos que podemos dizer que este convento teve duas fundações, tal como teve duas fundadoras porque inicialmente a fundação obedeceu à Regra de Santa Clara e na refundação já com D. Catarina obedece especificamente à reforma de Santa Colecta como a Soror Brites da Ascensão refere na sua regra *Da congregaçam e familia da grande nobre e clara reformadora da dita ordem . soor coleta professa da dita ordem*, ASCENÇÃO, Inês, *Do Uso da Santa Comunidade da Sumção de Faro*, s/data (século XVI), manuscrito, p. 60.

<sup>127</sup> BELEM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, 1758, p. 353.

<sup>128</sup> Que venderam todos os seus bens e com eles deram inicio à obra. Estas irmãs só se tornaram freiras por volta de 1542, quando receberam o hábito e foram separadas, pois a regra não permitia duas irmãs juntas no mesmo convento, Maria das Chagas foi para o convento de Jesus de Setúbal. *Na prosissão solemne, que fizeraõ , depois do seu ano de approvaçãõ , debaixo do magisterio das Veneraveis Fundadoras , que do Mosteiro da Madre de Deus lhes vieraõ ensinar*, BELÉM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, p. 373.

O cronista da Província dos Algarves dá-nos sobre esta fase as seguintes indicações: *apenas constava de hum dormitório mal acabado e de uma Igreja imperfeita*<sup>129</sup>. Numa miscelânea de documentos compilados no início do século XIX diz-se que *O edefício que no decurso deste tempo [até à morte da Rainha D. Leonor, viúva de D. João II] se havia feito eraõ 2 lanços, comvem a saber, egreja, Coro, no 1.º lanço: no 2.º o dormitório, e algumas outras cazas e a serca*<sup>130</sup> *comessadas*<sup>131</sup>.

Analisando o edifício podemos observar alguns vestígios pré-existentes: uma das portas do coro baixo (Foto 40); a porta de acesso ao mirante no 1.º piso e a torre utilizada como mirante. Para além disso, através da observação das plantas, podemos afirmar que são visíveis algumas pré-existências, referimo-nos à zona da antiga portaria (actuais W.C. públicos), que apresenta uma parede inclinada (Planta 30).

Das reminiscências de época manuelina (nas alas poente e norte, como os elementos referidos anteriormente) encontramos: a porta de acesso às escadas para o coro alto e dormitório (Foto 44); o confessionário (Foto 34), situado na transição do corpo da igreja para o coro baixo; a primitiva porta principal da sala capitular (Foto 150 e 151).

Se nos detivermos com atenção na análise da duas alas – norte e oeste, que a documentação refere como as primeiras a serem construídas (e onde ainda se mantêm os vestígios tardo-medievais), podemos observar que existem em termos estilísticos elementos comuns: o chanfro das portas quer de acesso à sala do capítulo através do

---

<sup>129</sup> BELÉM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, 1758, p.354.

<sup>130</sup> Existe um carta do Ministro Provincial Fr. Francisco da Conceição de 1551 à Rainha D. Catarina onde este refere que as freiras necessitam da *orta cercada*, o que mostra que a construção da cerca se prolongaria por mais de vinte anos. A.N.T.T Corpo Cronológico Parte I Maço 86 Doc. 70 – 15 de Junho de 1551 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, Doc. n.º 20.

<sup>131</sup> B.N.L., Coleções em Organização, Caixa 13, Doc. 3, S.D. 1800, MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, Doc. n.º 43, p. 385.

coro baixo, quer na primitiva entrada principal (Foto 152); o confessionário que apresenta representações de cabeças humanas como o cunhal externo da igreja (para a Rua do Castelo) (Foto 11); os cunhais chanfrados da igreja (para a rua e para o claustro) que são rematados inferiormente com duas meias pontas de diamante (Fotos 14 e 15) como sucede com o portal primitivo da sala do capítulo (Foto 152); o cunhal da igreja que delimita a nave da capela-mor é chanfrado e apresenta, para além do remate inferior anteriormente descrito, no remate superior uma estrela de cinco pontas (Foto 11 a 13); o cunhal que delimita a *igreja de dentro*, também, é chanfrado e tem no remate superior do chanfro uma cara idêntica às do confessionário (Foto 11).

Simultaneamente à realização da obra foram compradas várias casas para a construção do convento, *as (...) casas foram tomadas E que todas as que se tomaram foram paguas*. Um exemplo é a tomada da casa de Inês Afonso, cerca de 1523: *E que avera trynta anos pouco mais ou menos que foram tomadas pera o dito mosteyro*. A abadessa Soror Biatriz confirma esta posse em carta do mesmo ano, *Joana Simões filha de ynes a defunta, fez ao dito comvento de hua casa e câmara com quimtall e poço que por morte da dita ynes a lhe ficou demtro neste mosteyro omde era a judaria desta cidade que he agora omde esta a portaria do dito moesteyro*<sup>132</sup>. Como a zona da portaria do convento está muito descaracterizada, pois foi ocupada por casas de habitação até 1960, altura em que a autarquia comprou o edifício, não é possível identificar vestígios representativos do início da construção, apenas a inclusão de uma parede de uma das casas na construção do convento (visível pela inclinação).

---

<sup>132</sup> A.N.T.T Corpo Cronológico Parte I Maço 89 Doc. 112 – 17 de Julho de 1553 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, Doc. n.º 24, p. 309.

A data *postquem* para este primeiro período é o ano da morte da Rainha D. Leonor, mulher de D. João II. De 1525 a 1528 Faro fica sem donatária efectiva. Em Janeiro de 1529 D. João III confia a posse das terras à sua mulher, a Rainha D. Catarina.

Assim, as duas irmãs continuavam a viver numas casas próximas da obra<sup>133</sup> e durante os primeiros seis anos de obras tinham sido construídos apenas duas alas do convento: a ala norte, correspondente ao corpo da igreja e a ala oeste onde se instalaram no r/chão a sala capitular e no primeiro andar o dormitório.

Para os anos que temos vindo a analisar não é conhecido nenhum mestre pedreiro a ela associado.

### 3.2 2.<sup>a</sup> fase – 1529-1550

A Rainha D. Catarina em 1528, quando se dá a troca com a sua irmã das terras que tinha recebido da Rainha D. Leonor, mulher de D. João II, manda 45.150 réis para o convento<sup>134</sup>, não se especificando o seu destino.

Mas, D. João III só em carta de 4 de Janeiro de 1529 é que confirma a posse da cidade à sua mulher a Rainha D. Catarina; o grande patrocínio que esta dá à segunda fase da obra valeu-lhe o epíteto de *fundadora*<sup>135</sup>.

Após o interregno de que as fontes fazem eco, a construção do convento volta a ser uma prioridade. A rainha envida todos os esforços para prosseguir com a edificação, sendo as décadas de construção mais activa as de 30 e 40 do século XVI,

---

<sup>133</sup> E continuariam durante mais dezoito anos até à clausura: *23 anos viverão estas mulheres com outras mais que se agregaraõ ao abrigo do pequeno edeficio que com muito trabalho seu se avia levantado trabalhando de dia e de noite*, B.N.L., Colecções em Organização, Caixa 13, Doc. 3, S.D. 1800 transcrito de MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, Doc. n.º 43, p. 385.

<sup>134</sup> A.N.T.T., Corpo Cronológico, Parte I, Maço 39, n.º 76 de 12 de Março de 1528.

<sup>135</sup> Como vem referida no *Portugal Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heráldico, Numismático e Artístico*, vol. III, p. 309.

quando o edifício é integrado na clausura e as obras quase terminadas. O ano do reinício dos trabalhos não foi possível apurar com exactidão, mas podemos sugerir com alguma segurança que foi no início da década de 30.

Os anos mais fortes do estaleiro de Faro foram sobretudo a partir do final da década de trinta do século XVI e toda a década seguinte. Esta campanha é dirigida por Afonso Pires que reinicia os trabalhos pela conclusão do corpo da igreja, como se pode perceber pela data de 1539, inscrita no portal exterior.

Em 1543 Afonso Pires manda o pedreiro António Gomes entregar à rainha *o debuxo e informações das obras*<sup>136</sup>. Deste *debuxo* deviam fazer parte a ala superior do claustro, nomeadamente a enfermaria, que tem a data de 1545 inscrita na verga da porta, e o claustro, concluído em 1548.

A documentação relativa à obra começa a ser mais intensa a partir de 1541<sup>137</sup>, sobretudo dados relativos a esmolas da Rainha que, apesar de não especificadas, muito terão contribuído para as obras. Nesse mesmo ano foram retiradas umas casas para integração no convento<sup>138</sup>. Sobre esta matéria a Rainha escreve uma carta, a 5 de Outubro de 1544, para que se visse que casas eram necessárias *tomar* para o convento e que fossem avaliadas e se fizesse um auto<sup>139</sup>.

Em 1545 compra-se a madeira para a continuação das obras<sup>140</sup>. A Rainha segue de perto a construção ao ponto de conhecer o tipo de madeira e pedra que se

---

<sup>136</sup> Documento citado por VITERBO, Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos Engenheiros e Construtores Portugueses ao serviço de Portugal, 1899-1922*, p. 285.

<sup>137</sup> Ano em que a 31 de Outubro chegaram as oito freiras da Madre de Deus.

<sup>138</sup> A *tomada* de casas para a construção do convento é uma constante neste processo. A.N.T.T. *Corpo Cronológico Parte I* Maço 81 Doc. 64 de 16 de Outubro de 1548 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>139</sup> MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, Doc. n.º 43, p. 391.

<sup>140</sup> A.N.T.T., *Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 77, doc. 45* e BRAGA, Isabel M.R. Mendes Drumond, “As terras algarvias da Rainha D. Catarina: Elementos para o seu estudo”, 1993, p. 197.

utilizam, como por exemplo, 280 paus de bordos da Flandres<sup>141</sup> para a construção do convento<sup>142</sup>. Nesse ano, como referimos no capítulo anterior, o convento recebeu ainda cem mil reis para as obras, de Beatris Alves de Araújo<sup>143</sup>.

O ano de entrada do edifício em clausura – 1548 - é o mais profícuo em troca de correspondência, mostrando-nos o andamento da obra. Ainda em Março desse ano era preciso dar ao mosteiro umas casas de Braz Fernandes, que estavam embargadas, como refere em carta à Rainha a Abadessa do convento: *ho portador desta he brás fernandez vizinho deste mosteiro E muyto bom omeem E devoto desta casa ao quall por mandado de.vossa.alteza lhe tem embargado huas casas as quais de necessidade am de ser tomadas pêra o mosteiro*<sup>144</sup>.

A cinco meses da entrada do convento em clausura a abadessa volta a escrever à Rainha a solicitar que se acabem as obras que faltam:

*E as varandas de çima E baijo já no fym do ladrilhar diseram hos officiaes que nam trouxeram ladrilho pera ho pateo de dentro da crasta (...)E caridade nos fara em mandar logo dar aviamento pera que venha ladrilho / (...) E quanto a camtidade que se a mister ira por item da mão dos officiaes nosso senhor lhe perdoe a descomsolacam que nos agora deram por nam uirem providos como era neçesareo*<sup>145</sup>.

Mas, logo no mês seguinte, a Abadessa volta a dirigir-se à Rainha para a informar de que as obras pararam por falta de dinheiro e que o mestre pedreiro

---

<sup>141</sup> A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I, Maço 78, Doc. 96.

<sup>142</sup> Sobre este assunto consultar MENDES, Isabel Maria Ribeiro, “A Casa da Rainha D. Catarina e as dávidas ao Clero”, 1989, p. 26.

<sup>143</sup> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 3 – S.D. c. de 1800, transcrito por MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>144</sup> A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 80 Doc. 48 – 7 de Março de 1548 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, vol. II.

<sup>145</sup> A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 80 Doc. 76 – 20 de Abril de 1548, *idem*.

Gomes de Torres voltaria à Corte: *ho portador desta E gomes de torres ho quall vay por agora espedido da obra que por falta de dinheiro não tem ao presente que fazer (...) E elle tem feyto tudo muy bem E trabalhado muy fiellmente E com muyta virtude E onestidade*. Ficamos, assim, a conhecer o nome do segundo mestre pedreiro<sup>146</sup> que trabalhou os desenhos de Afonso Pires. Como se pode verificar pelas palavras da Abadessa, quando diz que trabalhou muito fielmente, deduz-se que se trata de cumprir o *debuxo* à risca.

Ficam então por ladrilhar a sala do capítulo, a escada, o pátio, bem como *fora da crasta* as oficinas da portaria. A abadessa requer ainda que o mestre pedreiro regresse o mais depressa possível para terminar as obras.

*E fica ho pateo da crasta por ladrilhar E asi ho capitollo E samcristia E huã escada que sobe per a varanda que he servimtia de toda casa ficou tambem por fazer / E tudo ysto E dentro da crasta E nam se nos pode dar ate nam ser tudo. ysto de dentro acabado afora as ofiçinas da portaria que ficam de fora da crasta como ho portador dara mais larga conta / muy asinada comsolaçam nos fara vossa.alteza em mandar logo prover com algu dinheiro para se acabar logo o pateo E oficinas que estam dentro na crasta para que nos possamos logo servir della / Senhora este mestre da obra vay muy pobre E descomsolado por nam levar nehua despesa nem (...) E tiver aviamento de vir acabar a sua parte<sup>147</sup>.*

Apesar de todos os contratempos o claustro é integrado na clausura como nos mostra uma carta de Frei Diogo de Olivença, onde informa a Rainha da

---

<sup>146</sup> O primeiro referenciado é António Gomes que em 1542 levou o *debuxo* e as informações à Rainha.

<sup>147</sup> A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 80 Doc. 106 – 9 de Maio de 1548 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, vol. II.

aplicação da madeira que enviou ao mosteiro bem como da sua integração em clausura.

*dos cem bordos que vossa. Alteza. mandou derradeyros se forrou a casa da samcrystia que hee muyto grande E se fizeram os caxões e almaroos pera os ornamentos E cousas neçessaryas pera o culto dyvino E destes bordos se fizeram os encostos E assentos do capitulo. E se forrou outra casa no mesmo andar da clausura que hee pera ser escola das novyças E se fizeram portas pera ho reffectoreo E para a enfermaria E outras cousas neçessarias pera ho servyco do musteyro / dou Senhora esta conta a vossa. Alteza. pera saber que os bordos abrangerom asse fazer deles muyta obra E todas as cousas que se fizeram sam muyto chans E muyto bem lavradas E lympas a contentamento das freyras a claustra fyca acabada tyrando ho patyo deela que fyca por ladrilhar<sup>148</sup>.*

Com as obras praticamente concluídas e antes de se integrar o claustro na clausura este é aberto ao povo para uma visita, o que demonstra como afirma Horta Correia, *a novidade e o impacto do seu novo estilo*<sup>149</sup>. Pela carta de Frei Diogo de Olivença podemos verificar que a iniciativa teve muito sucesso não só na região como também em Castela:

*E antes. que a claustra se fechasse mandey dyzer aos curas das ygrejas que nas estações dyxessem ao pouo que vyssem ver ho musteyro antes que se carrassem E veo toda a gente da terra E muyta de castela que*

---

<sup>148</sup> A. N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 81 Doc. 49 – 18 de Setembro de 1548 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, vol. II.

<sup>149</sup> CORREIA, José Eduardo Horta, *op. cit.*, 1991, p. 274.

*aquy se achou que foy cousa de muyto contentamento ao gente da terra por vossa.Alteza. a querer nobrecer com hum tam homrrado musteyro*<sup>150</sup>.

Ao terminar esta fase concretizou-se o sonho das duas irmãs de Beja que tinham vindo para Faro há vinte e nove anos e que, diariamente, laboraram para construir o convento. Em termos arquitectónicos o edifício principal estava praticamente concluído, com excepção do chão do claustro que faltava ladrilhar. Contudo, restava ainda consolidar a área da portaria e da cerca, que ficaria para a fase seguinte.

Apesar da entrada em clausura em 1548, esta fase só termina em 1550, quando se fecharam as contas com Gaspar de Torres. Há dois documentos que referem esta conclusão, um datado de 24 de Setembro de 1550<sup>151</sup> e outro de 12 de Novembro do mesmo ano onde se refere o encerramento das contas com Gaspar de Torres *que foi mestre das ditas obras*. O pagamento refere-se, como diz o documento, a toda a obra de pedraria e alvenaria.

### 3.2.1 Afonso Pires

Detenhamo-nos um pouco na figura de Afonso Pires, porque é o arquitecto que tem a seu cargo as obras nos anos de maior actividade do estaleiro de Faro.

“Formado” ainda no gosto manuelino, encontra-se registado em 1517<sup>152</sup>-18 a trabalhar no portal sul dos Jerónimos<sup>153</sup>, cruzando-se aí com João de Castilho. Em

---

<sup>150</sup> A. N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 81 Doc. 49 – 18 de Setembro de 1548 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, vol. II.

<sup>151</sup> A.N.T.T. Corpo Cronológico, Parte I, Maço 85, Doc. 21.

<sup>152</sup> Ano em que João de Castilho se torna mestre de obras do Mosteiro dos Jerónimos.

1519, integra a equipa que trabalha nas obras do mosteiro de Santa Cruz em Coimbra. Em terras do Mondego a 19 de Abril desse ano testemunha um contrato de empraçamento e reside em Tentúgal<sup>154</sup>. Em 1520, trabalha no Mosteiro de S. Francisco de Lisboa onde realiza três altares<sup>155</sup>. Em 1522, está a construir a porta principal do Hospital Termal das Caldas da Rainha. Rafael Moreira descreveu-o como um oficial da Casa da Rainha D. Leonor, irmã de D. Manuel, residente na Serra do Bouro (Óbidos)<sup>156</sup>. Entre 1533 e 1537 desenvolve uma intensa actividade em Óbidos, onde realiza entre outras obras o pelourinho<sup>157</sup> e uma empreitada na casa dos provedores<sup>158</sup>. Estamos perante um homem que nesta importante série de obras manifesta estar perfeitamente imbuído dentro do estilo renascentista. Dá-se a sua superação do *moderno* e a sua gradual assimilação do *romano*.

Avançando no seu percurso encontramos-lo entre 1538<sup>159</sup> e 1545 como mestre de obras do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção da cidade de Faro, sendo da sua autoria: o portal da igreja, a ala da enfermaria e o claustro. Aqui realiza uma obra *marcante* nas palavras de Horta Correia<sup>160</sup> e de *fascinação artística* e de *qualidades estéticas e inventivas* no dizer de Vítor Serrão<sup>161</sup>.

---

<sup>153</sup> DIAS, Pedro, *Os portais manuelinos do Mosteiro dos Jerónimos*, Coimbra, 1993, citado por CRAVEIRO, Lurdes, CRAVEIRO, Lurdes, *O Renascimento em Coimbra: modelos e programas arquitectónicos*, 2002, p. 438.

<sup>154</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro de Notas de Santa Cruz, T. 1, Liv. 1, fls. 46/46v-49/v citado por CRAVEIRO, Lurdes, *Op. cit.*, 2002, p. 438.

<sup>155</sup> Trata-se do altar-mor e de dois alteres laterais, A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte II Maço 90 Doc. 76 de 3 de Julho de 1520.

<sup>156</sup> Conferir em MOREIRA, Rafael, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A encomenda régia entre o “moderno” e o “romano”*, 1991, p. 52-53.

<sup>157</sup> Apesar de ser uma obra póstuma aparece o camaroeiro de D. Leonor, a primeira donatária da vila de Óbidos, tal como no convento em estudo.

<sup>158</sup> MOREIRA, Rafael, *op. cit.*, 1991, p. 52.

<sup>159</sup> Ano em que aparece no Livro de Receita e Despesa de D. Catarina A.N.T.T., Núcleo Antigo, n.º 792, fl. 193 citado por MOREIRA, Rafael, *op. cit.*, 1991, p. 53.

<sup>160</sup> CORREIA, José Eduardo Horta, *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, 1987.

<sup>161</sup> SERRÃO, Vítor, “A Arte Algarvia dos séculos XVI-XVII”, *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, 1999, p. 226.

O claustro do convento de Faro apresenta elementos arcaizantes<sup>162</sup>, o que contrasta com as obras realizadas em Óbidos por Afonso Pires, pelo que sugerimos a hipótese deste estar ligado à obra desde a primeira fase de construção, ainda manuelina, e o desenho do claustro poder ser anterior a 1533.

Homem próximo da corte tinha decerto acesso a livros e a gravuras avulsas que circulavam em Portugal e que contribuíram fortemente para a difusão da nova estética renascentista<sup>163</sup>.

Depois de Faro aparece somente no Barreiro na construção de duas capelas na antiga Igreja de Palhais, já em 1553<sup>164</sup>.

### 3.2.2 Gaspar de Torres

Gaspar de Torres, morador em Évora, vai realizar uma campanha de obras na igreja de S. Miguel de Penela, a convite de Rui Lopes Carvalho, cónego da Sé de Évora e prior da dita igreja, a saber: construção do arco, de uma fresta, de degraus da capela-mor, de telhar a igreja e colocação de jarros na cobertura, saldando-se as contas a 14 de Junho de 1542<sup>165</sup>.

Em 1550 aparece ligado às obras do convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro como mestre das ditas obras tendo realizado todo o trabalho de pedraria e

---

<sup>162</sup> CORREIA, José Eduardo Horta, “André Pilarte no Centro de uma escola regional de arquitectura quinhentista”, 1987<sup>a</sup>, p. 388.

<sup>163</sup> Pedro Dias refere que já deviam correr em Portugal, nos primeiros anos de quinhentos, livros estrangeiros com grutescos gravados e até arquitecturas de fantasias. DIAS, Pedro, *A Arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença 1490-1540*, Coimbra, 1982, p. 406.

<sup>164</sup> Conferir com Ficha de Inventário do Património Arquitectónico da DGEMN - IPA PT031504030001.

<sup>165</sup> CRAVEIRO, Lurdes, *Op. cit.*, 2002, p. 297 e 473 a 475.

alvenaria do mosteiro<sup>166</sup>. Também durante estas obras são considerados os gastos entre a Corte e a cidade de Faro, o que dá a entender que não residia no Algarve<sup>167</sup>.

### 3.3 3.<sup>a</sup> fase - 1552-1564

Apesar do fecho das contas com Gaspar de Torres, dois anos depois inicia-se nova fase de obras, para as quais a Rainha envia os *debuxos*. Esta etapa é bastante importante para o funcionamento do convento, pois concluem-se dois espaços vitais para a vida desta comunidade: a portaria e a cerca.

Em Junho de 1551 o Ministro Provincial Fr. Francisco da Conceição visita o convento e disso dá notícia à Rainha em carta datada de 15 de Junho. Ressalta a necessidade da realização da portaria e da cerca: *senam muy desejosas de verem a portarja feyta E a orta çercada que são obras muy neçessarias*<sup>168</sup>. Finalmente as obras recomeçam no ano seguinte como nos dá conta uma carta da Rainha, datada de 16 de Maio de 1552<sup>169</sup>, onde esta pede a Álvaro Lopes, seu tesoureiro, para entregar 200\$000 a Gregório Palermo, almoxarife das obras. Em 1553 já a portaria estava concluída, como o demonstram várias testemunhas de um auto de diligência sobre o pagamento de umas casas que tinham sido *tomadas*, havia trinta anos, a Joana Simões: *as ditas casas as quaes casas decrarauam que eram dentro no moesteiro omde agora há a portaria dele*<sup>170</sup>.

---

<sup>166</sup> A.N.T.T. Corpo Cronológico, Parte I Maço 85 Doc. 21 - 24 de Setembro de 1550.

<sup>167</sup> A.N.T.T. Corpo Cronológico, Parte I Maço 85 Doc. 101 - 12 de Novembro de 1550.

<sup>168</sup> A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 86 Doc. 70 – 15 de Junho de 1551 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, vol. II.

<sup>169</sup> A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 88 Doc. 30 16 de Maio de 1552, *Idem*.

<sup>170</sup> A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 89 Doc. 112 16 de Março de 1553, *Idem*.

As obras prolongam-se e, em 1556, a Rainha refere mais uma esmola proveniente da venda de mercadoria da Índia no ano anterior e de seis pipas de vinho que tinha enviado dois anos antes à Índia<sup>171</sup>. Não se especifica quais as obras a pagar com esta esmola mas, provavelmente, devemos estar a falar da conclusão da cerca e de oficinas no seu espaço. Para agradecer à Rainha a dedicação, o esforço e o patrocínio a comunidade clarissa manda erguer uma lápide no ano de 1557<sup>172</sup>.

A 9 de Maio de 1560 é a vez da abadessa solicitar à Rainha 200\$000 reis de esmola para *se fazer hum quarto da crasta E se acabar de pagar o mais que he feito*<sup>173</sup>, não pormenorizando quais as outras obras levadas a cabo nesse ano.

Como vimos no capítulo anterior Frei Jerónimo de Belém refere que para continuação das obras o Rei D. Sebastião concede um alvará, em 6 de Outubro de 1560, onde ordena que:

*sendo requeridos por parte da Abadessa , e officiaes do Mosteiro , lhes dessem , e fizessem dar toda a pedra , cal , e tijolo , e quaesquer outros materiaes para as obras do dito Mosteiro. E assim mais pedreiros , carpinteiros , officiaes , e servidores, obrigando-os com penas a servirem*

---

<sup>171</sup> Antonio Cardoso mandouos que do Remdimento dese almoxarifado deste anno presemte de çimcoenta E seys Entregueys a greguorio Palermo que tem carguo das obras do mosteiro de nosa senhora da sumção desa minha çidade de farão çemto çimcoenta E hum mil . E dozemtos E sesemta E seys reaes E meio per que se vemderão dezoito corjas (quantidade de 20 objectos) E quatro pesas E de panos pachavellões que vieram da jmdia o anno passado de quinhentos çimcoenta E çimco na naao em que veio dom afomso vyso Rey de Retorno de seys pipas de vinho que mamdey de minha fazemda a jmdia o anno de quinhentos çimcoenta E quatro pera o procedido dellas ser pera as obras da dita casa como tudo deocrara esta çertidão atrás escryta de Felipe Fialho comtador delRey meu senhor. A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 98 Doc. 72 27 de Maio de 1556, *Idem*.

<sup>172</sup> Esta lápide encontra-se fragmentada e faz parte do espólio do Museu Municipal de Faro com o n.º de inv. Arq. – 00475.

A R. D. CN. Ô  
M. DELREI. D. I  
III 1557

Transcrição: À Rainha D. Catarina, mulher del Rei D. João III, 1557.

<sup>173</sup> A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 104 Doc. 23 - 9 de Maio de 1560 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, vol. II..

*nas ditas obras , pagando o Mosteiro os preços , conforme o estado da terra*<sup>174</sup>.

No ano seguinte aparece como mestre de obras Diogo Pires, residente em Faro, que era *mestre pedreiro das obras que a rainha D. Catharina, mandara fazer na cidade de Faro*<sup>175</sup>. Não sabemos se este novo mestre estará ligado desde o início à última fase de construção do convento, mas a partir desta data fica até ao final da campanha.

Ainda na primeira metade da década de 60, do século XVI a Rainha informa a abadessa e as religiosas que *o dinheiro para as obras hando ajuntando e parece me que sedo volo mandarei*. Dá também outra informação de que enviará também *o debuxo e modo que se hade ter em fazer a obra*<sup>176</sup>. As obras que a carta refere são o alpendre da porta *travessa* da igreja e a realização de uma fresta (Foto 28 e Alçado 1) na igreja, para isso contratou a Rainha Diogo Pires, em 20 de Junho de 1564<sup>177</sup>. Sugerimos a inclusão nesta empreitada dos arcos de reforço, de volta perfeita, das paredes da igreja, que apresentam uma moldura idêntica à da janela (Foto 27, 31 e 32) e da nova porta da sala do capítulo (Foto 148).

Pela documentação estudada pode sugerir-se que Diogo Pires estará a par de Afonso Pires e de Gaspar de Torres, denominados nos documentos como

---

<sup>174</sup> BELÉM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, 1758, p. 364.

<sup>175</sup> VITERBO, Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos Engenheiros e Construtores Portugueses ao serviço de Portugal*, vol. II, p. 296.

<sup>176</sup> B.N.L. Colecções em Organização Caixa 13 Doc. 3 Circa 1800, MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, vol. II, p. 389.

<sup>177</sup> *Diogo Pires mestre (fl. 4) de pedraria por preço de cento e vinte mil e seiscentos e oitenta Reis e sem mais se ajustaraõ em fazer o dito mestre huma fresta no dito Mosteiro de pedraria que he a da Igreja, que tera quatro palmos de largo, doze de alto fora rugamentos, sinco de grosso, fora a sacada das humbreiras com duas faces e as humbreiras hum palmo de Rosto com hum Refundimento de hum dedo de alto em ambas as façeç e com dezasete palmos de altura do chaõ là primeira pedra e isto por preço de vinte mil Reis e tudo dera acabado no dito anno, qual dinheiro se daria em tres pagas, no principio, meio, e fim da Obra, Idem, p. 390.*

mestres de obras; enquanto que Gomes de Torres e António Gomes são referidos como pedreiros, executando os *debuxos* enviados da corte.

### 3.4 As reconstruções

Nesta parte iremos analisar as obras realizadas após três incidentes: a invasão inglesa do Conde Essex, em 1596; um incêndio em meados do século XVII e o terramoto de 1755, tendo em conta o seu significado e a dimensão das reconstruções.

#### 3.4.1 Século XVII

Frei Jerónimo de Belém<sup>178</sup> relata o ataque perpetrado pelas tropas inglesas a 25 de Julho de 1596: *lançáraõ fogo (...) em cujos incêndios padeceo o nosso Mosteiro o mayor estrago , ficando quasi todo reduzido a cinzas , exploiado de todos os seus bens (...) sahîraõ fugitivas para a serra do Algarve*<sup>179</sup>.

Depois de voltarem à cidade as freiras não regressaram ao convento, como nos informa o Bispo D. Fernando Martins Mascarenhas, em 1598: *E as freiras da mesma maneira estão recolhidas em lanço de casas que antes lhes servia de morada do seu confessor*<sup>180</sup>. Conta-nos ainda o prelado que o rei deu dois mil cruzados para as obras de reconstrução, que se deviam iniciar a todo o momento.

---

<sup>178</sup> Frei Fernando da Soledade também fala do ataque dos ingleses mas não acrescenta nenhuma informação, *op. cit.*, p. 138-140.

<sup>179</sup> BELÉM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, p. 361.

<sup>180</sup> Informação que o Bispo do Algarve Dom Fernão Martins Mascarenhas envia ao Santíssimo Padre Nosso Senhor Clemente VIII do estado da sua Igreja o ano de 1598 in BEJA, Nuno, “Transcrição de documentos relativos à História do Algarve”, 1999-2000, p. 218.

Frei Jerónimo de Belém informa do fim desta campanha sem precisar a data: *em tempo dos Filippes de Castella (...) até que viraõ reedificado de todo o seu Mosteiro , e Igreja*<sup>181</sup>.

Não há indicações concretas sobre as obras desta fase mas a julgar pelas descrições podemos deduzir que a nível estrutural não houve modificações e que se tratou apenas de reparar a cerca e as alas do convento, sobretudo os elementos de madeira que foram todos destruídos.

Ainda no século XVII mais uma calamidade se abate sobre o convento, um grande incêndio que o arruína. D. Afonso VI em alvará de 5 de Julho de 1665 manda dar ao convento 2000 cruzados de esmola em dois anos, sendo distribuídos mil por cada ano<sup>182</sup>.

A igreja do convento e o refeitório estavam forrados a azulejo de padrão do século XVII<sup>183</sup>, pelo que pode supor-se que a campanha promovida após o incêndio incluísse a sua aplicação.

### 3.4.2 Século XVIII

Existem referências a obras no convento no século XVIII ainda antes do terramoto de 1755.

---

<sup>181</sup> BELÉM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, p. 362.

<sup>182</sup> A.N.T.T. D. Afonso VI Livro 28 de Doações Fl. 63 – 5 de Julho de 1665 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, vol. II.

<sup>183</sup> Conservam-se cinco desses azulejos no espólio do museu (n.º inv. RO 3326, 3281, 3283, 3325 e 3291). Os outros foram sendo pilhados quando o portão estava fechado apenas com um araminho (séc. XIX) e os vizinhos iam à água ao convento, como refere Pinheiro e Rosa, *Depois, não só elas mas pessoas, que não eram povo começaram também a carregar os azulejos que ornavam o claustro, a igreja e, pelo menos o refeitório*, ROSA, José António Pinheiro e, “O mais representativo monumento da cidade de Faro”, 1978, p. 18.

A 16 de Julho de 1713 Manuel Delgado de Vasconcelos, Provedor da Comarca do Algarve, refere em carta a necessidade de nomear um depositário para o dinheiro das obras do convento. Nas suas palavras o edifício estava muito necessitado mas *como sua magestade pello Concelho da fazenda me ordenou mandasse fazer os concertos mais precizos por não hauer dinheiro por hora para toda a obra*<sup>184</sup>. Esta campanha de início de século ter-se-á prolongado até à década de trinta. Podemos incluir neste período: a porta que dá acesso ao segundo piso, a qual tem inscrita na verga a data de 1727 (Fotos 130 e 131) ; a porta de acesso às antigas dependências da Abadessa (actual Carlos Porfírio) (Foto 189) e as obras de beneficiação da portaria do convento, datadas dos anos 1731/32, com um novo chão como o demonstra uma lápide<sup>185</sup> a comemorar esse facto (ainda hoje no local) (Foto 176).

O terramoto de 1 de Novembro de 1755 provocou graves danos ao património edificado da cidade; o convento não foi excepção e conta-se entre os edifícios mais danificados. Uma relação de 1756 sintetiza do seguinte modo a destruição: *O magestozo Convento das Religiozas Capuchas (...) experimentou fatal estrago nas suas melhores officinas*<sup>186</sup>. O questionário enviado aos párocos depois do terramoto na pergunta n.º 10 sobre os conventos informa que *o das religiozas [está] inhabitavel*<sup>187</sup>.

O documento intitulado *Arquivo do Convento* é a fonte que nos fornece mais pormenores em relação ao estado em que ficou o edifício. Caiu o mirante sobre o coro, a enfermaria, a sacristia, o noviciado, a abobada do claustro; a sala do capítulo

---

<sup>184</sup> B.M.F. Livro de Registo da Câmara MNS. Fl. 27, 27V - 12 de Agosto de 1713.

<sup>185</sup> A transcrição é a seguinte: A CVSTA DA ST<sup>A</sup> / POBREZA ANNO (nexo N) / DE (nexo) I731 P<sup>A</sup> I732 (truncado o 7), À custa de Santa Pobreza, ano de 1731 para 1732.

<sup>186</sup> Relaçam do terramoto do primeiro de Novembro do anno de 1755 com os efeitos, que particularmente cauzou neste Reino do Algarve (1756), retirado de LAMEIRA, Francisco, *op. cit.*, 1999, p. 74.

<sup>187</sup> Retirado de COSTA, Alexandre, SEABRA, Clara e NUNES, Sara, “O que nos diz a história”, *Terramoto de 1755 no Algarve*, 2005, p. 102.

ficou muito arruinada, o dormitório ficou sem paredes, a casa do antecoro também ruiu, bem como a cerca, possibilitando a entrada de pessoas.

*Do que Sucedeo no terramoto do primeiro de Novembro de 1755 no Real Convento de N. Senhora da Assumpção da Cidade de Faro. As nove e hum quarto da manhã estando as Religiozas nesse dia confessandoçe para Comungarem, principiou o tremor da terra com tal forssa que caindo o mirante sobre o Coro e desfazendoçe todo este, ficaraõ em A Ruinas do mesmo A Madre soror Maria Clara do Sacramento logo morta a Madre soro Micaella do Socorro Baptista Mestra da Ordem. lastimozamente ferida que não durou huã hora depois de dezemtulhada a Madre soror Izabel Clara do Sacramento ficando debacho de todo o entulho o tiraraõ sem Lezaõ alguma a Madre soror Maria Thereza de Santa Ritta Estando no Coro virada para o Oratorio da Senhora das Dores, não seçcando de pedirlhe mizericordia, foi prodigio Raro que cahindo todo o coro e pedraria do mirante do pé della e do dito Oratorio, nem quebrou huã Vidrasa nem ofendeo a dita Religioza: Na baranda emidiata ao Coro ficou a Madre soror Joanna Evangelista e a Madre (rasurado: a Madre soror Joana Evangelista e a Madre) a Madre aBadeça soror Jozepha Maria da Encarnação e a Madre soror Maria Joanna Evangelista e a Madre soror Marianna Viitoria do Amor Devino emtulhadas athe ao pescosso e esta ficou lastimozamente muito ferida na cabessa e as duas muito maltratadas e vindo a Madre soror Anna Jacinta de S. Joze fugindo da enfermaria, abraçada com hum crucifixo, por (fl. 13) haver cahido a dita Enfermaria, vinha para o coro, e cahindo a abobeda da Varanda,*

*Cahio a dita Religioza ficou morta ao pé do Capitullo, o qual Capitullo ficou muito aRuinado, com as travens aRebentadas, a sacristia do mesmo modo, porque fica debacho do Coro; O dormitorio de todas as quatro partes aberto, e a parede da parte do coro Cahida, e toda a caza do antecoro, a Enfermaria, a portaria Eirados e noviciado, e a parte dos muros da Orta, por honde entrou toda a justiça, e pessoas principaes, com toda a Caridade a dezentulhar as Religiozas, e na Orta a fazer barracas com as suas proprias mãos tirando ligas e sintas que traziaõ, e fazendoas em tiras atavaõ os paos para as dittas barracas, logo acudiraõ surgioens, e medicos para a Cura dos doentes, pello prigo destes, e pello Convento estar inhabivel mandou O Senhor Arcebispo D. Lourenço de Santa Maria Os Conigos A ver O estado em que estava o Convento e sendo por este enformado e pella justiça, mandou pella Cidade buscar Cazas honde se acomodaxe a Commuidade e achandoçe humas cazas em a Rua do pé da Crus (...) Teve taõ bem a Igreja a Rauina de Cahir toda a Capela mor e ficar o SSantissimo Sacramento enterrado<sup>188</sup>.*

As religiosas ficaram pouco tempo nesta casa da Rua do Pé da Cruz, tendo sido transferidas para umas casas situadas na horta de Nossa Senhora do Carmo. Neste último lugar ficaram *seis anos, tres mezes e 17 dias*, recolheram ao convento em 1761. Para estas obras, como sempre aconteceu na história atribulada deste edifício, contribuiu a Rainha com uma esmola de *hum cento de Reis*.

---

<sup>188</sup> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13 Doc 3 Circa 1800, MARQUES, João Alberto de Carvalho, *op. cit.*, 1990, vol. II.

O convento foi reconstruído e desta campanha podemos datar o arco triunfal da capela-mor (foto 20 e 21), rematado por brasão (indecifrável) com decoração rococó, os semi-arcos laterais destinados aos retábulos (Foto 29) e a cúpula sobre tambor da capela-mor (Foto 17), com fogaréus do mesmo estilo (Foto 10).

Ao finalizar este capítulo podemos afirmar que a construção do convento se iniciou ainda em época tardo-gótica e que a campanha principal renascentista se realizou entre o início da década de 30 e final da década de 40, do século XVI. As obras ficariam concluídas por volta de 1564, o que significa que a edificação levou cerca de 45 anos (não contínuos) desde o lançamento da primeira pedra.

#### 4. Caracterização formal

Neste capítulo pretende-se analisar os vários espaços conventuais e as respectivas funções. Descrevem-se em primeiro lugar os compartimentos do piso térreo, depois o andar nobre<sup>189</sup>.

##### 4.1 A igreja

(Fotos 1 a 45)

*A Igreja não he grande, mas bem proporcionada, coberta de abobada, com suas pinturas, e dourados, que a guarnecem, e fazem agradavel á vista: o seu Padroado pertence á casa real. Além do altar mayor tem dous collateraes com suas Imagens devotas, e pinturas excellentes<sup>190</sup>.*

Como já foi referido no capítulo anterior, a igreja<sup>191</sup> foi um dos primeiros espaços a ser construído e dos que mais sofreu com as calamidades que se abateram sobre o convento. Assim, podem observar-se vestígios desde a campanha manuelina até à última intervenção, pós-terramoto de 1755.

A fachada principal (Foto 7) situa-se a norte do edifício, paralelo à rua, que dá para um largo fronteiro, com orientação este-oeste, ou seja a cabeceira para nascente e os coros a poente. Este alçado apresenta dois cunhais em pedra, que delimitam a nave. Não há marcação da capela-mor através de cunhal, mas esta zona foi bastante alterada na altura em que o edifício foi adaptado a fábrica da cortiça, aqui funcionavam as casas de habitação. Da sacristia que se situaria nesta zona e do antigo acesso à

---

<sup>189</sup> Ver plantas 2 e 3 nos anexos.

<sup>190</sup> BELÉM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, 1758, p. 360.

<sup>191</sup> Sobre a questão das igrejas dos Conventos de clarissas na Província dos Algarve deve consultar-se VALENTE, Teresa, *O espaço das igrejas dos conventos das Clarissas da Província dos Algarves*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa, Universidade do Algarve, 2007 (policopiado).

portaria nada resta. Existem nesta fachada os seguintes vãos: uma janela na zona da capela-mor; uma janela na nave, uma porta de acesso público<sup>192</sup> e duas janelas ao nível do coro alto.

O templo é composto por nave única, capela-mor e dois coros sobrepostos. A nave, de planta rectangular, apresenta uma entrada lateral, para o acesso do público e dois vãos<sup>193</sup> no coro baixo<sup>194</sup> (Foto 26 e 33): um, chanfrado, para as noviças poderem assistir à missa e um outro que servia de confessionário<sup>195</sup> (Foto 34 a 38) ou comungatório, ao qual corresponde um arco amainelado, com decoração floral e uma cara<sup>196</sup> ao centro, com umbreiras chanfradas; existe, ainda, um vão no coro alto, que servia para as freiras assistirem aos ofícios religiosos. O pano que dá para o claustro é cego, apresentando três arcos de reforço de volta perfeita; o do meio assenta em pilastras com moldura rectangular<sup>197</sup> (Foto 31) e os das extremidades assentam em mísulas. Ao arco que se encontra próximo da capela-mor sobrepôs-se um meio arco<sup>198</sup> (Foto 29), construído após o terramoto de 1 de Novembro de 1755, que corresponderia a um dos altares<sup>199</sup> laterais referidos por Frei Jerónimo de Belém.

---

<sup>192</sup> Do lado direito existia uma porta, mesmo no eixo da janela de moldura curva (FOTO 1 e 2).

<sup>193</sup> A Regra de Santa Clara indica que deve existir *hua grade grande em a jgreia*, ASCENÇÃO, Inês, *Do Uso da Santa Comunidade da Sumção de Faro*, s/data (século XVI), manuscrito BMF, p. 36.

<sup>194</sup> Actualmente encontram-se abertos e facilitam a entrada na antiga nave. A este assunto voltaremos na segunda parte deste trabalho, onde propomos uma intervenção.

<sup>195</sup> Aquando da sua descoberta nas obras de adaptação a museu foram encontrados restos da sua utilização como confessionário: uma pequena caixa em madeira e um armário posterior, segundo informações retiradas de MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, p. 135.

<sup>196</sup> Idêntica à que se encontra no chanfro exterior do cunhal da igreja, como já tivemos ocasião de referir e que se integra na primeira fase de construção do edifício.

<sup>197</sup> Idêntica à janela da capela-mor da campanha dirigida por Diogo Pires.

<sup>198</sup> Como ainda se pode observar esta campanha refez não só os altares e a cúpula mas o arco triunfal, que apresenta o mesmo tipo de capitel dos altares laterais.

<sup>199</sup> Em relação ao altares desaparecidos da igreja não há registo. O altar da capela-mor devia ser dedicado ao Santíssimo Sacramento. Há apenas duas referências nas fontes a retábulos: um Breve de Urbano VIII que indica a existência do retábulo dos Reis, *dado em Roma a 3 de Dezembro de 1642, anno 20 do seu Pontificado pello qual fas preodiado o altar dos Reis da Igreja deste Mosteiro por tempo de 7 anos no dia da comoração dos defuntos na segundas feiras de todo o anno isto somente a favor das Religiozas defuntas do dito Mosteiro* e uma carta da abadessa à Rainha onde pede que não se gaste dinheiro nos retábulos nesse ano de 1560, *E podese por este ano escusar o gasto do retaiuiolos*

Estes arcos e meios arcos são simétricos do lado do evangelho. Na parede que dá para a rua uma janela de moldura curva da primeira campanha renascentista<sup>200</sup> (Foto 27), provavelmente da autoria de Afonso Pires. Ainda neste alçado existe um nicho (Foto 30), do lado direito da porta pública da igreja, que apresenta uma moldura em perspectiva, amplamente utilizada em época renascentista<sup>201</sup>.

A cobertura actual da nave é em abóbada de berço<sup>202</sup>. Mas, provavelmente, a sua origem data da obra de setecentos, sendo referida a destruição da igreja pelo cronista franciscano Frei Jerónimo de Belém. A primeira deverá ter sido uma abóbada de arestas<sup>203</sup> com nervuras.

A separação da nave<sup>204</sup> para a capela-mor faz-se através de um arco triunfal pleno<sup>205</sup> (Foto 16) rematado por um brasão (Foto 22), provavelmente do patrocinador financeiro desta campanha de obras, com motivos concheados na decoração, que o datam da segunda metade do século XVIII.

---

*nem devir tomar medidas porque estam ca outras cousas de mais Importancia pera de remedear*, retirado de B.N.L., Coleções em Organização, Caixa 13, Doc. 3, S.D. 1800 e A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 104 Doc. 23 9 de Maio de 1560 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, Doc. n.º 43, p. 392.

<sup>200</sup> Que se encontrava semi-entapada (aquando das obras da DGEMN) e que o deve ter sido ainda no século XVI com a construção do alpendre e dos reforços internos. No convento das Chagas em Vila Viçosa existe uma janela idêntica, situada, tal como em Faro, do lado esquerdo do portal da igreja.

<sup>201</sup> Veja-se a título de exemplo um exemplar no antigo convento das Chagas.

<sup>202</sup> Construída em betão aquando das obras da DGEMN, inspirada no existente, datado provavelmente do pós-terramoto de 1755. Nas fotografias da DGEMN em anexo, relativas à igreja antes da intervenção consegue ver-se o arranque da abóbada de berço.

<sup>203</sup> Como no convento das Chagas em Vila Viçosa ou Bragança. Sobre o convento de Bragança consultar SOUSA, Maria de Fátima Pires, *O Primitivo Convento de Santa Clara de Bragança*, policopiado, 2000.

<sup>204</sup> A largura da nave é de 30 palmos, tal como em Chagas, Vila Viçosa, sobre este assunto consultar VALENTE, Teresa, *Op. cit.*, p. 105.

<sup>205</sup> Apesar de João Alberto de Carvalho Marques sugerir o século XVII para este arco e para os arcos de reforço, não concordamos pois estes últimos são ainda quinhentistas e em termos de linguagem nada têm a ver com o arco triunfal. Assim, *os arcos de reforço da igreja e ao arco triunfal, que os autores apontam como do século XVIII por aquele motivo, são para nós, do século anterior.*, *op. cit.*, 1990, p. 109.

O acesso à capela-mor faz-se através de três degraus, aos quais se lhes antecede um patamar onde foram colocadas, na obra da DGEMN da década de 70 do século passado, três lápides sepulcrais (Fotos 23 a 25).

O corpo da capela-mor é de planta quadrada e apresenta uma janela de moldura rectangular que dá para a rua, realizada na última campanha do século XVI a cargo de Diogo Pires<sup>206</sup> (Foto 28). O tecto é em forma de cúpula sobre tambor com quatro óculos (Foto 17). Como já tivemos ocasião de referir no capítulo anterior, este elemento data da última grande intervenção no edifício, pós-terramoto de 1755, a cobertura original deve ter sido abóbada de nervuras, idêntica à de Chagas, Vila Viçosa. O interior apresenta decoração vegetal e o exterior quatro fogaréus realizados já segundo o formulário rococó. A entrada do celebrante fazia-se pela sacristia do convento, por detrás do retábulo da capela-mor. Existe uma porta na capela-mor que foi reconstruída com moldura renascentista aquando das obras de adaptação a museu (Foto 19). É visível, antes da intervenção da DGEMN, o arco que servia para colocar o retábulo principal da capela-mor, este elemento foi destruído no decorrer das obras (Foto 3).

#### **4.1.1 O portal e o alpendre**

(Fotos 46 a 79)

Da autoria de Afonso Pires<sup>207</sup>, como referimos anteriormente, a porta pública de acesso à igreja<sup>208</sup> está situada na zona lateral, pela especificidade destes edifícios conventuais, onde os coros se situam axialmente à capela-mor e a população não pode

---

<sup>206</sup> Sobre este assunto ver capítulo anterior.

<sup>207</sup> Tal como a janela de verga curva que se encontra do lado esquerdo.

<sup>208</sup> Antes da existência desta porta que data da segunda campanha de obras existiu uma outra porta da primeira fase, ainda com cantaria chanfrada, que se situava do lado esquerdo da entrada renascentista. Esta porta da fase manuelina foi entaipada nas obras da DGEMN na década de 60 do século XX (ver anexo fotográfico).

ter contacto directo com as religiosas. O desenho deste portal de moldura rectangular de boas proporções clássicas, como refere Horta Correia, está ladeado de pilastras de fino recorte e decoração renascentista. Podemos encontrar figuras humanas e animais geminadas, motivos vegetalistas, águias, peixes, macacos e dragões no lado esquerdo; o lado direito apresenta uma maior variedade decorativa com figuras humanas e animais geminados, caveiras, bucrâneos, arcos e flechas, aljava e fogacho entrecruzados e uma cartela com a data de 1539 (Foto 57), seres fantásticos, mascarões representando o bem e o mal ou os opostos (Fotos 47 a 63). O embasamento é composto por uma figura nobre feminina no lado esquerdo e uma masculina barbada e com uma coroa de louro na cabeça, no lado direito; tendo ambos ao lado anjos conduzidos por carrinhos que se dirigem para as figuras (Fotos 64 a 77). Em relação aos capitéis Horta Correia refere que são *de ábacos curvos com cabeças de anjo nos perfis, têm volumes em forma de caracol e nos cálatos morcegos de asas abertas*. O referido investigador acrescenta *toda a decoração (...) recorda, em certos aspectos, a imaginária e a composição das obras do ciclo castilhiano tomarense, como, por exemplo a porta da igreja de Santa Iria*<sup>209</sup>. A completar o portal dois pináculos decorados com grinaldas rematam a composição onde se insere o camaroeiro com duas volutas a ladear a divisa coroada, armas da Rainha D. Leonor, mulher de D. João II, fundadora do convento. Trata-se de uma homenagem e reconhecimento como Fundadora por parte de D. Catarina e das irmãs (Leonor Chagas e Maria da Trindade).

---

<sup>209</sup> CORREIA, José Eduardo Horta, *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, 1987, p. 36.

Este portal que inova pelo seu desenho de alçado rectangular *introduz no Algarve uma nova tipologia, de que existem outros exemplos*<sup>210</sup> *no resto do país nestes anos 30-40 (como o do Convento de Santo António de Alcácer)*<sup>211</sup>.

O desenho deste portal lembra ao nível do capitel um desenho publicado por Sagredo no seu tratado *Medidas del Romano* (1521) (Foto 62), o que pode indicar que Afonso Pires conhecia este tratado.

A este portal esteve associado um alpendre<sup>212</sup>, do qual ainda hoje se pode ver, do lado esquerdo, um dos pilares de suporte da mesma campanha da janela da capela-mor e dos arcos de reforço do interior da nave. Este novo equipamento foi construído em 1564 por Diogo Pires, *a obra de que fala esta Carta foi ado alpendre da porta travessa da Igreja para cuja obra se fazer conforme o debuxo de que a Raynha taõ bem fala se contratou a quinze de Junho de 1564 Joaõ Carvalho Fidalgo da casa de ElRey e Provedor das suas obras com Diogo Pires mestre de pedraria*<sup>213</sup>.

A existência deste alpendre é referida por José Sande Vasconcelos, em finais do século XVIII, que na sua planta da Vila Adentro indica com o n.º 44 o *Alpendre das freiras* (Fig. 4). Ainda no século passado Honorato Santos refere que: *em 1929, por ocasião da abertura das covas para o plantio das árvores no Largo das Freiras (...) vi aparecerem bocados do adro da Igreja [já desaparecido] do convento, em bom estado*<sup>214</sup>.

---

<sup>210</sup> Tais como: Conceição de Faro (30-40), Quelfes (entre 1554 e 1565) e Odeleite (entre 1565 e 1575). CORREIA, José Eduardo Horta, *op. cit.*, 1987, p. 73 e MATEUS, Isa da Luz, “A Igreja de São Sebastião de Quelfes”, 1997-1998, p. 225-294. Ver fotos 214 a 221 no anexo.

<sup>211</sup> CORREIA, José Eduardo Horta, *op. cit.*, 1987, p. 37.

<sup>212</sup> Este equipamento era frequente nestes edifícios conventuais, sobre este assunto ver GOMES, Paulo Varela, “Igrejas de Conventos de Freiras na Arquitectura Portuguesa”, 1993/96, p. 86.

<sup>213</sup> B.N.L., Coleções em Organização, Caixa 13, Doc. 3, S.D. 1800 citado por MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>214</sup> SANTOS, Honorato, O Antigo Mosteiro das Freiras na cidade de Santa Maria Faro, 1943, p. 10. Na década de 70, do século XX, aquando da recuperação do museu e da remodelação do largo fronteiro,

Não se sabe qual a dimensão ou o desenho deste adro e do alpendre<sup>215</sup>. Era frequente nas igrejas de conventos femininos a presença destes equipamentos, que serviam para tornar o acesso mais difícil e resguardar a privacidade da comunidade; por vezes até estavam separadas do espaço público por um pátio murado com alpendre<sup>216</sup>.

#### 4.1.2 Os coros

*O Coro he espaçoso e de ponto elevado, guarnecido de primorosas pinturas, e devotas Imagens*<sup>217</sup>.

O convento possuía dois coros<sup>218</sup> sobrepostos, colocados de forma axial à capela-mor: um baixo para as noviças e um alto para as religiosas.

O coro baixo<sup>219</sup> é de planta rectangular com tecto de madeira e, para além dos vãos analisados na descrição da nave da igreja, apresenta três vãos para o interior do cenóbio: uma janela (Foto 41) e duas portas; uma que dá acesso ao claustro com moldura renascentista (Foto 39) e outra de moldura ogival, que dava acesso à

---

este foi escavado a grande profundidade, pelo que possivelmente o que restava do alpendre terá desaparecido.

<sup>215</sup> Apenas a Arqueologia podia dar resposta a estas questões, com a realização de uma sondagem junto do portal.

<sup>216</sup> Sobre este assunto pode consultar-se GOMES, Paulo Varela, *op. cit.*, 1993/96 p. 84-86.

<sup>217</sup> BELÉM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, p. 360.

<sup>218</sup> Estes espaços começaram por ser únicos e só no final do século XV é que aparecem os dois coros sobrepostos. Sobre este assunto consultar GOMES, Paulo Varela, “Arquitectura de mulheres. Mundo de homens. Intervenções da DGEMN em edifícios de mosteiros femininos extintos (1930-1950)”, 1999, p. 83-98.

<sup>219</sup> Este espaço também pode ser designado de *igreja de dentro*. A sua localização a poente fronteiro à cabeceira é uma característica comum desde a Idade Média para as comunidades franciscanas. Sobre este assunto pode consultar-se GOMES, Paulo Varela, *op. cit.*, 1993/96, p. 69-88.

escada<sup>220</sup> que subia para o coro alto (Foto 40). Havia neste espaço um altar do lado da Epístola dedicado à Senhora da Graça, onde se encontrava também uma imagem do Menino Jesus.

O coro alto, de planta rectangular, simétrico ao coro baixo apresenta duas frestas na parede lateral e um óculo na do fundo, mas este último elemento foi aí colocado aquando das obras da DGEMN de adaptação a museu<sup>221</sup> (Foto 5 e 43). O antecoro é constituído por uma sala que dá acesso ao coro alto (com porta de arco em ogiva e escada de caracol), ao mirante<sup>222</sup> e ao dormitório (Foto 42).

## 4.2 O claustro

(Fotos 80 a 146)

O claustro, da autoria de Afonso Pires, terminado em 1548 (ano de entrada em clausura) surge como o espaço vital à volta do qual se organizam as várias dependências e a vida monástica<sup>223</sup>. Associado ao claustro está a ideia de jardim fechado ou “hortus conclusos” e, simultaneamente, de “hortus utilitário”, como símbolo do Paraíso e, ao mesmo tempo, espaço de lazer e meditação<sup>224</sup>.

Para além de gerador de fluxos o claustro funcionava também como lugar de aprendizagem, apresentando um programa iconográfico específico para a comunidade

---

<sup>220</sup> Destruída aquando das obras de adaptação a museu realizadas na década de 60 e 70, do século XX, a cargo da DGEMN.

<sup>221</sup> Desconhecendo-se a proveniência deste óculo.

<sup>222</sup> Os mirantes são especialmente utilizados no Alentejo, na Andaluzia e nos Açores. Sobre este elemento arquitectónico nos conventos de clarissas da Província dos Algarve pode consultar-se VALENTE, Teresa, *Op. cit.*, p. 120.

<sup>223</sup> Como refere Horta Correia *o claustro aparece na Idade Média, de um modo geral, como vazio polarizador dos espaços comunitários, acumulando um carácter funcional com um sentido vivencial*, CORREIA, José Eduardo Horta, “Os Colégios Universitários na definição das tipologias dos Claustros Portugueses”, 1998, p. 17.

<sup>224</sup> *Idem, ibidem.*

que o habitava<sup>225</sup>. Esse programa traduzia-se em altares ou retábulos, bem como em nichos que pontuavam este espaço de reflexão, com fim educativo. Existe na ala Este no r/c um arco que, concerteza, terá recebido um altar e um nicho na ala sul no 1.º andar junto da porta do dormitório de noviças.

Composto por dois pisos, no inferior apresenta quatro grupos de arcadas geminadas compostos por arcos de volta perfeita e colunas com capitel de ábaco curvo (Foto 92 e 93), que assentam em pedestais cúbicos, a que correspondem no primeiro piso igual número de vãos delimitados por verga recta, apoiados em colonelos<sup>226</sup> que suportam capitéis com volutas em forma de caracol<sup>227</sup> (Foto 94). Existe uma coluna situada na ala Este (a primeira de Sul para Norte) que é diferente das outras, pois apresenta caneluras no cántalo (Foto 95).

A utilização das ordens arquitectónicas não é feita aqui com um rigor clássico, aliás como sucede na maior parte dos edifícios construídos em Portugal até à década de 50 do século XVI<sup>228</sup>.

Para aprofundar esta questão é necessário fazer uma incursão nos tratados que circulavam nestes anos de quinhentos. Em 1521 Cesar Cesariano publica uma edição ilustrada da obra de Vitruvio. Cinco anos depois Diogo de Sagredo, inspirado no mestre do século I, publica as *Medidas del Romano*. Em 1537, Sebastião Serlio edita o seu tratado de Arquitectura, que vai influenciar toda a arquitectura portuguesa dos

---

<sup>225</sup> Sobre este assunto pode consultar-se PAIS, Alexandre Nobre e CAMPOS, Teresa, “As Obras de Arte como marcações simbólicas do espaço no convento da Madre de Deus, em Lisboa”, 2002, p. 69-83.

<sup>226</sup> A base destes colonelos é idêntica à encontrada em escavações recentes no antigo Convento da Graça de Tavira, relativa à primeira fase do edifício. Informação gentilmente cedida pelas arqueólogas Sandra Martins e Jacquelina Covaneiro.

<sup>227</sup> Como no portal da igreja.

<sup>228</sup> Paulo Varela Gomes acrescenta que *Os mestres pedreiros e arquitectos que recorriam a Sagredo compreendiam as ordens como o aspecto determinante da obra ao Romano mas viam-nas como um motivo decorativo importante, nada mais*. GOMES, Paulo Varela, “Aspectos do Classicismo na Arquitectura Portuguesa dos séculos XVI e XVII”, 2004, p. 615.

séculos XVI e XVII. Em 1541, Pedro Nunes traduz uma versão da obra de Vitruvio e no ano seguinte Giacomo Barozzi da Vignola publica *Breve Tratado das cinco ordens*.

Quando Afonso Pires desenha o claustro de Faro já circulavam alguns destes tratados em Portugal. É muito provável que este mestre de obras conhecesse apenas o de Diogo de Sagredo, como aliás referimos ao tratar do portal da igreja.

Voltando à análise do claustro, a separação dos tramos é feita através de grossos contrafortes, que estão decorados com volutas e mascarões (Fotos 114 a 129 e Planta 4) na separação entre os dois pisos sendo os cantos cortados obliquamente. O remate dos contrafortes e dos cantos faz-se através de gárgulas, cada uma representando animais fantásticos, não havendo repetição. Podemos encontrar desde cães, galos, serpentes, etc. (Fotos 98 a 113 e Planta 4). As gárgulas apresentam-se como um elemento arcaizante no desenho do claustro de Faro<sup>229</sup>.

No piso inferior a cobertura é feita através de abóbadas de arestas com nervuras (Foto 91) que, como refere Horta Correia, se trata de uma reminiscência gótica<sup>230</sup>. O piso superior apresenta cobertura de madeira. Frei Diogo de Olivença refere que as *varandas de cyma da claustra são tão espaçosas E tambem essombrandas que as de outro ne (fl. 1 v) nenhum musteyro são mylhores dos que eu tenho vysto a claustra com tudo ho mays*<sup>231</sup>. Demonstra, como atrás salientámos, que era uma obra que causou um grande impacto na comunidade e na cidade.

---

<sup>229</sup> No convento de Chagas em Vila Viçosa este elementos – gárgulas – aparecem na fachada principal da igreja.

<sup>230</sup> CORREIA, José Eduardo Horta, *op. cit.*, 1987, p. 38.

<sup>231</sup> A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 81 Doc. 49 – 18 de Setembro de 1548 e MARQUES, João Alberto de Carvalho, *op. cit.*, 1990.

O acesso ao pátio faz-se através da supressão do parapeito do segundo tramo de cada ala<sup>232</sup> (no sentido contrário aos ponteiros do relógio) (Foto 90). No andar superior corresponde a uma meia abertura, pois representa apenas um dos vãos do tramo, com sacada de ferro.

O claustro de Faro insere-se na primeira tipologia de claustros<sup>233</sup> protorenascentistas portugueses definidos por Horta Correia, em 1991. Faro e o da Hospedaria de Tomar são os cabeças de série. Esta tipologia caracteriza-se pela utilização de contrafortes no claustro e pelos alçados regulares que apresentam em cada tramo dois arcos de volta perfeita em baixo que se repetem no piso superior por duas aberturas no andar superior. Os exemplares pertencentes a esta nova maneira de conceber o espaço tiveram o seu auge de construção entre o início da década de 30 e o final da década de 40. Depois deste período há ainda vários exemplos até final da década de 70 de claustros que se podem filiar nesta tipologia que temos vindo a analisar, como é o caso da Saudação de Montemor-o-Novo e dos Lóios de Arraiolos (as obras terminam em 1575), este último ainda apresenta os cantos chanfrados. O derradeiro exemplar desta tipologia, data dos anos 90 do século XVI, trata-se do claustro do convento do Carmo de Moura.

Esta tipologia vem substituir o claustro da época manuelina, apesar de continuarem a existir alguns elementos arcaizantes como notou Horta Correia: *marcação dos quatro tramos em dois pisos por grossos contrafortes fundacionais*<sup>234</sup>. Veja-se a título de exemplo Santa Cruz de Coimbra que apresenta estas características.

---

<sup>232</sup> Como nas Chagas de Vila Viçosa.

<sup>233</sup> Onde se inserem, para além da Assunção de Faro, o da Hospedaria de Tomar, o da Penha Longa de Sintra e o das Chagas de Vila Viçosa, Santa Clara de Bragança. Mais tardios mas que seguem esta tipologia são o dos Lóios de Arraiolos, o da Saudação de Montemor e o do Carmo de Moura.

<sup>234</sup> CORREIA, José Eduardo Horta, *Arquitectura Portuguesa. Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, 1991, p. 33.

Analisado formalmente o claustro é importante perceber as maiores ou menores afinidades entre os espécimes desta tipologia. A maior semelhança, em termos de espacialidade, do claustro de Faro é com o da Hospedaria de Tomar (Foto 139), da autoria de João de Castilho, datado de 1538-42. Progridamos para a análise, em Faro encontramos quatro tramos, tal como no da Hospedaria em Tomar, terminado em 1543. Os contrafortes e os cantos<sup>235</sup> são resolvidos de maneira diferente em Faro e em Tomar. Em Faro, ao contrario de Tomar, a balaustrada é interrompida e as colunas do 1.º piso são mais robustas em Tomar do que em Faro. O arranque do contraforte ao nível do 2.º piso, em Faro, está decorado com volutas e mascarões, inexistente em Tomar. A cobertura é, em Faro e em Tomar, de abóbadas de arestas com nervuras.

Observando os alçados destes dois claustros podemos afirmar que, em termos de desenho e de espacialidade, Faro se aproxima muito da Hospedaria de Tomar, onde se pode observar a mesma solução de arcarias geminadas de volta perfeita no piso térreo e dois vãos rectos no piso superior, apesar da diferente solução dos cantos.

O antigo convento das Chagas em Vila Viçosa (Foto 141) apresenta, igualmente, muitas características idênticas aos dois exemplares anteriormente descritos. Os cantos são resolvidos à semelhança do claustro da Hospedaria de Tomar, apesar dos cinco tramos separados por contrafortes, em vez dos quatro de Faro, apresenta o mesmo tipo de arcadas geminadas no piso inferior e vãos de verga recta no superior.

---

<sup>235</sup> Como acontece também num exemplar mais antigo, Santa Cruz em Coimbra da autoria de Marcos Pires e numa variante mais erudita, a Graça de Évora de Miguel de Arruda.

O claustro da Penha Longa, em Sintra (Foto 142) apresenta semelhanças com o de Faro nos contrafortes que dividem os tramos e nas arcadas geminadas do piso inferior.

Há uma mesma filiação, como Horta Correia bem definiu, na tipologia de claustros protorenascentistas portugueses, que tiveram o auge de construção entre o início da década de 30 e o final da década de 40. Depois deste período há ainda vários exemplos até final da década de 70 de claustros que se podem filiar nesta tipologia que temos vindo a analisar, como é o caso da Saudação de Montemor-o-Novo (Foto 144) e dos Lóios de Arraiolos (as obras terminam em 1575), este último ainda apresenta os cantos chanfrados (Foto 145). Na década de 90 surge ainda um claustro que pode ser filiado nesta tipologia, o do convento do Carmo de Moura (Foto 146), que à semelhança de Faro apresenta quatro tramos e o tecto no piso térreo de abóbada de nervuras e no piso superior de madeira.

Fazendo um breve resumo sobre estes claustros atrás apresentados e baseados nos quadros I e II (p. 87 e 88) podemos afirmar que:

- não há nenhum arquitecto, aqui identificado, que tenha feito mais do que um destes claustros;
- a construção deste tipo de claustro faz-se quase em simultâneo nas várias regiões;
- este tipo de edifícios começa a ser realizado na década de 30, do século XVI;
- há exemplares que continuam o desenho e a espacialidade, pelo menos até ao final do século XVI;
- há duas soluções construtivas distintas que são amplamente praticadas, uma com os cantos chanfrados e reforçados e a outra sem cantos marcados;

- a noção das ordens arquitectónicas já existe mas ainda é apresentada de forma bastante incipiente;
- o número de tramos por ala varia entre os três e os cinco consoante as necessidades e a dimensão pretendida;
- todos apresentam contrafortes estruturais;
- as abobadas de arestas com nervuras, que vêm da época anterior, mantêm-se nestes claustros.

### 4.3 A sala do capítulo

(Fotos 147 a 153)

A sala capitular<sup>236</sup> situa-se no piso térreo da ala oeste, a sua dimensão não é possível definir porque a ala foi completamente rompida na adaptação a fábrica de cortiça, porém na planta n.º 2 anexa a este trabalho fazemos uma possível reconstituição da sua dimensão original. Tem um acesso através do coro baixo, junto das antigas escadas de acesso ao coro alto e ao dormitório; a entrada principal fazia-se através de uma porta com acesso pelo claustro, a qual apresenta duas fases distintas: uma ainda manuelina e a outra já com uma linguagem que prenuncia a arquitectura chã; existe outra porta, a sul da principal, que apresenta moldura com decoração renascentista.

O primitivo vão de acesso através do claustro foi construído na 1.ª fase de edificação do convento, ou seja até 1525; trata-se de uma cantaria chanfrada com o

---

<sup>236</sup> Trata-se do espaço de clausura de maior importância na vida conventual, onde se reunia a comunidade para resolver os assuntos vitais para a vida da comunidade (eleição da abadessa, decisão de castigos, etc.) e assistir à leitura dos capítulos da regra. Normalmente este espaço era o mais ricamente decorado logo a seguir à igreja e ao claustro. Até na escolha das imagens religiosas, o lugar onde estavam as mais importantes a seguir às que se encontravam nos altares da igreja (de fora ou de dentro) era na sala capitular, como nos recorda Frei Jerónimo de Belém *he especiall a de Christo nosso Redemptor, colocada no Capitulo*. BELÉM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, p. 368. Sobre esta questão da imponência da sala do capítulo consulte-se BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura Monacal en Occidente*, 1975, p. 18. No capítulo da vida conventual retomaremos e desenvolveremos este assunto.

mesmo tipo de acabamento - duas meias pontas de diamante - que os cunhais da igreja e a porta de acesso à sala capitular para quem vem do coro baixo, como foi referido no capítulo sobre as fases de construção. Deste vão são ainda visíveis as cantarias das ombreiras e o arranque do arco que devia ser amainelado (como o pequeno arco do comungatório na igreja). Como forma de valorizar e dignificar esta sala na 3.<sup>a</sup> fase, que tem como patrocinadora a Rainha D. Catarina e como mestre de obras Diogo Pires, é realizado outro portal de acesso ao capítulo, com moldura rectangular idêntica à dos arcos de reforço da igreja.

Apesar de ser um dos primeiros espaços a ser construído em Maio de 1548, a quatro meses de entrada em clausura, ainda faltava ladrilhar o chão deste compartimento; como nos informa a Abadessa em carta à Rainha *E fica (...) por ladrilhar E asi ho capitollo*<sup>237</sup>. Em Setembro desse ano fizeram-se os assentos do capítulo.

Com o terramoto de 1755 o capítulo ficou muito arruinado *com as travens arebentadas*<sup>238</sup>, logo não era abobadado.

#### 4.4 A escola de noviças

A existência de dois coros pressupõe que neste convento conviviam duas comunidades, a de religiosas e a de noviças.

Frei Diogo de Olivença em carta de 18 de Setembro de 1548 dá conta à rainha da aplicação das madeiras no edifício e informa que: *e assentos do capitolo. E se forrou outra casa no mesmo andar da clausura que hee pera ser escola das*

---

<sup>237</sup> A.N.T.T Corpo Cronológico Parte I Maço 80 Doc. 106 – 9 de Maio de 1548 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>238</sup> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 3 – S.D. c. de 1800 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

*noviças*<sup>239</sup>. Analisando os espaços do piso térreo e visto que a ala Este é dedicada à portaria e aos espaços a ela associados e a ala sul ao refeitório e à cozinha, sugere-se que o espaço utilizado para a escola se localizasse na ala oeste entre a sala do capítulo e as oficinas localizadas já no interior da cerca. A sala de planta rectangular apresenta dimensões razoáveis, que serviriam perfeitamente para alojar o local de estudo das noviças.

#### **4.5 As oficinas e as casas de labores**

(Fotos 154 a 162)

As casas dos labores situavam-se no piso térreo do edifício a seguir à escola de noviças e com abertura para a horta. Tratam-se de duas salas (actualmente encontram-se destruídas) que foram identificadas nas sondagens arqueológicas realizadas em 2001 pela equipa de arqueologia de museu (Plantas 5 e 6). As salas apresentam uma planta rectangular. A sala 1 tinha pavimento de tijoleira ainda *in situ* (Fotos 154 e 155) e uma pequena abside para colocar um recipiente cerâmico, provavelmente uma talha. Da sala B<sup>240</sup> foram retirados muitos objectos relacionadas com a costura, dedais alfinetes e agulhas (Fotos 160 a 162), bem como uma pequena caveira em cerâmica (Foto 159) que devia pertencer a uma estátua de S. Francisco, pois é um dos atributos que aparece sempre associado a este santo.

Junto desta zona situavam-se também as oficinas onde se guardavam as alfaias agrícolas, que abriam para um pequeno pátio porticado, virado para o interior da cerca (Foto 156).

---

<sup>239</sup> A.N.T.T Corpo Cronológico Parte I Maço 81 Doc. 49 – 18 de Setembro de 1548 e MENDES, Isabel Maria Ribeiro, “A Casa da Rainha D. Catarina e as dávidas ao Clero”, 1989, p. 27.

<sup>240</sup> Este compartimento não foi delimitado na sua totalidade. É importante na futura remodelação do museu perceber este “fecho” sul da ala oeste.

#### **4.6 O refeitório e a cozinha**

(Foto 163 a 173)

O refeitório e a cozinha ocupam a ala sul do edifício no piso térreo.

A cozinha é um compartimento de planta rectangular dividida em duas áreas distintas: a do lume, onde se encontra a chaminé, com uma área contígua e que dá acesso ao refeitório através de uma porta interna e uma porta de passagem para a horta (hoje entaipado), apresenta vestígios de dois armários embutidos na parede; a zona mais afastada do lume e que apresenta dois espaços distintos - um deles com cobertura em tijolo de burro e em abóbada, que serviria para o armazenamento de alimentos.

O refeitório é um espaço amplo com duas janelas viradas para a horta e uma porta, de acesso pelo claustro, com moldura em perspectiva sem decoração. Esta sala estava decorada com azulejos que não chegaram até nós. A porta deste espaço é realizada em 1548<sup>241</sup>, pouco tempo antes da entrada em clausura do edifício.

#### **4.7 A portaria**

(Fotos 174 a 177)

A portaria<sup>242</sup> estava situada na ala Este do convento. Em 1523 foram *tomadas* umas casas a Joana Simões para a sua construção mas a realização da obra desta área fulcral, que servia de ponto de encontro entre o mundo exterior e a comunidade interna, só se termina em meados na década de 50, do século XVI.

---

<sup>241</sup> A.N.T.T Corpo Cronológico Parte I Maço 81 Doc. 49 – 18 de Setembro de 1548 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>242</sup> É uma das áreas mais descaracterizadas com a instalação da unidade fabril, porque serviu de habitação. Voltaremos a este assunto na 2.ª parte deste trabalho.

No ano de entrada em clausura a portaria não ficou concluída a tempo, como nos informa a abadessa em carta à Rainha, em Maio de 1548: *E nam se nos pode dar ate nam ser tudo. ysto de dentro acabado afora as ofiçinas da portaria que ficam de fora da crasta como ho portador dara mais larga conta*<sup>243</sup> (o portador é Gomes de Torres o mestre pedreiro).

Numa carta, datada de 15 de Junho de 1551, o Ministro Provincial Frei Francisco da Conceição informa a Rainha de que a portaria ainda não tinha sido terminada: *E as freyras consoladas, senam muy desejosas de verem a portarja feyta*<sup>244</sup>.

Aqui se situava a roda por onde passavam os objectos do exterior para o interior da *crasta*. Na portaria<sup>245</sup> localizavam-se dois “equipamentos” importantes: a roda e o parlatório ou locutório. Ainda hoje são visíveis vestígios do lugar da roda numa das salas hoje existentes (actual secretaria do museu) mas retiradas do seu lugar original, como refere João Alberto Carvalho Marques: *para construir o corredor (...) foi necessário retirar do local original as pedras, na altura postas a descoberto, que constituíam o sistema de Roda do Convento. As referidas pedras foram mudadas para o outro extremo da parede, junto à janela, que era por sua vez uma porta*<sup>246</sup>.

Sobre a questão da roda e do parlatório a Regra de Santa Clara dá indicações muito precisas da sua localização e realização: *aja em lugar (...) hum tornatório ou Roda nom mais e mujto forte (...) seia hi mesmo ho comuu palratório . acerca do dicto tornatorio / ou Roda / hua fresta quadrada em aqual janella . ou fresta alem do meyo da parede de dentro Seia hua grade de ferro firme e espessa / que ajnda quasi tres cabeças de tres dedos junctos nom caibam per os furaços . e de fora pontas de*

---

<sup>243</sup> A.N.T.T Corpo Cronológico Parte I Maço 80 Doc. 106 – 9 de Maio de 1548 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>244</sup> A.N.T.T Corpo Cronológico Parte I Maço 86 Doc. 70 – 15 de Junho de 1551, *idem, ibidem*.

<sup>245</sup> A necessidade de ser um espaço muito bem concebido que servia de observatório e de contacto com o exterior, obriga a uma concepção especializada dos compartimentos que definem esta zona de contacto. Sobre este assunto pode consultar-se MOURÃO, José Augusto, “A Comunidade como prática do lugar de Interlocação”, 2002, p. 54. O mesmo sentido tem a afirmação de Paulo Varela Gomes *A portaria e o parlatório eram também lugares monásticos de encontro ritualizado*, GOMES, Paulo Varela, “A Fachada pseudo-frontal nas igrejas monásticas femininas portuguesas”, 2002, p. 232.

<sup>246</sup> MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, p. 125.

*ferro longas : contra aqual grade da parte de dentro Seia yunto e pregado hu pano duas vezes ou tres dobrado de teea negra grossa e espessa . em tal maneyra que a claridade senon possa ver de dentro nem de fora*<sup>247</sup>

A sala da roda foi mandada ladrilhar nos anos de 1731 para 1732 como o comprova uma lápide que se mantém no seu lugar de origem.

#### **4.8 O dormitório das noviças, a enfermaria e a sala de isolamento**

(Fotos 178 a 183)

Trata-se de um complexo de três salas contíguas e com acesso interno entre elas, que se situam na ala sul no primeiro andar do edifício, por cima da cozinha e do refeitório.

Subindo as escadas (ainda existentes), a primeira sala, que tem acesso antes da saída para o claustro, destinava-se a receber as irmãs doentes em estado terminal ou com doença contagiosa. A sua localização permite que a entrada do confessor se faça sem devassar a vida da comunidade ou entrar no “interior” da sua casa.

Segue-se a zona que identificamos como a enfermaria. A sua localização está pensada para que seja uma sala aquecida devido à proximidade da chaminé da cozinha e ser virada a Sul. Neste compartimento foi refeita, nas obras da DGEMN, uma porta que a ligava à sala das enfermas e que apresenta cantaria moderna mas com moldura a imitar a decoração renascentista. Ainda nesta divisão encontra-se uma pia de água que serviria, em nosso entender, para dar a extrema-unção.

Na sala seguinte, ligada através de um arco, situar-se-ia o dormitório para noviças, que dariam apoio às doentes. Ainda se encontram alguns nichos abertos na parede que serviram, provavelmente, para colocar os pertences das noviças. A porta

---

<sup>247</sup> ASCENÇÃO, Inês, *Do Uso da Santa Comunidade da Sumção de Faro, s/data* (século XVI), manuscrito, p. 35 e 35v.

principal, com moldura renascentista, apresenta uma verga<sup>248</sup> decorada com duas cabeças de anjos ou *putti* nas extremidades, a que se seguem fénix e duas cabeças simétricas de animal marinho e motivos florais, ladeando uma cartela com a data de 1545, o que nos remete para a 2.<sup>a</sup> fase de construção a cargo de Afonso Pires. A porta só foi colocada três anos depois, como mostra a carta de Frei Diogo de Olivença à Rainha onde dá conta da aplicação da madeira para o convento e especifica: *E se fizeram portas pera ho refectoreo E para a enfermaria*<sup>249</sup>. Fronteiro a esta porta encontra-se um pequeno nicho, que servia para colocar uma imagem devocional de vulto perfeito.

Na extremidade oeste da sala existe uma porta fronteira à porta de acesso ao dormitório principal, que servia de ligação mais directa entre os dois dormitórios.

Pensamos que se trata de um dormitório especial para noviças com funções de enfermaria, pelas razões que a seguir se indicam: a) o dormitório é um dos espaços indicados por Frei Jerónimo de Belém como um dos primeiros a ser construído e que depois da paragem das obras o edifício *apenas constava de hum dormitório mal acabado*<sup>250</sup>; b) o corpo sul não apresenta nenhum vestígio da época tardo-gótica como a ala oeste onde localizámos o dormitório principal; c) a relação funcional entre o dormitório e o coro alto é mais lógica, visto que as freiras tinham que rezar muito cedo de manhã e a última oração era à meia-noite; d) quem está doente precisa de mais conforto (o quente que vem da cozinha) e está dispensado de ir ao coro alto

---

<sup>248</sup> Esta estava no Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique e que foi recolocada nas obras de adaptação a museu, MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, p. 138.

<sup>249</sup> A.N.T.T Corpo Cronológico Parte I Maço 81 Doc. 49 – 18 de Setembro de 1548 e MARQUES, João Alberto de Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>250</sup> BELÉM, Frei Jerónimo de, *op. cit.*, p. 354.

rezar; e) na descrição do cronista franciscano Frei Jerónimo de Belém este refere o coro e a seguir o dormitório.

Uma descrição dos acontecimentos do terramoto de 1755 também corrobora esta hipótese de localização da enfermaria, pois descreve a fuga de uma religiosa da enfermaria para o coro, o que acontece pela varanda do claustro: *Madre soror Anna Jacinta de S. Joze fugindo da enfermaria, abraçada com hum crucifixo, por (fl. 13) haver cahido a dita Enfermaria, vinha para o coro, e cahindo a abobeda da Varanda, Cahio a dita Religioza ficou morta ao pé do Capitullo*<sup>251</sup>.

#### 4.9 O dormitório<sup>252</sup> principal

*Na mesma forma se vê o dormitorio commum com aposentos*<sup>253</sup>.

Um dos primeiros corpos a ser construído, situa-se na ala oeste por cima da sala do capítulo, faz ligação com uma sala de ante-coro, com o coro alto e com o mirante. Na sua primitiva traça não tinha vãos para a rua, mas com as obras de adaptação a museu foram abertas seis janelas para o exterior<sup>254</sup>.

Apresenta uma porta exterior a meio da sala e outra porta situada em frente da porta que dá para a enfermaria.

---

<sup>251</sup> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 3 – S.D. c. de 1800, retirado de MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>252</sup> A existência destes espaços deve-se à reforma das clarissas que acontece em Portugal por iniciativa de D. Leonor, voltaremos a este assunto no capítulo sobre a vida conventual.

<sup>253</sup> BELÉM, Frei Jerónimo de, *op. cit.*, p. 360.

<sup>254</sup> A fachada sem vãos para o exterior é visível nas fotografias tiradas nas obras de adaptação a museu, a cargo da DGEMN, nas décadas de 60/70, do século passado. Ver anexo.

#### 4.10 Outras dependências

(Fotos 184 a 194)

Englobamos neste ponto várias áreas conventuais: a casa da abadessa, a biblioteca/ cartório, o mirante, o oratório e as casas místicas.

A casa da abadessa localizava-se por cima da sacristia e da portaria, na ala norte do edifício. O vão de entrada é nobilitado através de frontão triangular por cima da verga da porta, datado do século XVIII. A moldura apresenta decoração em lágrimas e caneluras. Localizada junto à zona mais calma e discreta do convento, afastada do dormitório e da enfermaria, é composta por três salas contíguas, encontrando-se bastante transformada, pelas razões atrás apontadas para a portaria.

A biblioteca/cartório<sup>255</sup> devia localizar-se no mesmo piso da casa da abadessa na ala este do edifício. Nesta ala existem cinco salas que se encontram completamente descaracterizadas, de planta rectangular e que podiam albergar as casas místicas para o serviço das religiosas<sup>256</sup> e uma sala para uma aula de música. A sala que se situa junto à casa da abadessa apresenta uma moldura renascentista decorada com elementos florais, encimada por óculo entaipado.

O mirante situava-se junto dos coros e do dormitório, de escada em caracol e com vãos ainda tardo-góticos. Servia para as freiras *mirarem* a cidade e verem sem serem vistas. A sua imponência é visível num perfil da cidade de 1813 (Fig. 6),

---

<sup>255</sup> Um documento de 1553 faz referência ao cartório do convento e Frei Jerónimo de Belém quando descreve as consequências do assalto inglês ao convento informa que se perdeu o cartório no incêndio. A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 89 Doc. 112 – 16 de Março de 1553 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990 e BELÉM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, p. 361.

<sup>256</sup> Esta indicação vem em BELÉM, Frei Jerónimo, *op. cit.*, p. 360.

retirado de uma obra de George Landman, *Historical, Military and Pitoresque Observations on Portugal*<sup>257</sup>.

O oratório, situado no primeiro andar na ala Este, é um pequeno compartimento de planta quadrada, sem fenestração e com cúpula decorada. Esta sala servia como câmara de disciplina, como refere a Regra da Ordem.

Apesar de não existir referência do seu lugar, o convento devia ainda ter os seguintes espaços: despensas, rouparia, etc.

#### 4.11 A cerca

(Fotos 195 a 201)

A cerca foi um dos últimos equipamentos a ser construído, apesar de ter começado ainda na primeira fase<sup>258</sup>. Mas o seu término acontece já depois da entrada em clausura do edifício, como nos refere o Ministro Provincial Fr. Francisco da Conceição em carta à Rainha D. Catarina, datada de 1551: *senam muy desejosas de verem (...) a orta cercada que são obras muy neçessarias*<sup>259</sup>.

A configuração da cerca é semi-circular e confina, como já tivemos ocasião de referir no capítulo do enquadramento urbano, com a Travessa das Freiras. A planta da Vila Adentro executada por José Sande Vasconcelos, em finais do século XVIII, dá a ideia da dimensão inicial da cerca. Com a extinção das Ordens Religiosas o conjunto foi amputado e parte da cerca vendida até 1840<sup>260</sup>. Mesmo assim a planta da cidade de

---

<sup>257</sup> Sugerimos a localização do mirante onde se indica apenas torre, retirado de PAULA, Rui e PAULA, Frederico, *Evolução Urbana e Património*, 1995, p. 88.

<sup>258</sup> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 3 – S.D. c. de 1800, retirado de MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>259</sup> A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 86 Doc. 70 – 15 de Junho de 1551 e MARQUES, João Alberto de Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>260</sup> A parte que actualmente se designa de Horta da Misericórdia.

Faro de 1848, de João Baptista Silva Lopes (Fig. 7), ainda mantém a unidade do quarteirão das freiras<sup>261</sup>, com a indicação de *freiras*.

Construída em arenito (como a maior parte das alvenarias do convento), apresenta contrafortes de cantaria com *bugnato*. Encontra-se bastante danificada em vários pontos, tendo sido recentemente substituída, em parte, por muros de tijolo.

No interior da cerca situava-se a horta, o celeiro e as casas dos criados. O desenho da cerca era tão cuidado como o do edifício conventual mas, infelizmente, a área da cerca foi a que chegou até nós mais mutilada na sua unidade e mais descaracterizada, não tendo resistido a sua essência<sup>262</sup> à voragem do tempo e dos homens.

A cerca ficou muito arruinada no terramoto de 1755, deixando entrar a ajuda e caridade que vieram ajudar as freiras; a horta serviu de espaço para a construção de barracas, mas como o estrago foi enorme as freiras acabaram por ter de sair deste espaço e foram albergadas na Igreja do Carmo.

---

<sup>261</sup> Defendemos a importância da unidade deste quarteirão, pelo que voltaremos a este assunto na segunda parte deste trabalho, quando falarmos na adaptação a museu deste edifício.

<sup>262</sup> Pois como refere Aurora Carapinha, *Desertum e hortus partes integrantes das cercas conventuais que resultam de um desenho unitário e orgânico que reflecte princípios funcionais e motivações ascéticas. São meta-paisagens que se constroem da contemplação á utilidade*, CARAPINHA, Aurora, “Paisagem e espiritualidade”, 2002, p. 112.

<b>Convento</b>	<b>Localidade</b>	<b>Data da Fundação/ Patrocinador</b>	<b>Claustro</b>	<b>Arquitecto</b>
Hospedaria	Tomar	Régio – 1530 – data do início da campanha de João de Castilho	1538-43 1541 – data existente no fecho da abóbada da galeria 1543 – data existente em oito capitéis do claustro	João de Castilho
Nossa Senhora da Assunção	Faro	1519 – Casa da Rainha	1538 – ano em que Afonso Pires aparece como mestre das obras 1548 (ano da conclusão da obra)	Afonso Pires
Chagas	Vila Viçosa	1514 – Casa de Bragança	1539 – conclusão do claustro	-----
Penha Longa	Sintra	1511 - Coroa	1540 – D. João III promove obras no claustro	-----
Primitivo Convento de Santa Clara	Bragança	1535 – D. Teodósio, Duque de Bragança	1550 – estava concluída a obra	Pero de la Faia e Fernão Pires
Saudação	Montemor-o-Novo	1506 – D. Mécia, viúva de Nuno de Castro	Década de 80 do século XVI	Atribuído a Mateus Neto
Lóios	Arraiolos	1527 - D. Jaime e D. Teodósio, Duques de Bragança patrocinaram a construção do claustro	1575 – conclusão do claustro	-----
Carmo	Moura	Inícios século XVI	1523 e 1597 datas inscritas nas alas NO e SE do claustro	-----

**Quadro I:** 1.<sup>a</sup> tipologia de claustro proto-renascentistas portuguesa

<b>Claustro</b>	<b>Data</b>	<b>Tramos</b>	<b>Capitéis</b>	<b>Cobertura</b>	<b>Cantos</b>	<b>Contrafortes</b>
Hospedaria de Tomar	1538-42	quatro		abóbada de aresta com nervuras	não tem	sim
Nossa Senhora da Assunção de Faro	1542-48	quatro	1.º piso – ábaco curvo 2.º piso – sem ordem definida	1.º piso – aresta com nervuras 2.º piso – madeira	cortados obliquamente em forma de chanfro	sim
Chagas de Vila Viçosa	1539	cinco	ordem dórica nos dois pisos, o superior não apresenta colunas mas pilastras	1.º piso – abóbada de arestas 2.º piso – tecto de madeira	não tem	sim
Penha Longa de Sintra	1540	três	1.º piso – ordem toscana 2.º piso – jónica	abóbada de arestas com nervuras nos dois pisos	cortados em esquina	sim
Primitivo Convento de Santa Clara, Bragança	1550	cinco	ordem dórica nos dois pisos, o superior não apresenta colunas mas pilastras	-----	não tem	sim
Saudação de Montemor-o-Novo	Década de 80, século XVI	três	ordem dórica nos dois pisos	1.º piso – abóbada de arestas 2.ª piso – madeira	não tem	sim
Lóios de Arraiolos	1575	quatro	Ordem dórica nos dois pisos	1.º piso – abóbada de nervuras 2.º piso – tecto de madeira	cortados obliquamente em forma de chanfro	sim
Carmo de Moura	1597	quatro	1.º piso – toscana, 2.º piso – jónica	1.º piso – abóbada de nervuras 2.º piso – tecto de madeira	não tem	sim

**Quadro II:** 1.ª tipologia de claustro proto-renascentistas portuguesa – aspectos formais

## **5. A vida no Convento**

A vida conventual rege-se, principalmente, pela sujeição a três votos: castidade, obediência e pobreza. Não esquecendo, contudo, o peso fundamental da clausura, quer no edificado quer na vida em comunidade.

Humanizar o edificado e conhecer a comunidade clarissa de Faro é o propósito deste capítulo.

### **5.1 Rotinas e hierarquias de uma vida em clausura**

A vida em comunidade era pautada por regras bem definidas desde a entrada das noviças no convento até à eleição da abadessa. Neste sub-capítulo descreveremos algumas dessas regras, para tentar compreender a rotina conventual e as hierarquias.

Começemos pelas condições de entrada no convento: existência de vaga; passar por um “exame” de fé católica; ter o consentimento da abadessa e da maior parte das irmãs; ter licença do Cardeal protector da Ordem e do Ministro Provincial; ir por livre vontade e não obrigada; não ter homem ou marido; não ser *de antiga*

*idade*<sup>263</sup> ou doente<sup>264</sup>, ou louca; deve ser idónea; deve vender todas as suas coisas ou dar aos pobres; não ter nenhuma irmã no mesmo convento<sup>265</sup>.

Concretamente o modo de admissão à vida religiosa podia ser feito, sobretudo, por três vias: solicitação familiar, transferência de outro convento ou recomendação da Rainha<sup>266</sup>.

Às senhoras que queriam entrar para o convento a abadessa devia informar de todas as coisas ásperas da religião. Como forma de separação do mundo exterior, as primeiras acções eram o corte dos cabelos e o desfazer-se das roupas seculares, sendo-lhes dadas três saias e um manto<sup>267</sup>.

Vejamos então como eram os hábitos. A túnica *de cima* ou hábito da ordem era obrigatória em público, mesmo diante das outras irmãs e até a dormir; apenas havia

---

<sup>263</sup> A idade mínima de entrada no convento era 11 ou 12 anos, mas receber o hábito de freira só podia ser feito aos 18 anos e raramente depois dos 40 anos só se *for muito nobre em ho Reccebimento*, ASCENÇÃO, Inês, *op. cit.*, s/d, Cap. I, p. 21 e 21v. Especifica que a *nenhuma depois de ydade de treze anos a ordem nom Seia Recebida : menos que sua vida e onestidade e booa fama seja conhecida*, Cap. I, p. 21v e 22.

<sup>264</sup> No convento em estudo existe um caso em que se questiona porque não se recusou uma senhora doente: *Prouinçial da Ordem de São Francisco da prouinçia dos Algaruez. EU o Principe Vos envio muito Saudar. Tenseme feito queixa, de que hauieis passado patente, a hua filha de Manoel Viegas, para entrar por religioza No mosteiro de Nossa senhora da Assumpção da çidade de Faro; E porque de Mais de Ser incapaz, para entrar em Relegião, por ser muito enferma*, B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 5 – 12 de Março de 1670, retirado de MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>265</sup> Em Faro isso é cumprido desde o primeiro minuto quando as irmãs fundadoras foram separadas, ao receberem o hábito. No século XVII houve uma tentativa, através de uma petição de Francisco Mendonça Pessanha, escrivão da Câmara, onde este pede ao Rei que deixe entrar outra sua filha para o mesmo convento: *que dezejando aComodar quatro filhas suas em hum Conuento onde pela obseruança da Religião melhor Seruiçem a Deus, e Vendo que no Real Conuento de Nossa Senhora da Assumpção da Cidade de Faro, das descalsas da Madre de Deos Viuiam as Religiosas delle taõ abstrahidas de negoceações humanas como enleVadas em Contemplações diuinas; fez professar nelle sua filha primeira soror Francisca do Sarafim, sendo do seu zello a mais Reuerente ofrenda, a que era do Seu Cuidado o mais amante premeia; e experimentando a suauidade com que ella Sofria as exaccões da Regra quis meter no dito Conuento sua filha Segunda D. Maria de Gouuea*. Esta situação originou uma rebelião no convento contra o Ministro Provincial, B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 7, s/ data, retirado de MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>266</sup> A interferência régia é uma constante no século XIX, B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 10, 5 de Junho de 1826, B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 11, 5 de Junho de 1826, B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 12, 5 de Junho de 1826, retirado de MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>267</sup> *Ordenamos que a túnica de cima não seja muito alva nem muito negra . mas quando poder ser Seia color de cinza*. O modo como o hábito devia ser feito também vinha bem estipulado na Regra, ASCENÇÃO, Inês, *op. cit.*, s/d, Cap. II, p. 24.

dispensa de dormir com ela caso estivesse doente<sup>268</sup>. Esta túnica não deve passar *a longura das sorores (...) nem ha de cair sobre a terra*. Define ainda a largura de 15 palmos e que as mangas não passem o punho. As túnicas de baixo *sejam de humilde, comum e vil pano, não sejam forradas*. O manto seguia a mesma regra das túnicas de baixo e não devia ser *franzido nem pregado* à volta do pescoço, nem muito longo que rase o chão. A corda devia ser, também, comum e com nós. Para finalizar, os véus de uso obrigatório pela abadessa, pelas irmãs e pelas professoras. A intenção de andarem de cabeça coberta era para tirar *toda a curiosidade e vaidade*. Deviam cobrir *a fronte, as faces e a barba* com véus<sup>269</sup> de tecido grosso e assim permanecer sempre que estivessem em comunidade, na igreja, no capítulo e no refeitório.

A entrada no convento pressupunha o começo de um mundo de rituais e hierarquias. De início, quem entrava recebia a designação de *manceba*, depois, quando se decidiam pela profissão de freira, passavam a noviças e, durante um ano, eram ensinadas pelas freiras mais discretas de todo o convento, passando posteriormente a professoras<sup>270</sup>, fazendo um ano de provação<sup>271</sup>.

As noviças e professoras eram recebidas em Capítulo na presenças de todas as irmãs. Para receber a profissão deviam estar de joelhos diante da abadessa e dar-lhe as mãos, declarando que por vontade própria desejavam tomar o hábito.

---

<sup>268</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>269</sup> Cada irmã podia ter dois véus negros e dois ou três toucados brancos por *beneplácito de sua abadessa* e nenhuma noviça podia usar véu negro antes de professar, *Idem*, Cap. II, p. 25v.

<sup>270</sup> Para passar a professoras a idade mínima era de 16 anos e a máxima de 25 anos, norma estipulada no Concílio de Trento (1545-1563), sobre esta questão pode consultar-se LALANDA, Maria Margarida de Sá Nogueira, *A admissão aos mosteiros de Clarissas na ilha de S. Miguel (séculos XVI e XVII)*, 1987.

<sup>271</sup> ASCENÇÃO, Inês, *op. cit.*, Cap. I, p. 22.

O ritmo diário era marcado, sobretudo, pela oração<sup>272</sup> e pelo silêncio que deviam guardar desde *a hora das completas até hora da terça (...) guardem silentio continuamente em jgreja em ho dormitório e ho refeitório*<sup>273</sup>.

A comunidade era chamada ao coro para oração através do sino. A abadessa ou a vigária eram as únicas que podiam dar autorização para sair antes do ofício acabar. Por outro lado, apenas estavam dispensadas de comparecer no coro as enfermas e as irmãs de serviço à enfermaria. Quanto ao modo de tocar para a missa, de sentar, de ajoelhar, de inclinar, de levantar e de mudar ou virar deviam seguir os costumes e ordenações dos frades menores<sup>274</sup>.

As freiras tinham que se confessar pelo menos 12 vezes por ano, apesar de se recomendando uma periodicidade quinzenal. Havia um confessor<sup>275</sup> do convento, que só podia entrar na clausura para “visitar” alguma enferma. Cada convento devia ter quatro frades da ordem dos frades menores, destes o confessor devia ser idóneo e de meia idade, o seu companheiro devia ser de boa fama e os outros dois deviam ser leigos<sup>276</sup>.

---

<sup>272</sup> devem rezar 24 vezes o padre nosso por matinas, por laudes [última oração do dia] cinco, por prima [primeira oração da manhã], terça, sexta, noa, por cada uma destas horas diga sete vezes e por vésperas doze e por completas sete, *Idem*, Cap. 3, p. 3.

<sup>273</sup> *Idem*, Cap. 5, p. 4v.

<sup>274</sup> *Idem*, Cap. III, p. 26v.

<sup>275</sup> Há informações sobre os confessores do convento de Faro desde o ano de 1544. Em 1553 era Frei Afonso de Serpa. Em 1687 as freiras pedem que *lhes deixasse ficar o mesmo Confessor porque Com elle tinhão toda a Consolação esperitual que podião dezejar, e esta petição foy a Requerimento de toda a Comunidade, e pela experiencia que eu tinha do bom exemplo e modestia do tal frade dey a seu fauor a Carta que me pedio*. Um ano depois a abadessa escreve à Rainha para não tirar o confessor do convento. Em 1825 era Frei Teotónio de Sant’Ana Macedo. A.N.T.T Receita e Despesa da Casa de D. Catarina (1539-43) Núcleo Antigo – Livro 792 Fl. 206 de 1 de Agosto de 1544; A.N.T.T Corpo Cronológico Parte I Maço 89 Doc. 112 – 16 de Março de 1553; B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 8 – 19 de Junho de 1687; B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 9 – 17 de Maio de 1688, B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 17 – 14 de Janeiro de 1825, MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>276</sup> ASCENÇÃO, INÊS, *op. cit.*, Cap. V, p. 32 e 32v.

A entrada na comunidade significava que a partir desse momento *nehuma licença lhe seia concedida ou facultade pera mais dalli daver de sair*<sup>277</sup>. Para além disso, o contacto com o exterior estava condicionado a ocasiões esporádicas, podiam falar apenas raramente à grade e nunca à porta; na Quaresma era proibido falar ao palatário apenas se fosse para se confessar.

A eleição da abadessa<sup>278</sup> era feita no convento de Faro quando a abadessa anterior morria, como aliás ordena a Regra de Santa Clara<sup>279</sup>. Da documentação consultada apurámos o nome de onze abadessas<sup>280</sup> do convento, sendo que a primeira a soror Inês d'Ascensão, que veio do convento da Madre de Deus e liderou durante 25 anos. Depois só temos registo do nome das abadessas no final do século XVII, em treze anos houve sete abadessas (1681-1694)<sup>281</sup>.

Na hierarquia conventual a seguir à abadessa vinha a vigária. Todas as irmãs tinham a sua ocupação: a sacristã, as oito discretas, as porteiras (maior e menor), escritã e corista. Para o final do século XIX temos, através de três documentos, a indicação das freiras e respectivos cargos por que passaram<sup>282</sup>.

---

<sup>277</sup> *Idem*, Cap. VI, p. 33.

<sup>278</sup> A idade mínima para ser abadessa era de 30 anos, *Idem*, Cap. VII, p. 38v.

<sup>279</sup> *Idem*, Cap. 4, p. 3v.

<sup>280</sup> Ver quadro III e IV, no final deste capítulo, p. 99-104 e p. 105.

<sup>281</sup> B. N. L. Coleções em Organização Caixa 13 Doc. 3, c. de 1800 – miscelânea de documentos do convento, transcrito de MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, Doc. n.º 43.

<sup>282</sup> Ver quadro IV sobre os cargos das freiras no final deste capítulo.

## 5.2 A comunidade e a sua origem social

Após uma breve incursão sobre o quotidiano da comunidade clarissa, falta-nos ainda perceber quem eram estas mulheres que recebiam o hábito e em que número eram admitidas no Convento de Nossa Senhora da Assunção.

Em 1541 chegaram as oito freiras do convento da Madre de Deus de Lisboa, por ordem da Rainha D. Catarina. Um ano depois há referencia à entrada de Joana de S. Francisco, proveniente de Beja, cidade berço das irmãs fundadoras, Leonor da Trindade e Maria das Chagas.

Mas dez anos depois da chegada das oito irmãs, o Ministro Provincial Fr. Francisco da Conceição, após uma visitação, escreveu à Rainha D. Catarina dando-lhe conta do que viu no convento e frisa que achou que a comunidade era pequena – 18 mais 4 que estavam para entrar - devido ao muito serviço a realizar: *e tambem as achey affadigadas de poucas pera os seruyços por que auja muitos dias que quatro dellas estauam doentes, de maneyra que pera ho coro E os mays serujços fjarãm poucas, E assy foe força consentjr lhe tomar tres. (...). A filha do (...) que por doente estaua fora, E já .vossa.Alteza. quys que se tornasse, E eu a metj, de que aquella gente fjca muito contente que he bom pera as freyras // a outra he tambem da terra filha de homem E molher muy honrrados, E com que dão boa esmola a outra he de mértola filha dum Diogo nunez ja defunto que foe (fl. 1v) alcayde do castello E hum jrmão della he scriuão da camera E outros muy de bem, E também dão com ella esmola com estas esta reçebyda minha cidade de portallegre como .vossa.Alteza. mandou posto que me foe caro mandala receber sem nada pollo que .vossa Alteza. Comjgo tjinha assentado. De maneyra que com que estas quatro que agora entram*

*são vynte E duas // em outras me fallaram mas não quis dar lyçença ate fallar com .vossa.Alteza*<sup>283</sup>.

Sendo o número de freiras estipulado, em 15 de Maio de 1567, por bula papal de Pio V<sup>284</sup>, num total de trinta<sup>285</sup>.

Relativamente à origem social, Frei Jerónimo de Belém enfatiza que havia *muitas donzellas da primeira nobreza de Faro, e de outras partes remotas, ainda de fóra do Reyno*<sup>286</sup>. Esta ideia é reforçada por D. Simão da Gama, Bispo do Algarve, em 1687, *nesta Cidade há hum Conuento de Religiosas Capuchas da primeira regra de Santa Clara instituido pela Rainha D. Catarina a Glorioza memoria, o qual dotou com mão tão liberal para serem nelle Religiosas as mulheres nobres e prinçipais deste Reino*<sup>287</sup>.

No século XVII houve um motim no convento contra a entrada de uma filha de Manuel Viegas por ser *contra o estatuto da fundação do mesmo mosteiro, por elle ser homem de tão humildes principios, e offiçio mui vil*<sup>288</sup>. O Rei refere que o Ministro deve ter cuidado porque se trata de uma comunidade reformada e que obedece estritamente à regra de Santa Clara.

Nestes anos entrou, também, para o convento uma filha de Francisco Manuel Peçanha, escrivão da Câmara. A posição social elevada das senhoras que entravam no

---

<sup>283</sup> A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 86 Doc. 70 – 15 de Junho de 1551 e MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990, vol. 2.

<sup>284</sup> BELÉM, Frei Jerónimo de, *op. cit.*, 1758, p. 357.

<sup>285</sup> Em 1687, D. Simão da Gama, Bispo do Algarve, refere que o número era de trinta e três, tal como na Madre de Deus e em todos os mosteiros da primeira Regra, B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 8 – 19 de Junho de 1687, retirado de MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990. No século XIX o número não ultrapassava os 21.

<sup>286</sup> *Idem, Ibibem*, desde Coimbra, Bragança, Tomar, Santarém, Elvas até Arzila, consultar quadro III sobre origem das freiras do convento no fim do capítulo, p. 99 a 104.

<sup>287</sup> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 8, 19 de Junho de 1687, retirado de MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>288</sup> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 4 – 14 de Maio de 1670, *idem*.

convento é uma constante. No século XVIII entram uma filha do Desembargador Crespim Mascarenhas e uma filha do Juiz da Alfândega de Faro, ambos naturais de Lisboa.

### 5.3 As possessões no exterior

D. João III doa ao convento uns moinhos, pertencentes outrora a mestre Duarte, sítios no Bom João, na cidade de Faro, *e mando que meta em posse dos ditos moinhos há dita abadessa E freiras E lhe leve em ter loguar E pessoir E fazer deles o que lhes bem vier como cousa sua propria deste dia pero todo o sempre*<sup>289</sup>.

Para além disso o convento possuía um hospício<sup>290</sup>, que, provavelmente, se localizaria também no interior da Vila Adentro e umas casa térreas no Largo de S. Francisco<sup>291</sup>.

### 5.4 O fim das regras

Apesar de se tratar de um convento reformado, a partir do século XVII há muitas referências a motins, a distúrbios e a uma comunidade pouco digna. D. Simão da Gama descreve com pormenor esta situação: *se mostra a grande Reforma de que*

---

<sup>289</sup> A.N.T.T. Chancelaria de D. João III Livro 66, Fl. 154 de 18 de Abril de 1551, *idem*.

<sup>290</sup> Como refere Rodrigo Mendes da Silva em 1645 no seu livro *Población General de España* que refere que em Faro *habitanla 2000 vezinhos com 3 Parroquias (...)* *uno de monjas y Hospital*, citado por MAGALHÃES, Joaquim Romero, “As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650, Esboços e Problemas”, 1980, p. 52. O Hospício vem indicado na *Relação dos Bens Nacionais Situados no Algarve, suas avaliações, e preço dos que tem sido arrematados até ao fim de Novembro de 1840*, retirado de LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia ou Memoria Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, 2 vol., 1841, quadro n.º 33.

<sup>291</sup> A.D.F. Pasta 146 Maço 8 – 28 de Maio de 1839 – carta do Administrador do Concelho de Faro, Francisco Pedro Barradas de Sá Bravo, ao Administrador Geral do Distrito de Faro em que remetia cinco autos de posses e avaliações dos conventos. Deles constava o auto de posse do convento de Nossa Senhora da Assunção tomada pelo Administrador do Concelho, António José de Sousa Gomes, em 20 de Julho de 1836 e outro do Inventário a que aí se procedeu pelo mesmo Administrador em 1 de Janeiro de 1838.

*necessita este Conuento, que sendo Capucho não sey se possa tratar com maiz Liberdade porque ainda que não tem mais grade que huã de bicos na mesma caza da Roda em a qual se não pode Ver freira alguã, todas as uezes que lhes parece vem aella, e a mesma Roda, e solta e Livrementem fallão com qualquer pessoa que esteja de fora, sem pejo nem modestia pactandosse de amizades que tem sido, e isto Religiosas que ja não são meninas, o que me obrigou a por Cuidado particular para que nehuã pessoa eclesiastica que não tivesse negocio muj preçizo fosse ao tal Conuento*<sup>292</sup>.

Nas actas das visitasões da Santa Província dos Algarves, realizadas em 1748 por Frei João do Sacramento, a comunidade clarissa de Faro continuava a não cumprir várias regras, tais como: nem todas as irmãs compareciam ao quarto de oração e disciplina<sup>293</sup>; as irmãs não guardavam silêncio; as porteiras mantinham as portas abertas por demasiado tempo<sup>294</sup>; falavam à grade sem autorização da abadessa<sup>295</sup>; não cumpriam o *ofício* para que tinham sido indicadas pela abadessa; havia muita discórdia em *levantar o fole* do órgão<sup>296</sup>; davam comida aos homens que entravam no convento para obras ou outras actividades.

No século XIX já havia muita liberdade de movimentos e de entradas no convento. O capitão Francisco Xavier Pimenta faz ingressar no convento duas filhas

---

<sup>292</sup> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 8 – 19 de Junho de 1687, retirado de MARQUES, João Alberto Carvalho, *op. cit.*, 1990.

<sup>293</sup> *A religiosa que for remissa na frequência destes santos exercícios pela primeira vez seja repreendida; pela segunda se lhe negaria o chegar aos lugares públicos, a saber, grade e torno; e pela terceira vez nos avisará a R. Madre Abadessa para proceder-mos com maiores castigos*, retirado de SANTOS, Honorato, *Memória: O Antigo Mosteiro das Freiras na cidade de Santa Maria - Faro*, 1943, p. 15.

<sup>294</sup> *A porta do Mosteiro esteja sempre fechada, e só se abra, quando for necessário entrar alguma coisa, que não caiba pela Roda*, retirado de SANTOS, Honorato, *op.cit.*, 1943, p. 15.

<sup>295</sup> E se o fizessem por mais tempo que o necessário seriam impedidas de ir à grade durante seis meses.

<sup>296</sup> Pelo que se ordenava que a abadessa inscrevesse na *tábua dos ofícios* o nome da noviça que devia realizar o serviço e por ausência desta seria sempre a mais nova no hábito.

através da autorização de D. Pedro<sup>297</sup>. José Guerreiro, natural de Faro, ingressa duas filhas no convento com a autorização da Infanta D. Isabel<sup>298</sup>.

---

<sup>297</sup> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 10 – 5 de Junho de 1826 e B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 12 – 5 de Junho de 1826, MARQUES, João Alberto, *op. cit.*, 1990.

<sup>298</sup> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 13 – 19 de Setembro de 1827 e B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 14 – 19 de Setembro de 1827, *idem*.

<b>Nome</b>	<b>Origem</b>	<b>Data</b>	<b>Observação</b>
Maria das Chagas	Beja	1519 a 1541	Depois de ser ordenada freira foi transferida para o convento de Setúbal
Leonor Trindade	Beja	1519	
Madre Soror (Inês) Brites da Ascensão (Assumpção)	Convento da Madre de Deus	31 de Outubro de 1541 a 1566 (ano da morte)	<b>1.ª Abadessa</b>
Soror Elena da Crus		31 de Outubro de 1541 a 8 de Dezembro de 1543 (ano da morte)	B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 3 – S.D. c. de 1800
Soror Paula da Natividade		31 de Outubro de 1541 a 8 de Agosto de 1544 (ano da morte)	B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 3 – S.D. c. de 1800
Madre Soror Helena da Conceição	Convento da Madre de Deus	31 de Outubro de 1541 a 15 de Dezembro de 1543 (ano da morte)	BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 358
Soror Paula da Madre de Deos	Convento da Madre de Deus	31 de Outubro de 1541 a 2 de Agosto de 1544 (ano da morte)	BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 358
Soror Cecilia da Cruz	Convento da Madre de Deus	31 de Outubro de 1541 a 11 de Outubro de 1550 (ano da morte)	BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 358
Soror Catharina do Espirito Santo	Convento da Madre de Deus	31 de Outubro de 1541	Voltou para o Mosteiro da Madre de Deus antes de 1550, BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 358
Soror Jeronyma do Menino Jesus	Convento da Madre de Deus	31 de Outubro de 1541 a Maio de 1558	Voltou para o Mosteiro da Madre de Deus, BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758p. 358
Soror Clara da Conceição	Convento da Madre de Deus	31 de Outubro de 1541	Voltou para o Mosteiro da Madre de Deus antes de 1550, BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 358
Soror Antónia da Visitação	Convento da Madre de Deus	31 de Outubro de 1541	Voltou para o Mosteiro da Madre de Deus antes de 1550, BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 358
Joana de S. Francisco	Beja	1542	B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 3 – S.D. c. de 1800
Soror Isabel dos Anjos	Cidade de Toledo		BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 357
Soror Jeronyma da Cruz	Coimbra		BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 357
Soror Alburriana da Madre de Deos	Bragança		BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 357
Soror Germana da Anunciação	Bragança		BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 357
Soror Maria da Columna	Tomar		BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 357
Soror Margarida de	Santarém		BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758,

Jesus			p. 357
Soror Eugenia de S. Francisco	Arzila		BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 357
Soror Anna de S. Francisco	Elvas		BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 357
Soror Maria da Paixão	Torre de Moncorvo	Morreu aquando da invasão inglesa à cidade de Faro, em 1596	Foi fundar o Calvário de Évora e voltou, BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 374
Soror Maria da Encarnação	Ponte de Lima (?)		Filha do Visconde de Ponte de Lima, BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 357
Soror Helena da Trindade	Faro (principias famílias)		Entrou depois de viúva, BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 357
Soror Serafina de S. Matheus			Marquesa de Ayamonte, BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 357
Soror Violante de Barga			BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 357
Madre Soror Archangela de S. Miguel			BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 357
Soror Filipa		1549 – substituiu a Madre Abadessa que estava doente	A.N.T.T. Corpo Cronológico Parte I Maço 82, Doc. 28
Soror Marya da Cruz		1 de Fevereiro de 1552 10 de Fevereiro de 1552	A.N.T.T, Corpo Cronológico Parte I Maço 87 Doc. 72; A.N.T.T, Corpo Cronológico Parte I Maço 87 Doc. 89
Soror Dorothea		1549 – substituiu a Madre Abadessa que estava doente	BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 357
Madre Soror Alburriana do Espírito Santo		1597 – recebeu o hábito	BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 357
Soror Jeronyma do Menino Jesus		Entrou para o convento ainda criança	BELÉM, <i>Ob. cit.</i> , 1758, p. 376
Madre Maria da Encarnação		Faleceu a 20 de Janeiro de 1681	<b>Abadessa</b> , B.N.L. Colecções em organização Caixa 13 Doc 3 Cerca 1800
Madre Francisca do Espírito Santo		1681 - abadessa	<b>Abadessa</b> , B.N.L. Colecções em organização Caixa 13 Doc 3 Cerca 1800
Madre Maria Baptista		Faleceu em 1689	<b>Abadessa</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13 Doc 3 Cerca 1800,
Soror Francisca do Serafim	Filha de Francisco Mendonça Peçanha <i>escrivão da Camara desta Cidade.</i>		B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 7 – s/ data (c. de 1687)
Madre Maria da Encarnação		25 de Novembro de 1689 – a eleição mais	<b>Abadessa</b> B.N.L. Colecções em

		antiga que consta no livro	organização Caixa 13 Doc 3 Circa 1800
Madre Francisca do Espírito Santo		Segue no cargo à Madre Maria da Encarnação	<b>Abadessa</b> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13 Doc 3 Circa 1800
Madre Maria do Sacramento		Até 11 de Dezembro de 1694	<b>Abadessa</b> , B.N.L. Coleções em organização Caixa 13 Doc 3 Circa 1800, Aqui eleitas de 3 em 3 anos
Madre Veolante Evangelista		14 de Dezembro de 1694	<b>Abadessa</b> , B.N.L. Coleções em organização Caixa 13 Doc 3 Circa 1800
Madre soror Micaella do Socorro Bapista		Faleceu no terramoto de 1755	B.N.L. Coleções em organização Caixa 13 Doc 3 Circa 1800
Madre Anna Jacinta de S. José		Faleceu no terramoto de 1755	<b>Escrivam</b> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13 Doc 3 Circa 1800
Madre soror Joana Evangelista		No terramoto de 1755	B.N.L. Coleções em organização Caixa 13 Doc 3 Circa 1800
Madre soror Anna Jacinta de S. Joze		No terramoto de 1755	B.N.L. Coleções em organização Caixa 13 Doc 3 Circa 1800
Madre soror Marianna Viitoria do Amor Devino		No terramoto de 1755	B.N.L. Coleções em organização Caixa 13 Doc 3 Circa 1800
Madre Maria Clara do Sacramento		Faleceu no terramoto de 1755	B.N.L. Coleções em organização Caixa 13 Doc 3 Circa 1800
Madre soror Maria Thereza de Santa Ritta		Freira na altura do terramoto	B.N.L. Coleções em organização Caixa 13 Doc 3 Circa 1800
Madre Anna Paula do Monte Alverne		Faleceu na Vila de loulé a 2 de Junho de 1759 em caza de seus Ilustres Pais	B.N.L. Coleções em organização Caixa 13 Doc 3 Circa 1800
Madre Francisca da Conceição S. Jozé	filha do Dezembargador Crespim Mascarenhas e de D. Maria de Souza, sua Mulher ambos de Lixboa	Faleceu a 29 de Dezembro de 1759 com 76 anos	B.N.L. Coleções em organização Caixa 13 Doc 3 Circa 1800
Madre Izabel Clara do Sacramento	filha de João Oliveira da Roza Delgado, Juis de Alfandega de Faro, cavaleiro da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Maria Águeda de Siabra, ambos de Lixboa	Faleceu a 29 de Agosto de 1774 com 82 anos	<b>Abadessa</b> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13 Doc 3 Circa 1800
Madre Josepha Maria de Encarnação		Por volta de 1774	<b>Abadessa</b> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13 Doc 3 Circa 1800

Madre Soror Maria Izabel da Assumpção		1820 (Indicação de Morreo)	<b>Abadessa</b> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820
Madre Soror Vittoria Ritta do Lado de Christo		1820	B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820
Madre Soror Gertrudes Thereza de Jezus		1820	B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820
Madre Soror Themotia Cazemira de S. Joaquim		1820 (faleceu)	<b>Madre Emediata / Madre da Ordem;</b> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820
A Madre Soror Maria Alberta de Santa Thereza de Jezus;		1820 (faleceu)	B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820
A Madre Soror Izabel Victoria do Menino Jezus		1820	<b>Descreta,</b> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820 <b>Porteira Menor,</b> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 18 – 16 de Novembro de 1824
A Madre Soror Roza Joaquina de Santa Maria		1820	<b>Descreta,</b> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820 <b>Vigaria da Caza;</b> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 1 – c. de 1820
A madre Soror Catherina Cândida do Coração de Jezus		1820	<b>Descreta,</b> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820 <b>Porteira menor e Escreveram do Conuento;</b> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 1 – c. de 1820 B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 18 – 16 de Novembro de 1824
A Madre Soror Gertrudes Francisca do Monte Aluerne		1820	<b>Sachrestam,</b> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820 <b>Descreta,</b> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 1 – c. de 1820

			<b>Porteira Maior,</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 18 – 16 de Novembro de 1824
A Madre Soror Maria do Lado		1820	<b>Descreta,</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820
A Madre Soror Roza Apolinaria Querobina do Céu		1820	<b>Porteira Maior;</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820 <b>Sacrestam,</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 1 – c. de 1820 <b>Descreta,</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 18 – 16 de Novembro de 1824
A Madre Soror Maria Benedita do Coração de Jezus		1820	B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820
A Madre Soror Maria Joaquina do Coração de Jezus		1820	<b>Descreta;</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820 <b>Sacristã,</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 18 – 16 de Novembro de 1824
A Madre Soror Gertrudes Reimunda sa Conceição de Maria		1820	<b>Mestra da Ordem,</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820 <b>Descreta,</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 1 – c. de 1820 B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 18 – 16 de Novembro de 1824
A Madre Soror Helena Constantina da Crus		1820	<b>Descreta,</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820 B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 18 – 16 de Novembro de 1824 <b>Mestre da Ordem</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 1 – c. de 1820

A Madre Soror Paula Roza de Jezus Maria;		1820	B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820
A Madre Soror Maria Ludouina de Nossa Senhora das Dores		1820	<b>Porteira Menor;</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820 <b>Porteira Maior,</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 1 – c. de 1820
A Madre Soror Maria Manoella de Nossa Senhora das Dores		1820	B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820
A Madre Soror Cândida de Asis		1820	<b>Corista;</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820
A Piedosa Madre Soror Victtoria Ritta do lado de Christo			<b>Abadessa,</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 1 – c. de 1820 <b>Vigaria da Casa</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 18 – 16 de Novembro de 1824
A Piedosa Madre Soror Roza Joaquina de Santa Maria			<b>Vigaria da Caza;</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 1 – c. de 1820 <b>Abadessa</b> B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 18 – 16 de Novembro de 1824
Soror Paula Roza de Jezus Maria Negrão			B.N.L. Colecções em organização Caixa 13, Doc. 18 – 16 de Novembro de 1824

Quadro III - Freiras Convento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Assunção, Faro (séc. XVI a XIX)

Nome	1820 <sup>299</sup>	1820 <sup>300</sup>	1824 <sup>301</sup>
Madre Soror Maria Izabel da Assumpção	Abbadessa (Indicação de Morreo)		
Madre Soror Victtoria Ritta do Lado de Christo	Madre Emediata e Vigaria da Caza Abbadessa	Abadessa	Emediata e Vigária
Madre Soror Gertrudes Thereza de Jezus	Madre mais digna	Madre mais digna	Madre mais digna
Madre Soror Themotia Cazemira de S. Joaquim	Madre Emediata / Madre da Ordem	Madre da Ordem (morreu)	_____
Madre Soror Maria Alberta de Santa Thereza de Jezus		Madre Mais Digna (morreu)	_____
Madre Soror Izabel Victoria do Menino Jezus	Discreta	Discreta	Porteira Menor
Soror Roza Joaquina de Santa Maria	Discreta	Vigaria da Casa	Abadessa
madre Soror Catherina Cândida do Coração de Jezus	Discreta e Escrivã	Porteira menor e Escrivã	Escrivã
Madre Soror Gertrudes Francisca do Monte Aluerne	Sacristã	Discreta	Porteira Maior
Madre Soror Maria do Lado	Discreta	Discreta	_____
Madre Soror Roza APoLinaria Querobina do Céu	Porteira Maior	Sacristã	Discreta
Madre Soror Maria Benedita do Coração de Jezus	Sem indicação de cargo	Sem indicação de cargo	_____
Madre Soror Maria Joaquina do Coração de Jezus	Discreta	Discreta	Sacristã
Madre Soror Gertrudes Reimunda sa Conceição de Maria	Mestra da Ordem	Discreta	Discreta
Madre Soror Helena Constantina da Crus	Discreta	Mestra da Ordem	Discreta
Madre Soror Paula Roza de Jezus Maria	Sem indicação de cargo	Sem indicação de cargo	_____
Madre Soror Maria Ludouina de Nossa Senhora das Dores	Porteira Menor	Porteira Maior	_____
Madre Soror Maria Manoella de Nossa Senhora das Dores	Sem indicação de cargo	Sem indicação de cargo	_____
Madre Soror Cândida de Asis	Corista	Sem indicação de cargo	_____

Quadro IV - Freiras Convento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Assunção, Faro – Cargos, século XIX

<sup>299</sup> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 2 – c. de 1820, MARQUES, *op. cit.*, 1990.

<sup>300</sup> Três encontravam-se com licenças segundo indicação do documento, B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 1 – c. de 1820, *idem*.

<sup>301</sup> B.N.L. Coleções em organização Caixa 13, Doc. 18 – 16 de Novembro de 1824, *idem*.

## 6. A dessacralização do edifício – de “fábrica das almas” a fábrica da cortiça

Através do Decreto de 28 de Maio de 1834 Joaquim António Aguiar extingue as ordens religiosas. Esta extinção reflecte uma grande perda em termos culturais para o país, como refere o deputado Francisco Soares Franco: *Há mosteiros famosos pela sua antiguidade, santidade e grandeza, que seria uma barbaridade destruírem-se ou entregarem-se a particulares, que não fariaõ delles uso algum*<sup>302</sup>. O deputado tem razão, mas não intui que estes mosteiros são espaços muito cobiçados, porque normalmente situam-se em lugares privilegiados no tecido urbano. Tornam-se verdadeiras oportunidades para uma indústria que estava a despontar.

Em Faro não foi diferente e, assim, fecha-se um ciclo, mais ou menos conturbado, de vida do edifício em análise, enquanto espaço religioso e abre-se outro com novas funções relacionadas com a pequena indústria.

O encerramento dos conventos de freiras decorreu de uma forma mais suave e progressiva do que o dos seus congéneres masculinos. Os edifícios eram fechados e as comunidades extintas apenas quando morria a última freira. Mas, no convento de Faro as últimas freiras foram transferidas, em 1836, para o Convento das Bernardas, em Tavira. Iniciando-se, de seguida, uma nova fase de dessacralização do lugar e de apropriação do mesmo pela sociedade. A cidade voltava a “ganhar” um quarteirão inteiro passível de ser, novamente, urbanizado e reutilizado<sup>303</sup>.

---

<sup>302</sup> Francisco Soares Franco citado por CORREIA, José Eduardo, *Liberalismo e Catolicismo o Problema Congregacionista, 1820-1823*, 1974, p. 246.

<sup>303</sup> Em Portugal, após a extinção das ordens religiosas os espaços conventuais contribuíram para a implementação de várias indústrias, que se apropriaram destes grandes espaços e aí se instalaram. Sobre este assunto pode consultar-se GASPARG, Jorge, “Os espaços conventuais e o metabolismo da cidade”, 2002, p. 87-93, FOLGADO, Deolinda, “O sagrado e o profano num diálogo patrimonial: reflexão inicial sobre instalações fabris em conjuntos monásticos”, 2002, p. 104-108. e MARADO, Catarina, “O «destino» dos antigos espaços conventuais da cidade”, 2006, p. 32-41.

Dos bens pertencentes à casa religiosa, objecto do nosso estudo, iniciaram-se em 1836 os autos de posse. Assim a 17 de Abril de 1836<sup>304</sup> passou para a Fazenda Nacional o Hospício do extinto convento de Nossa Senhora da Assunção; a 16 de Maio desse ano foi a fez de umas casas térreas, sitas no Largo de São Francisco, pertencentes à extinta casa e a 20 de Julho de 1836 realiza-se o auto de posse do extinto convento de Nossa Senhora da Assunção, tomado pelo Administrador do Concelho, António José de Souza Gomes<sup>305</sup>.

Até 1840 são vendidos separadamente vários espaços do património das freiras clarissas, respectivamente: a cerca do convento e a horta das freiras. Faltava vender o edifício do convento e o hospício com quintal<sup>306</sup>. O Convento (aqui entende-se apenas o edifício principal e parte da cerca) foi sendo pilhado e utilizado pela vizinhança até ser vendido em 25 de Janeiro de 1844<sup>307</sup>. Em 1860 é novamente vendido a José Maria de Carvalho e Teodoro José Tavares, que o comprou por 1.200\$00 réis. Foi vendido pela terceira vez por 1.800\$00 e em 1900 aí se instalou uma fábrica de rolhas e preparação de cortiça em prancha pertença de *Abrahão Amram*.

Em 1920 está registado no registo predial como um edifício *constituído por uma morada de casas onde se acham instalados a fábrica de cortiça e suas dependências e escritórios*. E D. Sol Sequerra Amram, viúva de Samuel Amram, declara a 21 de Dezembro de 1921 que a descrição do prédio é a seguinte: *compõe de*

---

<sup>304</sup> No dia seguinte fez-se o auto de avaliação.

<sup>305</sup> A.D.F. Pasta 146 Maço 8 – 28 de Maio de 1839.

<sup>306</sup> *Relação dos Bens Nacionaes Situados no Algarve, suas avaliações, e preço dos que tem sido arrematados até ao fim de 1840*, Convento das Freiras da Assumpção – 2:200\$000, Cerca do mesmo Convento – 300\$000 (avaliação) e arrematação: 301\$000, Hospício do mesmo com quintal – 40\$000, Horta das Freiras – 350\$000 (avaliação) e arrematação: 960\$000, retirado de LOPES, João Baptista da Silva, *op.cit*, 1841, quadro 33.

<sup>307</sup> A.D.F. Maço 8 Pasta 146 – S.D. – relação dos Conventos de freiras do Algarve. Lista 46 – Portaria de 24 de Fevereiro 1844.

*casas de habitação com diferentes compartimentos, grandes armazéns, escritórios, terrenos anexos, de construção antiga.* Em 1932 a mesma senhora declara que *o mesmo prédio é constituído por um outro edifício ocupado outrora por um convento com o respectivo claustro e igreja e dois pavimentos encontrando-se n'estes algumas constituições modernas aplicadas a armazéns, tendo um poço no centro do claustro e outro na construção que serve de casa de caldeira, sendo ocupado quasi totalmente por uma fábrica de cortiça*<sup>308</sup>. Do poço situado no claustro há registo fotográfico, mas este foi destruído nas obras da DGEMN e substituído, pelo que Pinheiro e Rosa chama de *mesquinha celha*<sup>309</sup>. O poço da sala das máquinas não está identificado, devendo ter sido desactivado aquando das obras da DGEMN, sem ficar qualquer registo, nem sequer registo fotográfico da casa das máquinas.

Porém, o edifício seria novamente vendido no final de 1930 à firma alemã Greiner Limitada, negócio realizado pelo seu gerente e futuro sócio *Fritz Henzler*<sup>310</sup>, que continuaram com a produção de cortiça. O registo faz-se a 31 de Agosto de 1939, com o valor de transmissão de 123.200\$00.

Em 1945 a firma Greiner Limitada regista no livro de descrições prediaes que *foram realizadas novas edificações, ampliações, e reconstruções de armazéns e outros melhoramentos que são: um armazém, três alpendres altos em dois armazéns, e um terraço em cimento armado construído, dois armazéns – um deles com altos – casa de máquinas e garagem ampliados, três armazéns e um alpendre reconstruídos, uma caldeira de coser cortiça com respectivo alpendre, balneários e refeitórios*

---

<sup>308</sup> *Livro das Descrições Prediaes*, referente aos anos de 1920, 1931, 1932 e 1939.

<sup>309</sup> Pinheiro e Rosa pede logo em 1981 (ano em que terminam as obras) para que se faça dali um repuxo de duas taças. Mas esse intruso acaba finalmente por ser demolido em 1998, por ordem do então director Doutor Francisco Lameira. ROSA, José António Pinheiro e, *Uma figura dos Descobrimentos e uma obra do Renascimento*, 1983, p. 14.

<sup>310</sup> Após um incêndio, provocado por um foguete na noite de S. João, na fábrica destes alemães situada perto da Alameda (local onde hoje se localiza a Segurança Social, Rua Carlos Porfírio).

*instalados, colocação de portas e janelas envidraçadas com harestas de tijolos nos corredores dos dois pavimentos, e ainda outros melhoramentos que tudo atribue valor de 330:000.00*<sup>311</sup>. Da descrição realizada podemos afirmar que todos estes acrescentos realizados em 1945 ainda se mantêm no interior da cerca, dando-lhe um aspecto de completo abandono e em nada contribuindo para a valorização do edifício conventual. De referir que os armazéns estão encostados à cerca conventual ocultando-a. Neste momento os armazéns são ocupados por diversos serviços camarários: aprovisionamento, som, arquivo da secção de obras<sup>312</sup>; os armazéns com terraço em cimento foram até 1998 ocupados pelas oficinas de pintura da Câmara Municipal de Faro e actualmente servem, provisoriamente, de reservas de arqueologia e epigrafia. Outros armazéns (a poente), um deles *com altos*, foram ocupados pela oficina de carpintaria até 1998; o primeiro piso de um desses armazéns está desocupado desde meados da década de 90, do século passado, pois o pavimento não apresenta segurança e está em risco de derrocada. Nestes armazéns realizaram-se, em 2001, sondagens arqueológicas para avaliar o potencial arqueológico do lugar, com vista à, então proposta, ligação subterrânea entre os edifícios do convento e o da antiga fábrica da cerveja Portugália; nessas escavações foram encontrados vestígios do tanque para demolhar a cortiça. O refeitório passou em 2002 a oficina pedagógica, apesar de extremamente pequeno. Os balneários ainda lá continuam e são utilizados.

O edifício estava descrito no registo como *um edifício que serve de fábrica de cortiça com os respectivos escritórios, habitação de gerência e garagem que se compõe de dois pavimentos, com quarenta divisões, 163 vãos e corredor, com a área*

---

<sup>311</sup> *Livro das Descrições Prediaes*, Descrições e Averbamentos, 23 de Janeiro de 1948, p. 146.

<sup>312</sup> Em 2004, apesar de já existir intenção de valorizar este espaço da cerca e integrá-lo no circuito de visita do museu, construiu-se mais um anexo sem qualidade para alargar o arquivo de obras, ocultando ainda mais a cerca conventual.

*coberta de 2.414,40m<sup>2</sup>, 2 quintais, um terraço e hortejo com a área de 2226,80m<sup>2</sup>, um poço no quintal e outro na casa duma das caldeiras*<sup>313</sup>. As casas de habitação situavam-se na ala nascente do antigo edifício conventual. Actualmente existem 35 divisões no edifício conventual e sete divisões anexas sem contar com os armazéns encostados à cerca. Os dois quintais correspondem, respectivamente, um ao claustro e outro ao interior do espaço cercado.

Não nos detivemos na análise e estudo do edifício enquanto fábrica de cortiça porque as obras de adaptação a museu apagaram quaisquer vestígios desta função; ainda um pouco na senda de Viollet-le-Duc (1814-1879)<sup>314</sup>, onde o restaurador podia, por um lado, completar o monumento de acordo com um hipotético plano original e, por outro, destruir tudo o que considerava acrescento ou dissonância. Podemos aqui referir o sucedido em Portugal na década de 40, onde muitos dos nossos monumentos sofreram intervenções radicais, numa tentativa vã de buscar o original. Veja-se o caso das igrejas góticas em que foram destruídos todos os retábulos barrocos, como aliás questionam os deputados Abel Lacerda e Bartolomeu Gromicho: *Como admitir que, numa desvairada ânsia de recuar no tempo a fisionomia dos nossos monumentos religiosos, se tenham destruído para sempre conjuntos magníficos de arte barroca?*<sup>315</sup>.

Foi um século (1860-1960) que se apagou da memória física do edifício. A função industrial/ produtiva deste espaço foi totalmente sacrificada à função inicial. Pensamos que a filosofia de intervenção adoptada também se deve ao facto, atrás

---

<sup>313</sup> *Livro das Descrições Prediaes*, Descrições e Averbamentos, 23 de Janeiro de 1948, p. 146.

<sup>314</sup> Este afirmou que *restaurar um edifício é restitui-lo a um estado que pode, talvez, nunca ter existido*, CHOAY, Françoise em BOITO, CAMILLO, *Conservar ou restaurer Les dilemes du patrimoine*, 2000, p. 13.

<sup>315</sup> Citados por NETO, Maria João Baptista, *Memória, Propaganda e Poder, O restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, 2001, p. 268.

indicado, de aquando do início dos trabalhos o espaço funcionar como armazém de cortiça e não existir já praticamente nenhum equipamento no local; apesar de nas fotografias da obra ainda se conseguir ver algumas máquinas espalhadas pelo claustro de fabrico de rolhas de cortiça. Mas ainda era cedo para o património industrial ser considerado parte integrante da nossa identidade e história.

Assim, o edifício que chegou até nós está amputado de uma parte da sua vivência, é uma descontinuidade temporal<sup>316</sup>. Não existe nenhuma memória desta fase, apenas o registo fotográfico geral da obra.

Antes de passar à segunda parte deste trabalho e tendo como base de análise as plantas, as fotografias da obra (da DGEMN) e as descrições prediais podemos afirmar que a utilização do edifício como fábrica de cortiça levou à realização de várias alterações, que de seguida passaremos a elencar:

- - igreja transformada em armazém de cortiça;
- - claustro entaipado no piso superior com paredes de tijolo e construções anexas no interior do claustro ao nível do piso térreo;
- - construção de um novo piso na ala poente do claustro, junto ao mirante;
- - abertura de uma porta no coro baixo que dava para a Rua do Castelo (n.º de polícia 3);
- - abertura de vãos na sala do capítulo e antiga escola de noviças em número de quatro janelas e duas portas (números de polícia 5 e 7);
- - alterações significativas na antiga sacristia e portaria, que se transformaram em casas de habitação;

---

<sup>316</sup> Os monumentos que classificamos, preservamos ou reconstruímos já não são sinais de continuidade (...) mas de descontinuidade, AA.VV, Ideologias do Património e Intervenção Arquitectónica, 1994, p. 5.

- abertura de um vão de garagem na fachada principal do edifício a seguir à sacristia para nascente;
- construção de dois armazéns adossados à ala sul do antigo convento;
- construção de dois armazéns *um de alto* que dá para a Rua do Castelo e que fica na continuação da ala poente e outro que fica na seguimento do corredor entre a ala poente e a sul e que dava directamente para o interior da cerca;
- construção de vários armazéns e alpendres encostados à antiga cerca conventual.

Podemos terminar este capítulo dizendo que a história deste edifício não é distinta da de outros edifícios no nosso país, adaptando-se à sociedade contemporânea e industrial. Com a dessacralização do lugar, este torna-se uma mais valia para uma sociedade em mudança e em fase de pré-industrialização, que precisava de edifícios grandes para aí instalar as suas indústrias, procurando adaptar o existente às novas funções, como forma de rentabilização económica.



## **II – De casa religiosa e industrial a casa de cultura**



Pelo estudo que temos vindo a realizar, foi possível perceber que estávamos perante um edifício que ao longo da sua “vida” sofreu várias fases, tendo sido alterado e adaptado às necessidades de cada época. Intervir neste edifício implica esta percepção. As várias intervenções e projectos para o edifício serão analisados, tendo por base duas premissas: a valorização do monumento e a adequação à função museológica.

### **1. Do sonho à realidade (1915-1960)**

Desde o princípio do século passado, mais precisamente em 1915, ainda o edifício se encontrava na posse dos segundos proprietários e era utilizado como fábrica de cortiça, surge a primeira proposta de instalação do *Museu Archeológico e Lapidar do Infante D. Henrique* nesse espaço. A sugestão é dada por José de Figueiredo, à época Inspector dos Museus Regionais, em ofício enviado à autarquia: *não satisfaz ainda contudo o edificio agora utilizado [antigo Convento dos Capuchos<sup>317</sup>] e por isso entendo que urge restaurar e assegurar a conservação do antigo convento de São Bento [Assunção] , ocupado agora por uma fábrica de transformação de cortiça, propus ao governo a expropriação e a restauração do referido convento com destino a abrigar as peças de arte e arqueologia que constituem o núcleo do museu<sup>318</sup>*. Em Novembro desse mesmo ano a ideia é transformada em Decreto-Lei e ampliada, sugerindo-se uma mutação para Museu

---

<sup>317</sup> O museu estava aí instalado desde o ano anterior na sequencia de *uma actividade bem notável do sr. Dr. Justino Bívar* que foi nomeado conservador em Julho de 1914, *O Algarve*, 10 de Maio de 1914 e Sessão de Câmara de 16 de Julho de 1914, Livro 47, folha 18v e 19. De referir que também Justino Bívar em 1926 sugere a mudança do museu da Igreja dos Capuchos para o edifício onde se encontrava instalado o Departamento Marítimo do Sul (Paço Episcopal), Sessão de Câmara extraordinária de 11 de Junho de 1926, Livro 53. No ano seguinte o então Presidente da Câmara, José Franco Pereira de Matos, sugere que se solicite ao Ministério de Instrução Pública a expropriação do *convento das freiras*.

<sup>318</sup> Sessão de Câmara de 21 de Agosto de 1915, Livro 48, folha 111 V.º.

Regional. O decreto informa que *tendo em vista a deliberação tomada pelo Conselho Superior de Belas Artes, em sua sessão de 10 de Junho do corrente ano: hei por bem, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, decretar que na cidade de Faro seja criado um Museu Regional de Arte e Arqueologia constituído pelo actual recheio do Museu de Monsenhor Boto, devendo, de futuro, esse museu ser instalado no edifício do extinto convento de S. Bento, da mesma cidade*<sup>319</sup>.

Mas a ideia lançada por José de Figueiredo ia ganhando força e em 1943 Honorato Santos, um ilustre fareense, alertava para a absoluta necessidade de o arrancar da triste situação em que presentemente está, no serviço de – fábrica de rolhas<sup>320</sup>.

Em 1948 a fábrica de cortiça aí instalada sofre um incêndio e o edifício está em vias de classificação como Monumento Nacional, como refere um jornal da época: *aguarda o cumprimento de determinadas diligências oficiais, para conseguir a almejada classificação como Monumento Nacional e ter, porventura, outro destino mais condigno*<sup>321</sup>. Nesta altura já havia junto da opinião pública fareense o desejo de preservar este edifício e dignificá-lo com outras funções. A classificação como Monumento Nacional viria um mês depois, a 29 de Setembro de 1948<sup>322</sup>.

Em 1954 a autarquia delibera em reunião proceder às diligências necessárias para saber quem era o proprietário do antigo Convento de Nossa Senhora da

---

<sup>319</sup> Decreto-lei 2:042 de 11 de Novembro de 1915, Diário do Governo, I Série, p. 1245-1246.

<sup>320</sup> SANTOS, Honorato, *Memória: O Antigo Mosteiro das Freiras na cidade de Santa Maria \_ Faro*, 1943, p. 2 e 2v.

<sup>321</sup> “O Convento de Freiras esteve mais uma vez em perigo”, *Correio do Sul*, Faro, 5 de Agosto de 1948.

<sup>322</sup> Decreto 37/077 DG n.º 228 de 29 de Setembro de 1948.

Assunção<sup>323</sup>, na sequência de uma carta de Raul Bivar Weinholtz, Presidente da Comissão Municipal de Turismo de Faro.

O arquitecto Rui Couto, da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais de Évora, realiza, em 1955, uma primeira abordagem ao edifício através de uma breve memória descritiva onde sublinha a necessidade da sua aquisição<sup>324</sup>.

Dois anos depois da memória técnica o então Presidente da Câmara, Dr. Luís Gordinho Moreira, escreve ao Ministro das Obras Públicas: *em memorial, expus o interesse do edifício e a urgência que haveria na sua recuperação, para que se evitassem mutilações irreparáveis, consequentes da utilização que dele vinha a ser feita(...)*<sup>325</sup>. Informa ainda que o edifício já estava devoluto<sup>326</sup>. Outra indicação importante, que podemos retirar deste ofício, é a de que a câmara já tinha procedido à avaliação do edifício e à estimativa das obras de restauro e que tinha comunicado esse valor em ofício n.º 1823 de 2 de Maio de 1956, sendo este estimado em dois mil contos. Declara também o Presidente que a câmara não tem condições de gastar uma verba tão alta visto que *muitíssimo e de muita urgência se lhe impõe que faça em outros sectores da sua actividade*.

Finalmente, quarenta e cinco anos depois da primeira ideia ter surgido, a 27 de Setembro de 1960<sup>327</sup>, a autarquia adquire o edifício. A escritura realiza-se a 7 de Outubro de 1960, como representantes de ambas as partes estão pela firma Greiner,

---

<sup>323</sup> Sessão de Câmara de 13 de Março de 1954, Livro 73, folha 151.

<sup>324</sup> *Ultimamente, tem sido este Monumento Nacional, utilizado como armazém de cortiça, e havendo a lastimar vandalismos e acrescentos de barracões e telheiros que muito o prejudicam. Em face desta situação insustentável, sugere-se a sua aquisição, não só para a sua recuperação, como para possível adaptação a Museu e Biblioteca, COUTO, Rui, Memória descritiva da obra do Convento de Nossa Senhora da Assunção, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1955, policopiado.*

<sup>325</sup> Ofício n.º 700/58 (proc. 32) – Carta do Presidente da Câmara Municipal de Faro, Luís Gordinho Moreira, a 25 de Março de 1958 para o Chefe de Gabinete do Ministro das Obras Públicas.

<sup>326</sup> Porque a fábrica de cortiça, por falta de espaço, foi instalar-se nuns armazéns novos na zona do cais comercial e passou a denominar-se, após o 25 de Abril, Fábrica Torres Mendes Pinto.

<sup>327</sup> Acta da Sessão de Compra de 27-9-1960.

Limitada o Sr. Ernst Friedrich Henzler e o Presidente da autarquia fareense, Dr. Luís Gordinho Moreira. A escritura descreve o objecto da compra: *um edifício que serviu de fábrica de cortiça com o respectivo escritório, habitação de gerência e garage, que se compõe de dois pavimentos com quarenta divisões, cento e sessenta e três vãos e corredores, com a área coberta de dois mil quatrocentos e catorze metros quadrados e quarenta decímetros, dois quintais, um terraço e hortejo com a área de dois mil duzentos e vinte e seis metros quadrados e noventa decímetros, um poço no centro de um quintal e outro na casa das caldeiras*<sup>328</sup>. A venda fez-se pela quantia de 650.000\$00.

Importa referir que o museu de Faro, nesta altura, ainda dependia da vontade dos *homens bons*<sup>329</sup> da terra e que funcionava apenas com um guarda e um director honorário, que neste caso era Mário Lyster Franco. As conclusões do I Congresso Nacional de Turismo, realizado em 1936, alertam para a necessidade de o trabalho dos museus se deixar de apoiar exclusivamente no *esforço particular* [que] *vem amparando com sacrifício e por mera devoção espiritual e patriótica*<sup>330</sup> a sua abertura.

Em 1964 inicia-se a obra, a cargo de Gonçalo Lyster Franco, da DGEMN, que demorará 17 anos até à abertura definitiva do Museu<sup>331</sup> em 1981.

---

<sup>328</sup> Livro de Notas n.º 18, Notário Privativo da Câmara Municipal de Faro, fl. 40 a 42 (frente e verso).

<sup>329</sup> Foi director durante 40 anos Justino Bivar (1914-1954) que acumulou estas funções honorárias com a de Vice-Presidente da Câmara, Presidente da Câmara, Governador Civil, Provedor da Misericórdia e Advogado, entre outras. Mas importa dizer que a este homem se deve a continuação do museu nos inícios do século XX e que sem a sua força ter-se-ia desmoronado esta instituição, que nasceu do sonho de Estácio da Veiga, concretizado por Monsehor Pereira Botto, primeiro director.

<sup>330</sup> I Congresso Nacional de Turismo, *Relatório*, Lisboa, 1936, citado por NETO, Maria João Baptista, *Memoria, op. cit.*, 2001, p. 169.

<sup>331</sup> O *Museu Archeologico e Lapidar Infante D. Henrique* funcionava na Igreja do antigo convento dos Capuchos desde 1914. A primeira instalação foi no edifício dos Paços do Concelho, em três salas (1894-1911), Sessão de 7 de Dezembro de 1911, Livro 42, folha 128.

## 2. As obras de adaptação a museu a cargo da DGEMN

### 2.1 O projecto/ programa (1960 e 1964)

Analisaremos, em primeiro lugar, duas plantas do arquivo da Direcção Regional de Évora da DGEMN, datadas de 29 de Janeiro de 1960 (1.º pavimento) e de 23 de Fevereiro do mesmo ano (2.º pavimento), anteriores à compra do edifício pela autarquia e sem memória descritiva associada (Plantas 7 e 8). Contudo, apesar de cronologicamente ser a primeira proposta, apresenta soluções que foram depois adoptadas em obra e que não estão contempladas no projecto de 1964, a saber:

- as instalações sanitárias ainda hoje se localizam no local aqui proposto;
- a inexistência das escadas de acesso ao primeiro piso junto ao coro baixo, as quais ainda existiam aquando do início das obras e estão marcadas na planta de 1964, da autoria de Gonçalo Lyster Franco;
- o desenho do jardim do claustro igual ao que hoje existe, com excepção do tanque octogonal que entretanto foi retirado, sendo o desenho do claustro na planta de 1964 completamente diferente.

O projecto de reconversão dos espaços e a primeira proposta museológica foram produzidos por Gonçalo Lyster Franco<sup>332</sup>, um filho da terra que teve a seu cargo as obras de reconversão do edifício de fábrica da cortiça a museu. Na memória do projecto diz que *com a aquisição do imóvel prestou-se não só um grande serviço à*

---

<sup>332</sup> Neto do pintor Carlos Lyster Franco (1880-1959) e filho de Mário Lyster Franco (1902-1984), Presidente da Câmara e conservador adjunto desde 1939 e Conservador/director do museu desde 1954, aquando da morte de Justino Bívar, até 1966.

*cidade como se precaveu o monumento dos atentados a que tem estado sujeito*<sup>333</sup>. O arquitecto olhava para o antigo convento com interesse e percebendo que se tratava de um edifício construído com todo o cuidado<sup>334</sup>, pretendia respeitar a sua história e fazer uma intervenção baseada na leitura do edifício. Outro aspecto que foi percebido é que, tal como hoje, os antigos tinham *mexido* no edifício várias vezes e o objecto a intervir era a súpula das múltiplas campanhas de obras sofridas e não de uma construção única e imutável durante séculos, como aliás analisámos na primeira parte deste trabalho.

Outro pressuposto que o projectista enuncia, no referido documento, é que pretende *torná-lo um elemento vivo*, ou seja, tinha uma consciência forte de que o património pode e deve ser encarado como recurso. Faro ganhava assim um novo sítio de interesse para visita e para fruição.

Este projecto surge no ano em que se aprova a Carta de Veneza sobre *a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios* que preconiza que a conservação dos monumentos deve estar aliada, sempre que possível, a uma função útil para a sociedade.

Assim, nas palavras do arquitecto responsável *resta agora (...) refazer e restaurar as inúmeras deprações (sic) de que foi vítima*<sup>335</sup>.

---

<sup>333</sup> FRANCO, Gonçalo, *Memória da obra do Convento de Nossa Senhora da Assunção*, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1964, policopiado.

<sup>334</sup> Pois os edifícios conventuais espelham o que *de melhor foi construído em Portugal* e por isso a intervenção deve ter em conta a sua história e perceber os materiais utilizados como recomenda João Appleton *na realidade verificamos que durante muitos séculos, a construção se foi sempre subordinando a um conjunto limitado de materiais, a pedra, a cal, a areia, o barro, as alvenarias, a madeira, muito pouco ferro, e com este pequeno número de matérias foram-se organizando soluções muito diversificadas*, APPLETON, João, “Recuperação construtiva de edificios conventuais: da teoria à prática”, 2002, p. 254-255.

<sup>335</sup> Para isso indica o valor de 2 500 000\$00 para a concretização das obras, incluindo o restauro completo do monumento e a sua adaptação.

As plantas (n.º 9 a 10) que incluem o projecto mostram ainda alguns elementos que foram depois destruídos em obra, tais como as escadas junto ao coro baixo, o desenho do claustro e o respectivo poço (Foto 80), a configuração da sala denominada de secretaria (que segundo a leitura que fizemos na primeira parte é onde se situava a roda e o parlatório) e a individualização das salas da ala Este do primeiro piso<sup>336</sup>.

O programa museológico reservou o piso térreo para a arqueologia, nomeadamente para o período romano. As alas Oeste e Sul (antiga sala do capítulo e antigo refeitório e cozinha) foram destinadas sobretudo à epigrafia de todas as épocas. Foi considerada ainda a hipótese de colocação de algum acervo no exterior, que devido ao *seu volume devia ser criteriosamente espalhado pelo claustro*<sup>337</sup>.

Ainda no piso térreo, o corpo da igreja seria transformado em sala de conferências e o coro baixo para exposições periódicas; a ala Este ficava reservada a serviços, tais como a secretaria, o gabinete dos contínuos, o átrio, as casas de banho privadas, gabinete do director, a sala de reuniões e as instalações sanitárias públicas. A sala do director e a sala de reuniões interligavam-se e ambas tinham acesso individual pelo claustro. A secretaria estava separada da sala do director pela bateria de casas de banho e também tinha acesso pelo claustro. Propunha-se ainda uma abertura directa para o claustro após o átrio.

No piso superior os antigos espaços do dormitório de noviças e da enfermaria serviriam para instalar a escultura e pintura *dos tempos mais recentes e*

---

<sup>336</sup> Que hoje se interligam entre si.

<sup>337</sup> FRANCO, Gonçalo, *Memória da obra do Convento de Nossa Senhora da Assunção*, 1964, policopiado. Estas peças permaneceram nos claustros até 1996. No piso superior ainda hoje se encontra a colecção de brasões e pedras de armas.

*isoladamente*<sup>338</sup>. O antigo dormitório principal ficou reservado à colecção Ferreira de Almeida e o coro alto à colecção de arte sacra, nomeadamente paramentos e ourivesaria. Esta sala seria recheada com objectos que *embora não se encontrem na posse do Município poderiam talvez aí ser colocadas em regime de depósito*<sup>339</sup>.

No piso superior a ala Este ficava reservada para arrecadações, mas com sentido de reservas porque especifica *arrecadação de peças não em exposição* e para oficinas *de restauro de móveis, pinturas, molduras, cerâmicas, etc.*<sup>340</sup>.

A circulação de visitantes também foi pensada (Plantas 11 e 12). A entrada fazia-se pelo átrio directamente para o claustro, seguindo para a ala Oeste onde havia duas opções: ou iniciava-se a visita pela sala de exposição periódica (antigo corobaixo), a única do espaço, ou entrava-se no antigo capítulo e visitava-se a colecção de arqueologia, saindo pela porta principal da sala do capítulo novamente para o claustro, até ao antigo refeitório e cozinha onde se continuava com a colecção de arqueologia. Subia-se ao primeiro andar onde, antes do claustro, se entrava na antiga enfermaria e visitava a colecção de pintura e escultura, saindo pela porta lateral do antigo dormitório em direcção à colecção Ferreira de Almeida e, finalmente, o coro alto onde estaria exposta a arte sacra. A saída fazia-se pelo claustro onde desciam por uma escada, a construir na antiga casa da abadessa, que dava directamente para o átrio.

A ideia de que o edifício condiciona a intervenção e que em obra devem ser feitas as alterações necessárias, de acordo com os elementos encontrados, está presente na proposta de Gonçalo Lyster Franco que faz a seguinte ressalva: *o estudo que se apresenta não pretende ser em definitivo o programa do museu porquanto se*

---

<sup>338</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>339</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>340</sup> *Idem, ibidem.*

*encontra sujeito aos elementos, que as sondagens a levar a efeito, possam pôr a descoberto , e que parcialmente possam vir a influenciar a compartimentação adoptada*<sup>341</sup>.

O programa de museu levou o arquitecto a reconstruir pavimentos e coberturas, como afirma: *construtivamente e segundo os princípios que hoje norteiam as edificações destinadas a museu prevê-se que todos os pavimentos e a cobertura sejam reconstruídos em matérias incombustíveis ainda que se mantenha exteriormente o aspecto existente*<sup>342</sup>.

Ainda sobre a intervenção devemos dizer que todas as tubagens (electricidade, som, água e esgotos) foram realizadas através da abertura de rasgos nas paredes do edifício. Foram, ainda, colocadas lajes de betão na cobertura, que viriam a provocar um aquecimento exagerado dos espaços.

A ideia inicial do projecto previa a demolição de várias construções a sul do edifício, onde se situavam, até 1998, as oficinas camarárias<sup>343</sup>.

O programa apresentado privilegia as exposições permanentes, propondo apenas um espaço de exposição periódica<sup>344</sup> que, em nosso entender está bem situado porque se encontra no início do percurso e é passível de ser visitado de forma independente.

O programa proposto baseava-se na concepção de que cada colecção era considerada um museu, pelo que não havia necessidade de haver uma linearidade de discurso ou sequer um fio condutor entre os vários espaços expositivos.

---

<sup>341</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>342</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>343</sup> Que ainda hoje aí permanecem, tendo sido transformadas em reservas arqueológicas e lapidares em 1999.

<sup>344</sup> Esta situação vai repetir-se em projectos bem recentes, como o de 1995 (que analisaremos mais à frente), onde o único espaço dedicado às exposições temporárias o mesmo que se propõe na proposta que estamos a analisar – o antigo coro baixo.

Um ano após a realização deste projecto surge um documento legislativo, de extrema importância para a museologia portuguesa, intitulado Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia<sup>345</sup> e que teve consequência em Faro através da contratação de um director para os então denominados Museus Municipais, o Prof. Pinheiro e Rosa<sup>346</sup> (1908-1995), a tempo inteiro. Foi Pinheiro e Rosa que concretizou a transferência do museu sediado na Igreja do antigo Convento dos Capuchos para o actual edifício.

Antes do início da obra sentia-se, em Faro, um descrédito em relação à viabilidade de instalar os Museus Municipais (Ferreira de Almeida, Antonino e Arqueológico) no antigo convento de Nossa Senhora da Assunção. Os jornais apelidavam o feito de *um sonho que teremos de sonhar ainda durante muitos anos*<sup>347</sup>.

### **2.1.1 As obras e a evolução da transferência do espólio (1969-1981)**

Quando as obras começaram o claustro estava praticamente obstruído por construções adossadas à arcaria, no piso térreo e no piso superior estava entaipado (Fotos 80 e 81). Era visível o mirante, sem a janela do piso intermédio, os contrafortes, as gárgulas e o poço. As alas do claustro encontravam-se cheias de fardos de cortiça e com o edifício muito degradado (Foto 82).

---

<sup>345</sup> Decreto n.º 46.758, Diário do Governo, 1.ª série, n.º 286 de 18 de Dezembro de 1965.

<sup>346</sup> Ocupou o cargo de director até 1986.

<sup>347</sup> NOBRE, Antero, “O Museu de Évora e os Museus de Faro”, *O Algarve*, 26 de Dezembro de 1965, p. 1 e 3.

A igreja estava completamente despida, mantendo-se, apenas, as paredes. Contudo, era, também, visível o arco onde estaria o retábulo da capela-mor, o qual, depois das obras, desapareceu tornando-se a parede lisa (Foto 3).

O pavimento do piso térreo das alas do claustro era feito de calçada de seixos irregulares e do piso superior de ladrilho (Fotos 84 e 85). Na ala oeste junto do mirante existia um terceiro piso (Foto 83).

A primeira fase da obra iniciar-se-ia em 1966<sup>348</sup>. O primeiro auto de medição realiza-se no ano seguinte<sup>349</sup>, quando se deve pagar 321 234\$90 ao Sr. Anselmo Costa, que era o adjudicatário.

A segunda fase da empreitada começa em 1967<sup>350</sup> e a terceira um ano depois<sup>351</sup>, onde se incluem as obras de electrificação do edifício e aquisição do material de sonorização do mesmo. Esta terceira fase orçou em 400 636\$20, a pagar novamente a Anselmo Costa.

A quarta fase iniciou-se em 1969<sup>352</sup> e esteve a cargo de Eduardo Pinto Viegas, de Bordeira, recebendo faseadamente as seguintes quantias: 80 076\$70, 124 867\$00 e 57 901\$40. Foi nesta fase que se restaurou o claustro e se adquiriu a pedra<sup>353</sup> para a reposição dos elementos em falta ou muito deteriorados. Em 1970 o mesmo empreiteiro fornece o lajeado de *pedra serrada* para o edifício no valor de 33 100\$00.

---

<sup>348</sup> Sessão de Câmara de 3 de Agosto de 1966, Livro 40, folha 32 e de 31 de Agosto de 1966, Livro 40, folha 131.

<sup>349</sup> Sessão de Câmara de 1 de Fevereiro de 1967, Livro 41, folha 98 e 28 de Junho de 1967, Livro 42, folha 54 e 54v.

<sup>350</sup> Sessão de Câmara de 18 de Julho de 1967, Livro 42, folha 69v. É também neste ano que é nomeada pelo Ministro da Educação Nacional uma *Comissão Orientadora dos trabalhos de adaptação a Museu do Convento de Nossa Senhora da Assunção*, a qual nunca funcionou.

<sup>351</sup> Sessão de Câmara de 31 de Julho de 1968, Livro 44, folha 80v e 81.

<sup>352</sup> Programa de Concurso Público e Caderno de encargos da empreitada de restauro e adaptação a Museu do Convento de Nossa Senhora da Assunção, em Faro – 4.ª fase, 25 de Agosto de 1969, 1Cp – Série M/ A.3 – ADF

No relatório de actividades relativo ao ano de 1969, elaborado por Pinheiro e Rosa, referem-se as obras no convento: recomeço das obras na antiga igreja, com a colocação de portas e abertura de uma porta na capela-mor<sup>354</sup> (ainda existente).

Pinheiro e Rosa apresenta a 6 de Outubro de 1970 o *Estudo de Distribuição de peças no novo edifício dos Museus Municipais* que, após alteração do que deve ser colocado na parede fronteira do edifício, seria aprovado em definitivo<sup>355</sup>.

O espólio começa a ser transferido em 1971<sup>356</sup> mas as obras estariam ainda longe de estar concluídas. Nesse ano, das 26 salas apenas 8 estavam restauradas. Entretanto Pinheiro e Rosa desesperava e afirmava que estava *infelizmente só*. Em 1973<sup>357</sup> o museu reabre parcialmente ao público neste novo espaço, devido à continuação das obras de restauro do edifício.

No ano de 1974 ainda faltavam realizar várias obras para que o museu funcionasse em pleno. A saber: no piso térreo, na ala Este a secretaria<sup>358</sup> e a sala da Direcção ainda não tinham portas nem acabamentos concluídos; na ala sul e nascentes, as salas ainda estavam em bruto; no piso superior, as alas sul e nascente e três salas da ala norte (actual Carlos Porfírio) estavam ainda em bruto.

---

<sup>353</sup> Sessão de Câmara de 24 de Setembro de 1969, Livro 46, folha 197.

<sup>354</sup> Pinheiro e Rosa discordou da abertura deste vão na capela-mor.

<sup>355</sup> Sessão de Câmara de 4 de Novembro de 1970, Livro 48, folhas 187 e 187v e 27 de Janeiro de 1971, Livro 48, folha 52v.

<sup>356</sup> Em 1972 o espólio é transferido na totalidade para a capela do Convento de N.ª Sr.ª da Assunção porque a Igreja dos Capuchos não reunia *o mínimo de condições para nele ficar instalado*, como refere o então Presidente da Câmara, João Henrique Vieira Branco, em carta ao Director Geral do Ensino Superior das Belas Artes, datada de 1 de Agosto de 1972. (Ofício n.º 2603, Proc. LA-7/5).

<sup>357</sup> A 7 de Agosto de 1973 como nos dão conta os jornais da época. “Em Faro foi reaberto ao público o Museu Arqueológico”, *O Algarve*, 12 de Agosto de 1973.

<sup>358</sup> Pinheiro e Rosa lamenta não existir no projecto uma sala destinada à catalogação. Desde 1971 que nos relatórios anuais frisa a importância da catalogação das colecções e do seu inventário fotográfico.

Nesse ano, Pinheiro e Rosa sugere a realização de instalações sanitárias, por cima das instalações sanitárias da direcção existentes no piso térreo<sup>359</sup>.

No ano da revolução de Abril as obras ainda não estavam concluídas, como se pode depreender das palavras de Pinheiro e Rosa dirigidas ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara: *exerça pressão sobre a Delegação de Évora dos Monumentos Nacionais, para que apresse a conclusão de restauro deste convento*<sup>360</sup>. Sugere também o director que as obras se dividissem em três fases, correspondentes a três anos: o primeiro ano para a ala superior sul com vista à instalação da Biblioteca; o segundo ano para a ala inferior sul que se destinava a ser ocupada pelo material de arqueologia que estava na ala superior poente<sup>361</sup> e o terceiro ano seria para as salas da ala superior nascente, para as restantes da ala superior norte e mais alguns compartimentos do piso térreo.

Apesar de estar incluído na empreitada de 1967, como vimos anteriormente, o problema da instalação eléctrica ainda não estava resolvido, propõe-se como solução a realização de um quadro geral à entrada, ainda hoje existente.

Em 1976 e com as obras paradas, há quatro anos, só estavam prontos oito compartimentos dos 26 que o edifício comporta. A situação agrava-se e o museu estará fechado durante todo o ano de 1979.

Em 1981 o museu reabre na sua totalidade. Logo no ano seguinte<sup>362</sup> a autarquia solicita à Santa Casa da Misericórdia uma proposta para aquisição dos

---

<sup>359</sup> As do piso térreo foram transformadas em sala de inventário em 1999; as do superior ainda existem.

<sup>360</sup> Informação Interna n.º 30/75, datada de 10 de Outubro de 1975.

<sup>361</sup> Que iria receber a Colecção Ferreira de Almeida.

<sup>362</sup> Mas só a 8 de Novembro de 1988 é que a Câmara delibera que se faça uma permuta com a Misericórdia. A autarquia fica com a Horta da Misericórdia e a Misericórdia fica com um prédio rústico, situado na Lejana de Baixo, realizando-se a escritura a 19 de Abril de 1989.

terrenos que confinam com o convento, actualmente designados Horta da Misericórdia, para ampliação do museu.

O museu confina-se ao espaço do edifício conventual, deixando parte da cerca (a que foi vendida em conjunto com o edifício) para os serviços camarários. A ala sul do edifício está completamente obstruída por uma construção inadequada e junto ao muro da cerca proliferam muitas construções, sem a mínima qualidade, que a ocultam totalmente.

Podemos concluir que as obras a cargo da DGEMN centraram-se no interior do edifício, demolindo todas as construções relacionadas com a fábrica, com vista à valorização do claustro. Foram, também, alterados alguns espaços internos com a abertura de vãos, nomeadamente na ala Oeste, quer no piso térreo (antiga sala do capítulo) quer no piso superior (antigo dormitório principal), com a abertura de vãos para a Rua do Castelo; na ala Este, no piso térreo (antiga portaria e salas contíguas) e no piso superior fez-se a interligação entre as salas.

Relativamente ao espaço da antiga cerca não teve intervenção nas sucessivas empreitadas. Várias vezes Pinheiro e Rosa chama a atenção para a situação da antiga cerca, que colidia com o olhar do visitante e não valoriza o monumento. Esta situação continua ainda hoje.

## 2.2 O Programa de Pinheiro e Rosa (1981)

*O viajante visitou todas as salas, achou umas melhores que outras, aceitou ou não o que temporariamente se expõe, mas entendeu logo que o Museu de Faro é uma obra de amor e de coragem. E alto lá, naquilo que de melhor tem, apresenta-se como um museu importante (...) Ele director, e o seu constante, contínuo amor<sup>363</sup>.*

Centremo-nos agora na proposta de percurso que Pinheiro e Rosa nos oferece neste museu renovado e realocado. É preciso ter em atenção que nesta altura o edifício era visto como o lugar onde estavam instalados vários museus, veja-se a título de exemplo o trabalho de Pinheiro e Rosa intitulado *Guia dos Museus Municipais*<sup>364</sup>, datado de 1981.

Cada colecção era tomada como um museu e isto porque, até então, o seu espólio tinha andado disperso. Observe-se o caso paradigmático da colecção Ferreira de Almeida<sup>365</sup>, doada ao município em 1944. Primeiro esteve instalada no Salão Nobre dos Paços do Concelho; depois alugou-se uma casa na Avenida da República, n.º 150, para albergar a colecção, que aí permaneceu até Maio de 1950. O espólio volta ao edifício da câmara, ocupando duas salas. Em 1962 ocupa ainda duas salas no edifício dos Paços do Concelho, que anteriormente albergavam o Tribunal Judicial. Em 1967 é reorganizada por Pinheiro e Rosa e em 1973 é instalada no antigo convento de Nossa Senhora da Assunção, onde permanece até 1998, ano em que transita para as reservas.

---

<sup>363</sup> SARAMAGO, José, “O director e o seu museu”, *Viagem a Portugal*, 1996, p. 247-248. A 1.ª edição é do Circulo de Leitores e data de 1981, ano da reabertura do museu.

<sup>364</sup> É curioso que esta denominação ainda se mantém no organigrama da autarquia, aquando da criação, em 2001, da Divisão de Museus Municipais. Nessa altura já o Museu Antonino, instalado na Ermida de Santo António do Alto desde 1933, tinha fechado ao público três anos antes e só havia o museu instalado no antigo convento de clarissas.

<sup>365</sup> Sobre este assunto pode consultar-se ROSA, José António Pinheiro e, “Comemoração do 25.º Aniversário da Inauguração da Colecção de Arte «Ferreira de Almeida», 24 de Março de 1969”, 1969, p. 205-210.

O programa seguido por Pinheiro e Rosa tinha duas vertentes: musealizar ou valorizar o monumento e mostrar uma variedade de colecções. O mencionado guia apresenta alguns dos espaços aos visitantes de acordo com as funções conventuais: claustro renascença, do século XVI (1519-1545<sup>366</sup>), Arquitecto Afonso Pires; antiga Igreja e antigo coro baixo; antiga sala do capítulo; antigo refeitório; antiga cozinha e antigo coro alto.

A visita iniciava-se pela igreja onde se podiam ver quadros da Escola italiana e portuguesa do século XVIII; tábuas seiscentistas; estátuas do século XIV e bustos contemporâneos; uma mobília aparatosa moderna vinda *do ayuntamiento* espanhol, que não específica. Para finalizar podiam ainda ver um púlpito vindo da Misericórdia e passar pela sala de exposições temporárias (antigo coro baixo).

Seguia-se o percurso para a Sala de Milreu, dedicada exclusivamente a objectos provenientes das ruínas romanas de Milreu, situadas a 9 km de Faro, perto da aldeia de Estoi. Esta sala era intercomunicante com a sala das lápides que expunha objectos desde a época pré-romana, destacando as lápides de período romano, depois peças visigóticas e árabes, finalizando com as medievais portuguesas até à actualidade. As lápides e os elementos arquitectónicos continuavam espalhados pelas alas do claustro.

Passa-se à ala sul, primeiro uma sala dedicada a Ossonoba, com o mosaico Oceano como peça central, prossegue-se para a outra sala, onde são apresentados vários objectos, desde etnografia (pesos e balanças) até ao mobiliário do século XVIII e vitrinas com objectos do neolítico, de cerâmica romana e de cerâmica árabe.

---

<sup>366</sup> Como vimos na primeira parte deste trabalho o claustro só é acabado em 1548, ano em que entra em clausura.

A visita continua no piso superior, na sala da cidade podem-se ver, entre outras, fotografias de várias personalidades da cidade. Pinheiro e Rosa afirma que *todas as terras têm as suas recordações: pessoas notáveis (...) monumentos e casas que desapareceram (...) objectos que deixaram de ser usados (...) as que possuímos neste momento deram para esta sala, que também poderá dar origem a outro museu*<sup>367</sup>.

Continuando a visita, a Sala de Arte Moderna para ver quadros oferecidos ao museu ou adquiridos pela Câmara, medalhas, o Nkisi Nkonde, peça africana do século XIX. A segunda sala é dedicada a Manuel Cabanas (1902-1995), fruto de uma doação do artista ao museu de Faro em 1980. A terceira sala é dedicada a Roberto Nobre (1903-1969), cuja colecção é incorporada em 1980. O percurso continua com a Sala do Almirante Ramalho Ortigão, onde se expõe uma colecção de azulejos, desde hispano-árabes ao século XVIII, provenientes de vários sítios do país.

Seguindo-se para o coro alto e sala de passagem onde nos deparamos com a Arte Sacra: Vieira Portuense, Domingos Sequeira e, entre outros objectos, a Regra deste convento.

Quase a finalizar a visita, a Colecção Ferreira de Almeida (1876-1966). Esta colecção, como atrás referimos, foi doada em 1944 e contém 1387 objectos, desde pintura, mobiliário e escultura. Para terminar, a Sala Militar com espólio do Coronel Engenheiro Manuel Aboim Ascensão de Sande Lemos, que recorda principalmente o Regimento de Infantaria 4 e as unidades que o precederam.

Fazendo a análise ao descrito, podemos dizer que cada sala é uma surpresa e que o visitante é convidado a visitar os espaços e a fruí-los de uma maneira autónoma.

---

<sup>367</sup> ROSA, José António Pinheiro e, *Guia dos Museus Municipais* (em quatro línguas), 1982, p. 15.

Vejamos, logo na primeira sala (antiga igreja) encontramos objectos de várias épocas que contam várias histórias que não se ligam. As salas que se seguem centram-se sobretudo na arqueologia, mas pelo meio temos etnografia e no fim uma vitrine do Neolítico.

Mesmo a visita histórica/clássica aqui não é linear, começa com as lápides pré-romanas, vindo a finalizar o percurso do r/c também pela pré-história. Podemos dizer que é uma concepção de ciclo fechado da história.

No piso superior a visita centra-se em colecções distintas, que vão desde a Arte Sacra à Moderna, passando pela colecção Ferreira de Almeida.

Na opinião pública, especializada e não especializada da época, o museu foi muito elogiado. Na realidade, foi um grande feito e Faro, como capital do Algarve, merecia ter um Museu condignamente instalado. Contudo, pensamos que podia ter sido concebido um museu mais centrado na história, na arqueologia e na identidade. É preciso notar que, para a tutela, a colecção Ferreira de Almeida tinha que estar visitável e isso comprometia em muito o espaço disponível. Podemos concluir, dizendo, que teve o seu mérito e que inovou na época, adaptando o espaço à ideia de *Museus Municipais*. O problema surge depois, quando se passam mais de vinte anos e, em 1998, se encontra a mesma museografia e a mesma concepção dos espaços.

### 3. Projectos de Reestruturação do Museu Arqueológico Municipal (1988-1996)

A partir de 1988<sup>368</sup> foi sentida a necessidade de elaboração de um novo projecto de reestruturação museológica. Este assentava nas seguintes premissas: elaboração de um plano museológico a nível concelhio, novo projecto museológico para a exposição permanente e aquisição de novos espaços museológicos (armazéns junto à doca, moinhos de maré e casa naval).

Três anos depois, para a concretização do programa museológico, Helena Santos<sup>369</sup> solicita à tutela a nomeação da arquitecta Conceição Pinto, como técnica responsável para a elaboração do projecto de reestruturação do museu.

A concretização do projecto<sup>370</sup> seria exequível através de financiamento do PRODIATEC<sup>371</sup>, como demonstra a intenção da autarquia junto do Director Geral do Desenvolvimento Regional do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Regional. A intenção de candidatura era denominada por *Projecto de reestruturação museológica do Museu Arqueológico de Faro: Um Rosto para o Museu Municipal*. Por outro lado este projecto integrava-se no Programa Municipal de Desenvolvimento Turístico e Cultural de Faro para o triénio de 1992-95.

O projecto tinha como objectivo *a transformação do Museu como efectivo pólo centralizador do desenvolvimento cultural, artístico, científico e pedagógico do*

---

<sup>368</sup> Nesse ano foi apresentada uma comunicação ao 5.º Congresso do Algarve onde Helena Rodrigues dos Santos afirmava que *os museus ganham na actualidade crescente dinâmica científica (...) granjeando a dimensão de centros de desenvolvimento da cultura regional*, SANTOS, Helena Rodrigues, “Os museus, centros de desenvolvimento da cultura regional”, 1988, p. 343.

<sup>369</sup> Projecto de Reestruturação Museológica do Museu Arqueológico Municipal, Informação Interna 103/91 de Helena Santos, Chefe de Divisão, dirigida ao Vereador da Cultura, José Manuel Bárbara.

<sup>370</sup> Estimado em noventa e oito mil contos.

<sup>371</sup> Programa Operacional de Infra-estruturas Turísticas e Equipamentos Culturais.

*centro histórico da cidade*<sup>372</sup>. A redefinição do programa museológico centrava-se numa perspectiva de Museu de Região, prestando também atenção ao património industrial concelhio.

Em relação aos novos espaços a criar contam-se, uma cafetaria, uma loja, uma sala de recepções, um sala de serviço educativo, uma sala para o *Centro de Estudos Ossonobenses*<sup>373</sup>.

Estava previsto um faseamento no decurso do projecto: a 1.<sup>a</sup> fase teria início em 1991 e centrar-se-ia na *readaptação das infraestruturas existentes e criação de novos espaços*<sup>374</sup>; a 2.<sup>a</sup> fase seria iniciada em 1992 e correspondia ao início da execução por sectores do projecto e a 3.<sup>a</sup> fase que deveria decorrer em 1993 seria já a *implementação de uma dinâmica sócio-cultural e torná-lo um pólo de desenvolvimento cultural do centro histórico de Faro*<sup>375</sup>.

Contudo esta ideia nunca chegou a ser materializada em projecto e quatro anos depois, apoiado no programa de 1991, a autarquia aprova o *Estudo prévio para a reestruturação do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique*<sup>376</sup> elaborado pelo Gabinete de Apoio Técnico de Faro (GAT), sob a responsabilidade da arquitecta Teresa Pimpão (Plantas 13 e 14).

---

<sup>372</sup> SANTOS, Helena Rodrigues (1991), *Projecto de Reestruturação Museológica do Museu Arqueológico de Faro “Um novo rosto para o Museu Municipal”*, policopiado, p. 1.

<sup>373</sup> Este centro nunca chegou a funcionar. Associado ao centro havia a intenção de criar uma *Revista Ossonobaseria monográfica*.

<sup>374</sup> SANTOS, Helena Rodrigues (1991), *Projecto de Reestruturação Museológica do Museu Arqueológico de Faro “Um novo rosto para o Museu Municipal”*, policopiado, p. 4.

<sup>375</sup> *Idem*, p.6.

<sup>376</sup> Sessão de Câmara de 30 de Maio de 1995, folha 170, 170v e 171.

Não esquecendo o objectivo principal do nosso estudo, o qual se centra no edifício e no projecto de reconversão e adaptação a museu, vamos dar ênfase, na análise deste estudo prévio, à concepção do espaço e à sua organização.

É importante referir que a concepção global para o espaço integrava neste lugar, para além dos serviços do museu, outros serviços camarários<sup>377</sup>: cultura, animação, desporto, acção social, educação ambiental, galeria de arte e galeria para artistas de Faro<sup>378</sup>.

Antes de passarmos à pormenorização do projecto, devemos indicar que a área de intervenção do mesmo inclui não só o edifício conventual e a parte da cerca que sempre lhe esteve anexa como a, actualmente, denominada Horta da Misericórdia. Para nós, a grande mais valia deste projecto é ter, novamente, pensado na totalidade da cerca conventual que tinha sido vendida separadamente em 1840; a partir de 1989 (quando a autarquia fica proprietária da Horta) retomam os dois espaços ao mesmo proprietário.

Apesar desta proposta não especificar o uso para o espaço denominado Horta da Misericórdia, colocando apenas a esplanada da cafetaria para esse lado, provavelmente, a ideia era musealizar os trabalhos arqueológicos que tinham sido realizados e que estavam previstos continuar, sob a responsabilidade científica da Prof. Doutora Teresa Gamito, da Universidade do Algarve.

Detenhamo-nos no piso térreo e façamos a análise da proposta. Propunha-se a reabertura de alguns vãos, nomeadamente as portas entaipadas da antiga cozinha e do

---

<sup>377</sup> Esta concepção já existia na prática quando o museu perde espaços expositivos e nobres do edifício para outros serviços camarários, desmontando-se a sala de azulejos Ramalho Ortigão para aí instalar o Departamento da Cultura da Câmara Municipal.

<sup>378</sup> Apesar de as Galerias Municipais Trem e Arco funcionarem em espaços autónomos desde 1991. A Galeria para artistas de Faro ou da região é uma necessidade sentida, ainda hoje, passados mais de dez anos sobre este projecto. Mas misturar no mesmo espaço o museu e este tipo de galeria não nos parece a melhor solução.

antigo refeitório, na ala sul, a primeira daria para a nova escada e a segunda para a galeria de arte<sup>379</sup>. Na ala nascente deixa um gabinete isolado, provavelmente do director, quando todos os serviços passam para outro espaço no piso superior. O corredor entre a ala sul e a poente era desobstruído e feita a ligação para os acessos – escadas e elevador – aos serviços.

Construíam-se novos acessos, três escadas, uma na ala poente, onde se situava a carpintaria da câmara, que serviria de acesso aos serviços do museu e da autarquia; outra situada na construção adossada à ala sul e a última adossada à cerca para acesso aos serviços. Em termos de acessibilidade previa, ainda, a colocação de uma rampa na entrada principal do museu e a instalação de um elevador.

Na zona da antiga cerca conventual propunha-se a edificação de vários corpos encostados à mesma, ficando completamente obstruída, para instalar novos serviços que o museu não possuía até à data: cafetaria, serviços educativos, oficinas/ ateliers, instalações sanitárias, auditório ao ar livre, reservas, posto de turismo cultural e aprovisionamento. Por outro lado, aproveitavam-se os armazéns existentes, adossados à ala sul, para restaurante típico, galeria de arte e galeria para artistas de Faro.

A proposta de intervenção centrava-se assim nos armazéns situados na zona da antiga cerca e que, como vimos atrás, foram construídos em 1945. As construções que obstruíam o exterior da ala sul do convento não eram demolidas mas ampliadas, edificando um novo piso para serviços do museu. O armazém de *alto* da ala poente, construído na mesma data, era adaptado aos diversos serviços autárquicos.

Delonguemo-nos agora na concepção espacial e na sua adequação à função museológica. Havia quatro entradas mas não estão bem delimitadas: uma de

---

<sup>379</sup> Em termos de percurso esta ligação não faz sentido, o visitante está numa sala de exposições permanentes do museu e passa para a galeria de Arte, podendo depois subir ao primeiro andar pela nova escada e retomar a visita às exposições permanentes.

visitantes, que já existia e que hoje continua a ser a entrada do museu, mas por onde entrariam os funcionários do museu; uma para os serviços externos que aqui estavam instalados, na Rua do Castelo; uma para cargas e descargas e para as galerias, restaurante e posto de turismo no Largo do Castelo e outra para a cafetaria na Praça Afonso III.

O percurso dos visitantes iniciava-se pela sala de exposições temporárias (antigo coro baixo), passando depois às exposições permanentes. O piso térreo era dedicado à arqueologia, ora vejamos na ala poente as salas de Arqueologia I – Das origens do Homem à Romanização e Arqueologia II – Da Romanização ao período árabe. Passava-se depois à ala sul com as salas de Arqueologia III – Ossonoba.

Subia-se ao primeiro andar para continuar a visita. No pequeno edículo ficariam expostas duas peças em alabastro do século XVI (Santa Ana e S. Bartolomeu), na mesma ala nascente uma sala de videograma e depois chegava-se à ala poente, onde ficariam instaladas as salas de Arte Sacra e dos Marcos Históricos e Culturais de Faro<sup>380</sup>. O corredor entre a ala poente e sul era dedicado à coleção Militar. Por fim, a visita terminava com a exposição sobre o Património Etnográfico e de Arqueologia Industrial do termo de Faro, onde seriam abordados os seguintes temas: a indústria conserveira de Olhão; as almadras de atum, a indústria corticeira de S. Brás de Alportel e dos frutos secos de Faro; as moagens<sup>381</sup>; a agricultura de regadio; a defesa do património etnográfico e ambiental da região.

---

<sup>380</sup> Começava na Idade Média com a reconquista cristã, passando pela origem da tipografia em Portugal, Samuel Gacon e a edição do Pentateuco, pelo desenvolvimento urbanístico e elevação de Faro a Cidade até aos artistas plásticos, como Roberto Nobre e Manuel Cabanas.

<sup>381</sup> Era muito importante ter sido realizada uma investigação sobre este assunto. Para além de ter sido proposto como tema de exposição devia, acima de tudo, ter sido realizada a respectiva investigação. Hoje é impossível fazer o mesmo estudo porque as moagens fecharam há muitos anos e têm vindo a ser vandalizadas. Todo o espólio documental, oral e industrial perdeu-se para sempre. E, brevemente, perder-se-á o local das moagens em Faro, transformado em condomínio de luxo.

Ainda no antigo edifício conventual ficavam instalados os seguintes serviços: no piso térreo ficava a sala de recepções (antiga cozinha); no piso superior, na ala nascente a Biblioteca, as instalações sanitárias e duas salas para o Centro de Estudos Ossonobenses e na ala sul o laboratório de restauro<sup>382</sup>.

Façamos uma análise do que estivemos a descrever. Estamos perante uma manta de retalhos onde iriam funcionar várias valências, desde posto de turismo, galeria de arte, serviços camarários, ficando alguns espaços vitais para o museu reduzidos ao mínimo, tais como os laboratórios e as salas de exposições temporárias<sup>383</sup>.

Quanto ao percurso e ao programa proposto, a concepção ou a história que se quer contar, centra-se em Faro e na sua região e deixa de ser um edifício que alberga várias colecções<sup>384</sup>.

O percurso de visita diferencia relativamente bem os espaços públicos, semi-públicos e privados. Trata-se de uma proposta que denominamos clássica, iniciando a visita pela Pré-história. Devemos dizer que o museu possui no seu acervo, desde a década de 40, uma colecção significativa de objectos da Pré-história, doada pelo algarvio José Rosa Madeira e que nunca foi valorizada, apesar de ter estado exposta no antigo convento dos Capuchos e parte da mesma numa vitrina neste edifício, como vimos atrás. Este programa aposta na valorização e divulgação desta colecção para começar a contar a história da região desde a Pré-história.

Apesar de termos afirmado que se trata de um percurso clássico e cronologicamente ascendente, ao querer destacar-se a Ossonoba romana, pela

---

<sup>382</sup> Relativamente ao laboratório a sua localização peca por se tratar de um espaço muito reduzido e sem ligação às reservas ou ao elevador.

<sup>383</sup> Dificultando quer a rotatividade de colecções do acervo do museu, quer a recepção de exposições itinerantes de médias dimensões.

<sup>384</sup> Vejam-se as exposições que estavam patentes em 1995, Ferreira de Almeida, Manuel Cabanas e Roberto Nobre, as quais não constituíam um percurso coerente ou orientador.

qualidade do acervo, fá-lo depois de o visitante já ter “andado” pela cidade árabe, o que poderia confundir um pouco.

Passamos ao primeiro piso onde temos, apesar de ser apelidada de outro nome, a Sala da Cidade (marcos históricos), que peca por ser permanente e querer abranger um período tão vasto e temas tão distintos. Pensamos de difícil concretização prática, pela diversidade de temas, o conteúdo a abordar nesta sala<sup>385</sup>.

Ainda referente ao programa parece-nos que não foi tido em conta a existência dos Museus de Etnografia e da Marinha em Faro, onde estão tratados alguns dos temas propostos. Devemos ser complementares nas temáticas e não fazer museus que abordem as mesmas problemáticas. A diversidade da oferta é fundamental em termos de região e imperativa quando se trata da mesma cidade.

Se examinarmos este estudo prévio apenas na perspectiva da valorização e fruição do património podemos afirmar que é muito deficiente, não valorizando o Monumento Nacional onde intervém.

---

<sup>385</sup> Em 1995, quando a museologia nacional estava a renascer com o recém criado IPM e a questão das exposições permanente em discussão, não se percebe esta opção de querer misturar tudo no mesmo espaço. Por outro lado, da leitura que fazemos, parece-nos que se trata de uma solução de compromisso e de receio em guardar as colecções Ferreira de Almeida, Roberto Nobre e Manuel Cabanas, em reserva.

#### 4. Projecto de reestruturação dos Museus Municipais (1999-2002)

Apesar dos esforços desenvolvidos e das propostas sucessivas vertidas em Planos de Actividades instalou-se um marasmo e uma letargia no Museu Municipal de Faro. Em 1998 a autarquia resolve apostar na dinamização e valorização do museu. Para concretizar esse desafio foi composta uma equipa liderada pelo Doutor Francisco Lameira, integrada no Gabinete de Gestão e Reabilitação do Património. Foi apresentado, ainda nesse ano, um dossier de pré-candidatura ao POC para o espaço museológico que integrava o antigo convento N.ª Sr.ª da Assunção e da antiga Fábrica da Cerveja Portugália<sup>386</sup>.

Esse dossier foi aprofundado através da elaboração de um documento - *Projecto de Remodelação dos Museus Municipais Museu de Faro*<sup>387</sup>. Este trabalho foi realizado por uma equipa multidisciplinar apoiada numa plêiade de consultores<sup>388</sup>. Foram definidos os critérios e a metodologia de acção, bem como as opções, que tinham como base a salvaguarda e valorização do conjunto, apoiados na Carta de Veneza e na leitura do monumento<sup>389</sup>.

---

<sup>386</sup> De 17 de Abril de 1998, subscrito por Conceição Pinto, Francisco Lameira, Teresa Valente e Dália Paulo.

<sup>387</sup> Este documento foi aprovado em reunião de câmara de 14 de Março de 2000. Entretanto a autarquia tinha adquirido, em 1999, o conjunto da antiga Fábrica da Cerveja Portugália que ficava contíguo ao museu. Assim, foi ideado um Museu de Faro que se dividia em dois núcleos: o do convento (história e arqueologia) e o da fábrica (Arte Contemporânea). Sobre este assunto AA.VV., *Projecto de Reestruturação dos Museus Municipais – Museu de Faro*, Faro: Gabinete de Gestão e Reabilitação do Património, Janeiro 2000 e PAULO, Dália, “Fábrica da Cerveja Portugália e Convento das Freiras: estudo do edifício e projecto de adaptação a Museu Municipal”, *Monumentos*, n.º 24, 2006, p. 148-155.

<sup>388</sup> Consultores: Prof. Doutor Horta Correia, Prof. Doutor Nuno Bicho, Prof.ª Doutora Raquel Henriques da Silva e Dr. Jorge Custódio. Equipa: Conceição Pinto, Teresa Valente e Paula Nicolau, arquitectas; Francisco Lameira, historiador da Arte; Dália Paulo, arqueóloga; Maria da Luz Nolasco, museóloga e Anselmo Correia, desenhador.

<sup>389</sup> Como refere Paulo Pereira é ao monumento que cabe *através do seu estudo, determinar a intervenção possível e, eventualmente, ideal*, “Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História”, 2000, p. 22.

Quanto aos critérios adoptados estes foram os seguintes: interdisciplinaridade, autenticidade, cientificidade, valorização do que tem importância, salvaguarda da pré-existência e respeito pelo conjunto e pela individualidade das partes constituintes.

O método utilizado centrou-se na elaboração de sondagens, levantamentos e registos, confronto com soluções alternativas e diagnóstico.

De acordo com os critérios e o método adoptado definiram-se as opções que deviam ser: reconhecidas, compatíveis, adequadas mas não conservadoras (pois pretendem articular “património” com “modernidade”), de intervenção mínima e reversibilidade.

Assim, a elaboração do projecto tinha que seguir uma série de orientações-base:

- a selecção de um uso compatível com a estrutura em questão, a manutenção do uso museológico onde *o espólio existente deverá ser assim adaptado ao espaço em questão e nunca o espaço a este*<sup>390</sup>.
- o respeito total pelo existente, *admitindo-se a demolição de todos os elementos que tendo sido introduzidos por outras campanhas em nada o valorizem e a construção de todos os que forem necessários à adaptação do edifício ao novo programa, desde que a nova solução apresente uma linguagem claramente moderna*<sup>391</sup>, como define a Carta de Veneza (art.º 13.º).
- a valorização do edifício e das pré-existências.
- O enquadramento no espaço envolvente *através da reposição do perímetro da cerca conventual e da valorização do espaço interior a esta*<sup>392</sup>.

---

<sup>390</sup> AA.VV, *Projecto de Reestruturação dos Museus Municipais – Museu de Faro*, (policopiado), Janeiro 2000, p. 44.

<sup>391</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>392</sup> *Idem*, p. 45.

Estas normas orientadoras serviram de base ao concurso limitado por prévia qualificação e internacional para remodelação e ampliação do Museu de Faro<sup>393</sup>.

#### **4.1 Concurso Público Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro (2000)**

*Tanto as qualidades como os defeitos da construção contemporânea se remetem à sociedade, da qual deriva e da qual é devoradora*<sup>394</sup>.

Após o anúncio, publicado a 12 de Maio de 2000, o concurso decorre durante seis meses. A 29 de Novembro de 2000 realiza-se a última reunião de júri<sup>395</sup>, onde se decidem os candidatos vencedores, a saber: 1.º lugar – Isabel Aires e José Cid/Ricardo Hartmann; 2.º lugar – José Gigante, Arquitecto; 3.º lugar – Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro, Arquitectos Lda; 4.º lugar – Santa Rita arquitectos Lda.; 5.º lugar – G.B. Arquitectos Lda.; 6.º lugar – J.L.C.G Arquitectos Lda..

Em reunião de câmara de 3 de Janeiro de 2001 a autarquia delibera proceder à adjudicação definitiva do projecto ao Agrupamento Complementar de Empresas (ACE), constituído pelas Sociedades “Ricardo Hartmann & Cristina Szilard Hartmann Arquitectos, Limitada e Isabel Aires e José Cid”, classificados em 1.º lugar. A realização do contrato faz-se quatro meses depois entre a Câmara Municipal de Faro e

---

<sup>393</sup> Anúncio 107/2000 – Concurso Limitado publicado a 12 de Maio de 2000 no Diário da República III Série.

<sup>394</sup> LAMPUGNANI, Vittorio Magnano, “A arquitectura da Arte: os Museus dos anos 90”, 1999, p.14.

<sup>395</sup> Constituído por: Sr. Luís Coelho, Arqt.<sup>a</sup> Conceição Pinto e Doutor Francisco Lameira, Câmara Municipal de Faro; Prof.<sup>a</sup> Doutora Raquel Henriques da Silva, Instituto Português de Museus; Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia, Universidade do Algarve; Arqt.<sup>a</sup> Teresa Pimpão, Direcção Regional do IPPAR Faro; Arqt. Fernando Pinto, Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Évora.

o Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) para o Projecto de Remodelação e de Ampliação do Museu de Faro<sup>396</sup>.

A concretização deste projecto dependia da candidatura à Medida 1.2 Acção 1 do Programa Operacional da Cultura, a qual não chegou a ser elaborada.

De seguida faremos a análise de todas as propostas<sup>397</sup> objecto de concurso, do último para o primeiro classificado, alicerçados nas orientações-base atrás enunciadas. A nossa opção de analisar todas as propostas a concurso prende-se com uma questão, eminentemente prática, de servir de aprendizagem para o futuro. Mas, para além disso, se o nosso trabalho pretende contribuir para fazer uma síntese sobre os vários olhares, que se debruçaram sobre o edifício, estas seis propostas são essenciais.

#### **4.1.1 Proposta de João Luís Carrilho da Graça Arquitectos**

(Plantas 15 e 16)

Na memória descritiva apresentada a concurso esta equipa ressalta dois aspectos, que nos parecem interessantes, do ponto de vista da intervenção patrimonial: a memória e a contemporaneidade. Em relação à memória sublinha *a demolição das construções de má qualidade adossadas ao edifício e à cerca*, como aliás as normas orientadoras do concurso preconizavam, e *a reorganização espacial interna regressando tanto quanto possível aos espaços conventuais originais*. Para a contemporaneidade, relativamente ao edifício do convento, propõe a *introdução, na cerca do convento de três paralelepípedos muito leves que contem a área da direcção*

---

<sup>396</sup> 9 de Maio de 2001 – Contrato n.º 1/ 2001. O projecto adjudicado foi de € 675.147,89 acrescido de IVA à taxa de 17%.

<sup>397</sup> Mas apenas relativamente à parte do convento, a única que nos interessa no âmbito deste estudo.

*e administração, com óptimas condições de trabalho, parte dos depósitos com fácil controle ambiental e acessibilidade e ainda um paralelepípedo em vidro, o bar, na área ajardinada dentro da cerca*<sup>398</sup>.

Em termos de edifício apresenta as seguintes soluções: reposição das tipologias dos espaços originais; reabertura de portas e janelas entaipadas; demolição de divisões incaracterísticas; reposição da escada de ligação entre o coro baixo e o coro alto; reposição no local original do sistema de roda.

Esta proposta dedica os espaços do edifício conventual basicamente a espaços públicos de acesso controlado, ou seja: exposições permanentes, exposições temporárias, auditório; com excepção das reservas e dos laboratórios, no piso térreo, ala poente. Todas as outras utilizações ficariam localizadas nos novos espaços a edificar.

Vejamos em pormenor: a visita iniciar-se-ia no piso térreo pelas alas nascente e sul com exposições temporárias; de seguida subia-se ao primeiro andar pela escada existente (junto da antiga cozinha) e continuava-se o percurso de exposições permanentes nas mesmas alas. Podia depois o visitante seguir para a ala poente e para o antigo coro alto para a ala das exposições temporárias e descer pela escada reconstruída, saindo junto do coro baixo.

Prevê a manutenção do auditório e da entrada de visitantes, dando a possibilidade de aceder directamente à cafetaria, à loja e aos serviços educativos, situados por cima da loja.

A entrada de serviço far-se-ia pelo Largo do Castelo directamente para o interior da cerca onde se situariam todos os espaços privados. O novo corpo, paralelo

---

<sup>398</sup> GRAÇA, João Luís Carrilho da, *Memória Descritiva Concurso Limitado por Prévia Qualificação e Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro* (749506), 2000.

à ala sul, só teria um piso e iria albergar as reservas. O prolongamento da ala poente do convento no piso térreo teria o laboratório e o armazém geral e no piso superior a área técnica e administrativa e a direcção.

Fazendo uma análise podemos referir que a reposição da escada, junto ao coro baixo, não nos parece significativa e pode ser discutível em termos de intervenção patrimonial. Neste caso concreto parece-nos que a opção se baseou na necessidade de um percurso alternativo, concebido para as exposições temporárias.

Este projecto tem a vantagem de individualizar muito bem as áreas de exposições temporárias e permanentes conseguindo realizar um percurso de visita coerente.

A colocação das reservas no edifício conventual (piso térreo, ala poente) é a questão menos bem conseguida, em conjunto com a localização dos serviços educativos<sup>399</sup>.

A construção nova seria feita de paredes de policarbonato alveolar ou vidro. Os gabinetes teriam uma fachada de vidro virada a nascente. Analisando o alçado poente podemos verificar que a proposta do novo corpo se adossa à ala poente, apresentando uma fachada cega virada para a Rua do Castelo.

Há uma nítida valorização da cerca (não lhe adossando qualquer construção), propondo que esta fosse visível desde a Rua do Repouso ao Largo do Castelo; para isso seria preciso a realização de sondagens arqueológicas na Rua do Repouso, Largo

---

<sup>399</sup> Para aceder a esta sala tinha que se passar pelo interior da loja (pouco funcional com turmas de 25 miúdos) ou de uma sala de exposição permanente; a localização no piso superior, também, não é a mais indicada, para poder desenvolver depois actividades de ar livre, bem como a abertura para o terraço que poderia constituir factor de risco acrescido, porque quando se trabalha com crianças todos os riscos têm que ser calculados.

Afonso III e Travessa das Freiras, que nos permitissem ver qual o percurso da antiga cerca conventual.<sup>400</sup>

Em termos patrimoniais, para a área do convento, é um projecto que valoriza o monumento, mas em termos de concepção espacial podia ter sido mais trabalhado, apesar de estarmos conscientes que temos um edifício que nos condiciona.

#### **4.1.2 Proposta de Gonçalo Byrne Arquitectos Limitada**

(Plantas 18 e 19, Alçado 20)

Tal como na análise anterior começamos pela Memória Descritiva. Esta equipa informa logo da necessidade que sentiu, expressa na seguinte afirmação: *fazer um bom Museu nas actuais condições museológicas e no contexto altamente competitivo do turismo cultural, pode ser um problema, principalmente quando para além deste factor quer-se ainda proceder à reutilização de um edifício de grande carga patrimonial : o edifício não só cria condicionalismos resultantes da(s) sua(s) integridade(s) monumental (de memória), mas sobretudo constitui em si mesmo o primeiro objecto museológico<sup>401</sup>*. Alertam ainda os projectistas para o risco de se fazer uma coisa híbrida.

Passemos à concepção do espaço: a entrada de público do núcleo do convento far-se-ia pelo Largo do Castelo, no prolongamento da ala poente, seria edificado um corpo de dois pisos com a fachada cega, virada para a Rua e Largo do Castelo; a entrada de serviço far-se-ia por onde hoje se faz a entrada de visitantes, virada para o Largo Afonso III.

---

<sup>400</sup> Porque o muro da denominada “Horta da Misericórdia” é recente, veja-se as fotografias da DGEMN em anexo, e não pode ser confundido com o possível traçado desconhecido da cerca conventual.

<sup>401</sup> BYRNE, Gonçalo, *Memória Descritiva Concurso Limitado por Prévia Qualificação e Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro* (162049), 2000, p. 3.

O piso térreo do edifício conventual ficaria destinado às exposições temporárias no antigo corpo da igreja e na ala poente, com excepção, nesta ala, da antiga sala de noviças que alojaria o serviço educativo; as alas nascente e sul seriam destinadas à administração, direcção e técnicos<sup>402</sup>.

Ainda no piso térreo no interior da cerca ficariam localizados os quatro novos corpos: um paralelo à ala sul do convento, destinado ao auditório; outro corpo próximo do pano sul da cerca para instalar a cafetaria; o corpo que já identificámos atrás da entrada paralelo à Rua do Castelo<sup>403</sup> e o corpo de reservas com apenas um piso que se situava entre o auditório e a cafetaria.

No primeiro piso encontramos todo o espaço do edifício conventual destinado às exposições permanentes.

As acessibilidades estão garantidas com a instalação de dois elevadores, um para as reservas e laboratórios e outro para os visitantes, este último situado paralelamente ao final da ala poente.

Analisando a proposta, o visitante, primeiro, era convidado a ver as exposições temporárias no piso 0 e, depois, subir ao primeiro andar para fruir das exposições permanentes.

Em termos patrimoniais o convento fica desaproveitado, com a continuação dos serviços do museu aqui instalados e perde a centralidade passando a entrada para a Rua do Castelo; por outro lado, a igreja transformada em sala de exposições temporárias, com a necessidade de forrar paredes a *pladour*, desvalorizaria o antigo espaço conventual. O museu ganharia se se melhorasse o auditório existente e se o

---

<sup>402</sup> A divisão do edifício conventual ao nível do piso térreo entre exposições temporárias e área administrativa perde um pouco em termos de visita.

<sup>403</sup> Este é o único corpo novo que tem piso superior, destinado a armazéns e laboratórios.

novo corpo destinado a auditório fosse adaptado a salas de exposição temporárias, por duas razões: a área e a flexibilidade de permitir receber outro tipo de exposições.

### **4.1.3 Proposta de Santa Rita Architectos Limitada**

(Plantas 21 e 22)

Referem a importância museológica do convento de *per si*. Reforçam a ideia de que trabalharam o espaço no sentido de *a visita ao Museu ser assim em simultâneo a visita ao monumento*. Ainda na Memória Descritiva e para reforçar a ideia expressa na frase anterior a equipa refere que *não seria de resto coerente instalar no edifício do Convento serviços como a Direcção ou os Administrativos que se pede que gozem de autonomia e menos ainda outros como as Reservas<sup>404</sup> que são instalações muito fechadas sobre si próprias e criariam zonas mortas no edifício. De qualquer modo é sempre de considerar que seriam tipos de aproveitamento prejudiciais da visita do monumento<sup>405</sup>.*

A concepção dos antigos espaços conventuais pautou-se pelos seguintes itens: a entrada fazia-se pela antiga sacristia, como sempre se fez desde que o museu está aqui instalado; a antiga igreja permaneceria como auditório, ficando o coro baixo para apoio; a ala nascente ficaria ocupada com instalações sanitárias e serviço educativo; a ala sul com cafetaria, na zona da antiga cozinha e uma sala para exposições temporárias, no antigo refeitório; a ala poente estaria destinada a

---

<sup>404</sup> As reservas na sua totalidade ou em parte podem ser encaradas como visitáveis ou, de uma forma mais forte, como parte integrante do percurso de visita. Mas não era nenhuma destas percepções que tinha sido dada aos concorrentes.

<sup>405</sup> SANTA RITA, *Memória Descritiva Concurso Limitado por Prévia Qualificação e Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro* (462801), 2000, p. 4.

exposições temporárias; todas as alas do piso superior albergariam as exposições permanentes<sup>406</sup>.

A ala nascente e sul são desaproveitadas, na medida em que na primeira se ocupa metade com instalações sanitárias e a outra metade com a sala de serviço educativo e na outra ala instala a cafetaria<sup>407</sup>.

Concentra os novos corpos a sul, junto à cerca, e no prolongamento da ala poente, destinados aos serviços, aos laboratórios e às reservas.

Todo o conjunto é servido por um elevador/monta-cargas situado, segundo a planta, em área privada de serviços, perto das reservas e dos gabinetes, o que se tornaria pouco funcional para os visitantes.

Esta proposta apresenta uma boa área *non aedificandi* permitindo um enriquecimento ambiental desta zona.

#### **4.1.4 Proposta de Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro Arquitectos Lda.**

(Plantas 23 e 24)

A equipa resume as suas ideias e os seus princípios de renovação nos seguintes pontos: *subtrair para adicionar e devolver integralidade*<sup>408</sup>.

A entrada de visitantes, tal como na proposta de Gonçalo Byrne, passaria a ser feita pela nova, ou melhor renovada, Praça de Armas a que os autores apelidam de *Praça dos Museus*.

---

<sup>406</sup> O percurso do visitante está bem definido com exposições temporárias no piso térreo e permanentes no superior.

<sup>407</sup> Apesar de retirar os serviços do edifício conventual deixa a cafetaria sob uma sala de exposições permanentes, não valorizando o monumento e podendo constituir um factor de risco acrescido para as colecções.

<sup>408</sup> GUIMARÃES, Carlos e CARNEIRO, Luís, *Memória Descritiva Concurso Limitado por Prévia Qualificação e Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro* (312870), 2000, p. 11.

Ao contrário das outras propostas este autores utilizaram os novos corpos para a função expositiva: o corpo paralelo à entrada pública ficaria destinado a exposições temporárias no piso térreo e permanentes no piso superior.

A visita ao antigo edifício iniciava-se pelo sul da ala poente com as exposições permanentes que no r/c se confinavam a esta ala; ainda no piso térreo podia-se visitar a antiga cozinha musealizada ou a sala de serviço educativo, situada no antigo refeitório; podendo depois o visitante subir por uma escada, que se localizaria no interior do antigo coro baixo, e continuar a visita na mesma ala, onde acabaria no novo prolongamento da mesma, passando de seguida ao corpo paralelo, a que fizemos referencia anteriormente.

Para as áreas semi-públicas ou mesmo privadas os projectistas dedicavam a ala nascente do piso térreo para reservas, construindo um novo corpo paralelo a esta ala, dedicado à mesma função; no piso superior deste novo edifício continuariam as reservas e ao centro estaria situado o laboratório de restauro. Os serviços técnicos e administrativos, bem como a sala de pessoal, foram concentrados no primeiro piso das alas nascente e sul do antigo edifício.

Em termos de acessibilidades o elevador é colocado junto ao novo corpo, paralelo à ala poente, destinado a exposições temporárias e permanentes.

Sobre as áreas de circulação e a interferência no antigo edifício pensamos que seria um pouco intrusivo. Ora vejamos: localização de escadas nos antigos coros baixo e alto; transformação de uma janela em porta (apesar desta janela ter sido aberta aquando das obras da DGEMN) na ala nascente, criando mais um acesso ao exterior, quando, nessa mesma ala, já existia, mais a norte, uma porta que poderia ter sido aproveitada; colocação de mais uma escada, esta de serviço, numa das salas da antiga casa da abadessa.

A distribuição espacial proposta valoriza claramente a função museológica do novo espaço, criando áreas de exposição novas<sup>409</sup>. A ideia de musealização do espaço da cozinha é muito interessante e decerto dignificaria a vertente conventual da visita.

Este projecto aumentava a área de exposições permanentes e diminuía a das temporárias<sup>410</sup>, o que poderia ser contraproducente pois, cada vez mais, os museus vivem da rotatividade das suas exposições, pelo que o aumento da área de exposições permanentes e a diminuição das temporárias, em termos funcionais, não permite à gestão do museu muita flexibilidade. Mas como os autores dizem *o presente concurso, dada a complexidade da intervenção e a abertura para posturas e estratégias diferentes, aproxima-se da figura do “concurso de Ideias”, tanto ou mais do que de um “Concurso de Soluções”*<sup>411</sup>, pelo que a marcação em mapa de exposições temporárias e/ou permanentes não invalida que esses espaços fossem, mais tarde, reequacionados com vista a uma maior flexibilidade. Isto porque, desde que se tratem de espaços inócuos, flexíveis, limpos, neutros e amovíveis, a cada direcção caberá geri-los em função da sua concepção de museu.

Ainda em termos de áreas aumentaram em muito o solicitado em concurso para os serviços educativos e em nossa opinião muito bem, porque o concursado era manifestamente insuficiente<sup>412</sup>, pois pedia-se 35m<sup>2</sup> e os arquitectos sugeriam 112m<sup>2</sup>.

---

<sup>409</sup> Apesar de ter como contraponto a concentração dos serviços e das reservas no edifício conventual, ocultando-o aos visitantes e desvalorizando o monumento.

<sup>410</sup> Proposto em Caderno de Encargos – Exposições permanentes: 750m<sup>2</sup>; Exposições temporárias: 350m<sup>2</sup>. Proposta dos projectistas – Exposições permanentes: 870m<sup>2</sup>; Exposições temporárias: 340m<sup>2</sup>.

<sup>411</sup> GUIMARÃES, Carlos e CARNEIRO, Luís, *Memória Descritiva Concurso Limitado por Prévia Qualificação e Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro* (312870), 2000, p. 11.

<sup>412</sup> A percepção de que o espaço solicitado era muito pequeno só a tivemos quando começámos a desenvolver um Programa Escolar sistemático. Hoje podemos dizer que os projectistas estavam certos, porque existe um Serviço Educativo a funcionar em pleno e com várias actividades diárias. O MMF recebe durante o ano lectivo, a maior parte dos dias da semana, três a quatro turmas por dia.

A área de reservas e de laboratórios também foi diminuída<sup>413</sup>, tratando-se em parte de reservas arqueológicas<sup>414</sup>, estas deve ser pensada sempre para servir nas próximas décadas, pelo que o espaço nunca é de mais.

#### **4.1.5 Proposta de José Gigante Arquitecto**

(Plantas 25 a 27)

Esta equipa define muito bem na Memória Descritiva a função dos vários espaços, assim: *reserva-se integralmente o espaço do edifício existente para os espaços públicos e de acesso controlado, remetendo para o corpo de ampliação projectado todos os segmentos do programa com carácter privado. Acrescenta ainda que seleccionando usos compatíveis com a estrutura do edifício, afasta também do seu interior as funções mais dependentes de certo tipo de instalações, como por exemplo as reservas e os laboratórios*<sup>415</sup>.

A proposta sugeria a criação de duas caves, uma localizada no interior da cerca a sul, para instalar as reservas e os laboratórios<sup>416</sup> e a outra localizada a nascente do edifício conventual para instalações sanitárias.

No piso térreo a entrada do público fazia-se pelo mesmo local que ainda hoje se faz; a ala nascente do edifício ficaria ocupada com a loja e a cafetaria, para instalação desta última a ala ficaria totalmente aberta, destruindo todas as salas e

---

<sup>413</sup> Proposta em Caderno de Encargos – Reservas: 500m<sup>2</sup>; Laboratório: 100m<sup>2</sup>. Proposta dos Projectistas – Reservas: 462m<sup>2</sup>; Laboratório: 79m<sup>2</sup>.

<sup>414</sup> Nos últimos anos, com a evolução da arqueologia de emergência ou preventiva, a quantidade de intervenções na cidade, em cinco anos, superou todas os trabalhos realizados desde o início do século XX.

<sup>415</sup> GIGANTE, José, *Memória Descritiva Concurso Limitado por Prévia Qualificação e Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro* (954723), 2000, p. 5.

<sup>416</sup> A cave destinada às reservas tinha um pátio de serviço enorme, ou seja construía-se a cave mas o espaço útil era diminuto.

inclusive abrindo quatro portas para a rua; na ala sul, na zona da antiga cozinha, localizar-se-iam os serviços educativos (onde abria também uma porta para nascente) e a sala do antigo refeitório seria utilizada para exposições temporárias; continuava-se na ala poente, aqui destruindo uma parede do edifício e criando uma grande nave que juntava a antiga escola de noviças e a antiga sala do capítulo; a antiga igreja seria destinada a auditório e o antigo coro-baixo para apoio e camarins.

No piso superior o edifício conventual ficaria destinado às exposições permanentes, com excepção de uma sala na ala nascente que serviria de circulação e de acesso ao elevador que se encontrava adossado a esta ala.

Os corpos novos situavam-se no prolongamento da ala poente e na zona sul junto à antiga cerca, destruindo a mesma; estes dois corpos serviriam respectivamente para reservas e gabinetes nos dois pisos.

Alterar a compartimentação do edifício conventual é a questão mais complicada deste projecto, bem como a construção de uma cave para instalação de reservas e de laboratórios. Num local onde o nível freático é alto e existe a possibilidade de inundações devido à proximidade da ria, não é muito aconselhável a realização de caves para conservar bens museológicos; por outro lado, a localização do laboratório de restauro na cave, sem luz natural, também não se adequa ao trabalho que aí seria desenvolvido.

#### **4.1.6 Ricardo Hartmann & Cristina Szilard Hartmann Arquitectos, Limitada e Isabel Aires e José Cid**

(Plantas 28 e 29)

A equipa define na Memória Descritiva que os conceitos estruturantes do projecto são os *de flexibilidade e de reversibilidade, assumidos como instrumentos chave no afinar da presente proposta*<sup>417</sup>. Aliás, o Programa Preliminar apresentado aos concorrentes já preconizava a adopção destes conceitos, remetendo os concorrentes para o espírito da Carta de Veneza.

Analisando a proposta vencedora, vamos encontrar no piso térreo do edifício conventual as exposições temporárias, um espaço polivalente, a cafetaria/bar, a loja e os serviços educativos; enquanto o piso superior é totalmente dedicado às exposições permanentes; apenas a antiga casa da abadessa, que se situa por cima da antiga sacristia, ficaria reservada para área de apoio à montagem<sup>418</sup>.

Relativamente aos corpos novos propunha-se construção de um novo auditório e do Centro de Documentação encostado à cerca, a nascente; a sul, as reservas, o laboratório e as áreas técnicas; a poente a portaria de serviço, a musealização das ruínas arqueológicas, a sala de pessoal e as reservas; paralelo ao novo corpo poente uma grande sala de reservas, sala de inventário, laboratório fotográfico, arquivo fotográfico e instalações sanitárias.

Face às condicionantes o projecto seguiu as indicações de demolição das construções dissonantes a sul e da construção nova, com uma linguagem diferenciada. Em nossa opinião não cumpriam a orientação que sugeria a valorização da cerca

---

<sup>417</sup> HARTMANN, Ricardo et ali, *Memória Descritiva Concurso Limitado por Prévia Qualificação e Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro (152837)*, 2000, p. 2.

<sup>418</sup> Estando concentradas as salas de exposição temporárias todas no piso térreo não é muito funcional localizar as salas de apoio à montagem no primeiro andar e distantes das escadas e do elevador.

conventual, porque esta ficava em grande parte obstruída pela construção do centro de documentação e auditório (a nascente) e de áreas técnicas e recepção de serviço (a sul).

Quanto à interferência no edificado a localização do elevador na ala oeste (no local onde existia a escada demolida nas obras da DGEMN que ligava o coro baixo ao dormitório) saindo no piso superior no interior de uma sala de exposição permanente, não foi a melhor solução. Outras duas localizações, menos bem conseguidas, foram a sala para o serviço educativo<sup>419</sup> e a cafetaria/ bar<sup>420</sup>.

#### **4.1.7 Os vários projectos – permanências e diversidades**

Façamos uma sùmula destes projectos e das condicionantes prévias. Passados estes anos e algumas reflexões sobre o assunto, importa referir que em relação ao programa de concurso e relativamente às áreas propostas para diversos serviços, estas estavam subdimensionadas.

Ora vejamos, para as áreas públicas, a destinada às exposições temporárias, previa apenas 350m<sup>2</sup><sup>421</sup>, na altura em que o concurso foi realizado o aumento era significativo, pois existia somente uma área de 73m<sup>2</sup><sup>422</sup>. Quanto às exposições permanentes no programa de concurso indicava-se 750m<sup>2</sup>, todos os concorrentes, com excepção da equipa de Carrilho da Graça, aumentaram a área e da dupla Hartmann e Cid propunha 1.081,97m<sup>2</sup>.

---

<sup>419</sup> A sala educativa ganharia em ter uma abertura directa para o logradouro (antiga cerca), possibilitando a articulação de actividades no exterior com o apoio de uma bancada com água, por isso a localização preferível seria a antiga cozinha conventual.

<sup>420</sup> Ver nota de rodapé n.º 407.

<sup>421</sup> Ver quadro VIII.

<sup>422</sup> Porque a Biblioteca Municipal funcionava na ala Sul do piso superior, ala posteriormente (2001) convertida, em parte, para exposições temporárias. Actualmente o museu possui 316,26m<sup>2</sup> de área de exposições temporárias e 748,63 de exposições permanentes.

Passando às zonas semi-públicas o programa de concurso não contemplava uma área para um Centro de Documentação, equipamento fundamental quer para o exterior, quer para investigadores residentes ou pessoal técnico. Apenas um concorrente colocou esta valência na sua proposta (Hartmann e Cid).

A área sugerida a concurso para serviço educativo também era reduzida, 35m<sup>2</sup><sup>423</sup>, contudo os concorrentes propuseram áreas maiores, sendo a equipa Carlos Guimarães e Soares Carneiro que definiram a área mais ampla – 112m<sup>2</sup>, demonstrando a percepção que tinham sobre a importância vital destes espaços num museu e sobre o que deve ser a função social o museu.

Quanto às áreas privadas, ou melhor de acesso condicionado, nomeadamente as reservas, os concorrentes diminuíram as mesmas, mas de forma pouco significativa, com excepção para a equipa Santa Rita, arquitectos que a aumentou. O programa previa que houvesse reservas nos dois núcleos – convento e fábrica – pelo que a área proposta era razoável para um horizonte temporal de dez anos.

Sobre a concepção espacial, dois concorrentes – Gonçalo Byrne e Carlos Guimarães - propunham uma nova entrada pelo Largo do Castelo, secundarizando a fachada principal do edifício conventual. Em termos de recuperação urbana criavam um novo pólo de interesse neste núcleo amuralhado, com a revitalização do largo. Funcionalmente, a entrada do museu ganhava importância, criando uma curiosidade maior no visitante para chegar ao edifício conventual.

Relativamente à distribuição de públicos as propostas apresentam soluções distintas, mas que se tocam, individualizando de forma clara o percurso das exposições temporárias das permanentes. Apenas um concorrente – Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro – instala salas de exposições permanentes e temporárias nos

---

<sup>423</sup> Ver nota de rodapé n.º 412.

corpos novos. Esta solução apresenta, por um lado, a vantagem de, em termos museológicos, poder ter salas mais flexíveis e neutras, por outro lado, em termos de valorização patrimonial impede que parte do edifício conventual seja visto pelo público.

Na localização dos espaços complementares, tais como a cafetaria, houve a preocupação clara desta funcionar de forma autónoma do museu, apesar de três propostas – Hartmann & Cid, José Gigante e Santa Rita – a localizarem no antigo edifício conventual, não nos parecendo uma boa opção, pelas implicações técnicas e práticas que um equipamento deste tipo acarreta e o que isso significa em termos de perdas patrimoniais.

As reservas também mereceram opções e propostas diferentes. Dois projectistas – Carlos Guimarães & Luís Soares Carneiro e Carrilho da Graça – instalaram parte das reservas no antigo edifício e a outra parte nos novos corpos a construir e um concorrente – Gigante – localizo-as numa cave. A opção de instalar as reservas no antigo edifício, em nossa opinião, iria interferir demasiado com o edifício, pela necessidade de instalação técnica que as mesmas exigem.

Deixamos para o fim, a questão que é a base deste trabalho, a leitura que fazemos das propostas em relação ao conceito utilizado para intervir no edifício. Houve em todos uma intenção clara de valorização do conjunto, mas algumas das soluções apresentadas pecam pela excessiva interferência no edifício conventual:

1. Alteração das antigas divisões conventuais, criando grande alas. Veja-se as propostas de José Gigante, Santa Rita Arquitectos e Hartmann & Cid que propõe a abertura da antiga ala poente, destruindo a antiga compartimentação. Ou a proposta de José Gigante para a ala nascente, abrindo-a totalmente para instalação da cafetaria.

2. A localização de novos acessos (elevadores e escadas) em dois dos projectos – Carlos Guimarães & Soares Carneiro e Hartmann & Cid, implantando a 1.ª equipa as escadas nos antigos coros (alto e baixo) e a última colocando o elevador a sair na sala junto ao coro baixo, onde se localizavam as escadas destruídas na obra a cargo da DGEMN. Outro acesso de escadas seria, da equipa de Carlos Guimarães & Soares Carneiro, na antiga casa da abadessa, com a ocupação da última sala.

3. A destruição ou obstrução da cerca. A proposta de José Gigante destrói mesmo uma parte da cerca (a sul), para a construção de um novo corpo, ou a proposta de Hartmann & Cid que localiza o centro de documentação e o auditório mesmo adossados à cerca.

4. Os corpos novos. Para além das situações descritas no ponto anterior, as situações que seriam muito impositivas eram as propostas de Gonçalo Byrne, com a criação de um corpo paralelo à ala sul do convento e a da equipa Carlos Guimarães & Soares Carneiro, com a construção de um novo corpo paralelo à ala nascente.

## 5. Nova proposta de reorganização (2006)

*Estas preexistências portadoras de História são o referente fundamental para a própria programação e balizamento das acções a desenvolver.*<sup>424</sup>

A necessidade de um programa de renovação para o museu surgiu da análise das condições de funcionamento e das deficiências diagnosticadas. Podemos afirmar que a situação se traduz na inexistência de um percurso claro de visita museológica. Os visitantes ao entrar no museu cruzam-se com percursos de peças e de pessoal. Mas a maior dificuldade é na leitura do percurso porque não é linear. Durante a visita é-se convidado várias vezes a entrar e a sair das salas para o claustro e no meio do percurso de visita às exposições de longa duração encontram-se salas de exposição temporária. A ideia de regularizar e ordenar o percurso está na base do novo programa.

Para além disso, a segunda premissa em que assenta o programa é a da necessidade de criação de novos espaços de reserva, de laboratórios, centro de documentação, serviço educativo, cafetaria e área técnica e administrativa. A terceira e quarta premissas prendem-se com as questões de adequação do edifício às pessoas com mobilidade reduzida e de climatização do edifício<sup>425</sup>.

---

<sup>424</sup> GUIMARÃES, Carlos, *op. cit.*, 2004, p. 592.

<sup>425</sup> Apesar da obrigatoriedade legislativa com a Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das pessoas com deficiência, n.º 123/97 de 22 de Maio e dos Decretos-Lei de regulamentação n.º 38/04, de 18 de Agosto e n.º 163/06 de 8 de Agosto e da nossa insistência em Planos de Actividades, especialmente em 2005 e 2006, ainda não está resolvida esta questão. Sobre a climatização do edifício deve-se referir que o museu beneficia do Programa de Apoio Técnico da Rede Portuguesa de Museus desde 2002. Apesar dos relatórios do Eng. Luís Elias Casanovas, não entendeu a tutela resolver esta questão, independentemente da obra. Esta matéria interfere bastante com o bom funcionamento do museu, no Verão há salas onde é impossível entrar devido ao calor, colocando em risco pessoas e objectos. Também não nos permite receber exposições com objectos mais sensíveis, pois as condições de climatização inviabilizam o empréstimo.

Intervir neste edifício implica uma equipa multidisciplinar e algum grau de complexidade face às preexistências. Programar implica estar consciente de que o programa deve adaptar-se ao edificado e não o seu inverso e que, para além disso, há limites para o crescimento deste equipamento, que se confinam à cerca conventual e à envolvente; outro aspecto a ter em conta é que a valorização do edifício é uma necessidade premente no percurso de visita.

Face a estas condicionantes importa referir que a nossa proposta quando fala de autenticidade, refere-se à definição incluída na Carta de Cracóvia (2000) como: *o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação actual, como resultado das várias transformações que ocorrem no tempo*<sup>426</sup>.

Pensamos que é essencial, antes de apresentar a nossa proposta, responder a algumas questões: o que fazer? para quem? como? e com que meios?

Estas questões são fundamentais porque a sua resposta viria a condicionar o programa elaborado. É claro para nós o que fazer primeiro, valorizar e dignificar o monumento; segundo, qualificar e adaptar o museu às novas exigências da museologia e da sociedade contemporânea.

É fundamental acima de tudo perceber para quem estamos a trabalhar, ou quem é o nosso receptor, este aspecto é crucial de modo a conseguir ir ao encontro das necessidades sentidas. Podemos, em termos gerais, dizer que estamos a trabalhar para dois tipos de públicos diferentes, o passante (estrangeiro ou português) e o residente (as comunidades)<sup>427</sup>. Esta percepção, basilar à partida, ajudar-no-á a

---

<sup>426</sup> Carta de Cracóvia, 26 de Outubro de 2000, Princípios para a conservação e o restauro do património construído retirado de LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito, *Património arquitectónico e arqueológico, Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, 2004, p. 295.

<sup>427</sup> Numa zona em que o *cluster* turismo-cultura-lazer é potenciado ao máximo, os nossos visitantes passantes são em número significativo. Para, não diríamos inverter, mas equilibrar estes números o

dimensionar os espaços de forma a poder servir melhor o nosso utente. Por outro lado, estes públicos diferenciados têm necessidades distintas quando visitam o museu, daí a importância de ter bem presente a pluralidade de expectativas que são exigidas à instituição. As comunidades precisam cada vez mais de referências, de criar raízes e de construir identidade e é nesse sentido que o museu deve desenvolver a sua actividade. Para que possamos responder claramente à pergunta para que existimos<sup>428</sup>? Existimos para estudar e valorizar um território; para legar valores, identidade e património; para promover, reforçar e dignificar as comunidades; para (re)construir memórias; para gerir memórias; para promover o espírito crítico e reflectir sobre a contemporaneidade.

Em relação ao como vamos actuar é uma questão que se pode desmultiplicar. Estamos perante dois factos importantes: um edifício que, em simultâneo, condiciona e valoriza a actuação; um percurso e projecto museográfico que têm vindo a ser realizados, desde 1998, mas que interferem na futura proposta, porque não é possível realizá-la *ex-nihilo* devido às condicionantes financeiras. Temos então que minimizar várias questões que interferem com o discurso que queremos implementar. Mas como? Concebendo fios condutores que permitam ao visitante quando sair não pensar em dez histórias, mas numa história – a da cidade e da região - contada com linguagens diferentes.

Para além disso existe uma última questão, o sabermos, à partida, com que meios podemos contar permite executar um programa e um projecto reais e

---

museu vem desenvolvendo desde 2004 um Programa de Intervenção Comunitária que, em parceria com outras instituições, vai criando hábitos de participação, de partilha e de conhecimento mútuos, com as várias comunidades. Estamos conscientes que é um trabalho que tem que ser sistemático e apoiado numa base sólida de investigação, que ainda está na sua infância e vai crescendo gradualmente.

<sup>428</sup> Uma preocupação da Nova Museologia que, hoje em dia, perpassa um pouco por toda a comunidade museológica, na tentativa de clarificar caminhos.

exequíveis. Esta proposta está condicionada ao novo Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013. Porém, em nosso entender, não havendo apoio financeiro é factível através da realização de um cronograma de trabalhos articulado e que integre anualmente o Plano de Actividades do museu. Assim, as prioridades seriam a questão das acessibilidades e da climatização do edifício, o restauro dos elementos pétreos do claustro, seguidas da construção do corpo de reservas e laboratórios e, por fim, o dos serviços administrativos.

Enunciadas as necessidades que se desejam supridas, detenhamo-nos na análise do projecto elaborado pela Divisão de Centro Histórico da Câmara Municipal de Faro, pelas Arqt.<sup>a</sup> Patrícia Malobbia e Goreti Ramos.

A opção programática, em que este projecto assenta, delineou a ideia de converter o antigo edifício exclusivamente para área pública e de instalar todos os serviços em novas edificações. Esta ideia está alicerçada na definição da Carta de Cracóvia: *o objectivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico (...) é o de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores*<sup>429</sup>.

Para além disso impunha-se a reabilitação da antiga cerca, como forma de valorizar o conjunto conventual.

Assim, para cumprir as linhas programáticas não nos poderíamos esquecer da condicionante de percurso que nos estava imposta à partida: jogar com as salas recentemente trabalhadas, ou seja, no piso térreo, a sala dos Caminhos do Algarve Romano (ala poente) e a sala do Mosaico (ala sul, esta pelo objecto) e no piso

---

<sup>429</sup> Carta de Cracóvia, 26 de Outubro de 2000, Princípios para a conservação e o restauro do património construído retirado de LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito, *Op. cit.*, 2004, p. 291 .

superior a sala de Pintura Antiga (ala poente). Analisando, por outro lado, a heterogeneidade de colecções que o museu encerra, optou-se por construir um discurso que tinha como base a ideia de “contar uma história” sobre *As raízes de uma região e a formação de uma cidade: Faro*.

Traçou-se, de seguida, um fio condutor que guiasse o visitante pelos espaços de modo a, por um lado, ir descobrindo a história que lhe queríamos contar e, por outro, o edifício que servia de contendor a esse discurso. Estamos perante uma proposta clássica, no sentido em que apresenta o seu discurso ordenado de forma cronológica.

Assim, no piso térreo (Planta 32), após a recepção/loja, o visitante é convidado a entrar na ala nascente e a percorrer quatro salas, começando com os aspectos geológicos do Algarve, passando depois para a percepção do território em época Pré-histórica, deste a Pré-história antiga (Paleolítico) à recente (Idade do Bronze) e finalizando na Proto-história e nos contactos com a civilização fenícia; sempre numa perspectiva de território, centrando-se depois no concelho de Faro. Após esta primeira parte o visitante é convidado a sair e, pela primeira vez, a tomar contacto com o claustro. Pode deambular, fruir e depois voltar a mergulhar no percurso pela história, entrando na época Romana, começamos mais uma vez pelo território, centrando-nos depois na *civitas* ossonobense e nas *villae* da sua dependência administrativa, focando depois o olhar na sociedade. Voltamos ao claustro e passamos à sala Caminhos do Algarve Romano onde, através de uma estrada, as pessoas são conduzidas pela cidade e pela sua necrópole.

No piso superior (Planta 33) o percurso continua pela ala nascente com o período Islâmico. Tal como nas outras épocas, o território e depois a cidade de Santa Maria e as suas gentes. Segue-se a época Medieval-cristã e Moderna, destacando a

renovação urbana promovida por D. Manuel (1499), a elevação de Faro a cidade (1540) e a transferência da Sé de Silves para Faro (1577), apresentando a cidade pelos olhos dos homens da época, como Henrique Sarrão, Gonçalo Delgado e Frei João de S. José e de algumas gravuras conhecidas.

A ala norte (a da Igreja, ocupada pela Sala Carlos Porfírio) ficaria dedicada à Sala da Cidade, onde em cada ano se abordaria um tema relacionado com a urbe e as suas gentes, incluindo também temas contemporâneos e polémicos, como por exemplo a construção da nova marina ou a reabilitação do passeio ribeirinho. Deste modo o museu deixava de ser encarado como um lugar onde só se fala de passado e passaria a contribuir para a reflexão e o exercício de cidadania das comunidades.

A visita prossegue com a Sala de Pintura Antiga que apresenta espécimes que vão do século XVI ao século XIX e onde se pode perceber o gosto das clientelas algarvias face às épocas expostas.

As exposições temporárias neste percurso ficam situadas, uma no piso térreo (antigo coro baixo) e as outras na ala sul do piso superior. Apesar de melhorar o percurso e de deixar de ser uma manta de retalhos, ficamos com alguns problemas que não conseguimos resolver face às condicionantes do edifício, mas acima de tudo devido às contingências das salas já museografadas e nas quais não se vai mexer.

Para além da área expositiva, o único espaço que ocupa o antigo edifício conventual é a sala de serviço educativo, que fica situada na antiga cozinha conventual e que tem acesso para as actividades exteriores, através de uma porta existente na parede sul.

Os corpos novos situam-se na continuação da ala poente do edifício conventual, paralelo à ala sul e no alinhamento da ala nascente, apesar de desligado, fazendo um novo “claustro”. Na ala poente, no piso térreo, fica situada uma sala de

reserva que estará incluída no percurso da visita, a sala de pessoal e a entrada de serviço; no piso superior ficam os serviços técnicos, administrativos e o Centro de Documentação. No corpo sul situam-se, em ambos os pisos, as reservas e no corpo nascente os laboratórios, bem como a cafetaria.

Em termos patrimoniais o antigo edifício conventual e a cerca ficam valorizados, sem nenhuma construção adossada. A questão das acessibilidades também fica salvaguardada com a colocação de um elevador junto da ala sul, não prevendo a intervenção qualquer interferência nos espaços conventuais. Esta opção foi tomada pela consciência de que ao longo do tempo este edifício já foi várias vezes readaptado e que seria preferível adaptar o conteúdo ao contentor e não o contrário, como se de uma construção nova se tratasse.

## **5.1 Espaços do convento a valorizar**

De acordo com a filosofia de acção seguida em que o conteúdo devia ser adaptado ao contentor e em que este devia ser valorizado de *per si*, iremos de seguida propor algumas iniciativas que contribuirão para a valorização do antigo edifício conventual e das suas distintas campanhas de obras.

Começemos pelas alas mais antigas – a norte e a poente – a primeira corresponde à antiga igreja, para este espaço há várias propostas: construir uma porta de reixa que separe o coro baixo do corpo da igreja<sup>430</sup>, a qual teria um efeito cénico/visual e, ao mesmo tempo, permitiria a sua abertura, quando fosse necessário; valorizar o pequeno locutório, situado na transição do coro baixo para o corpo da igreja, através da colocação de uma placa explicativa e da retirada do púlpito

---

<sup>430</sup> O actual cortinado devassa por completo a ideia de privacidade e clausura deste espaço.

proveniente da Igreja da Misericórdia, valorizando também a nave da igreja; ocultar a porta, que foi aberta nas obras da DGEMN, da capela-mor da igreja, através de um painel amovível que sirva, ao mesmo tempo de tela de projecção; restaurar a cúpula da capela-mor e o brasão do arco triunfal; junto da porta pública da igreja rebocar cantaria, repensar sistema de iluminação e som do espaço; realizar a limpeza da pedra do portal principal de acesso à igreja; colocar grades de reixa no mirante; repensar as janelas abertas, nas obras da DGEMN, em ambos os pisos na fachada virada para a Rua do Castelo.

Na ala poente, correspondente à sala do capítulo e escola de noviças, valorizar o portal principal de acesso à antiga sala capitular, através de legenda explicativa sobre as duas fases de construção aqui visíveis; o mirante, torre tardo gótica, provavelmente pré-existente, abri-la à visita ao público, possibilitando uma visão alargada sobre o edifício e sobre a cidade.

Na ala nascente situava-se a portaria conventual, com a roda e o palatário; sugerimos a realização de uma réplica da roda, onde em legenda explicativa se indicaria a sua função, a colocar no local ainda hoje existente; no piso superior realização de um trabalho de conservação e restauro do oratório, nomeadamente no tecto.

Na ala sul, valorização através da reconstituição da zona de fogo da antiga cozinha, visível através de uma porta de vidro entre a sala de exposição e a futura sala de serviço educativo.

No claustro, para além da necessidade de um novo projecto de arquitectura paisagística para o local, propomos novamente a recolocação do poço<sup>431</sup>. Mas um dos aspectos mais importantes a valorizar no claustro e a intervir, no mais curto espaço possível, é na consolidação dos elementos pétreos. Propomos ainda a realização de sondagens arqueológicas de diagnóstico no claustro com o objectivo de se perceber o sistema de drenagem das águas pluviais.

A cerca conventual é outro dos espaços que precisa de um trabalho de consolidação urgente. Para além disso, era extremamente interessante realizar sondagens arqueológicas para definir o limite da cerca conventual e confirmar (ou não) a possibilidade aqui levantada de a cerca inicial ocupar todo o quarteirão.

Corroborando tudo o que foi dito é necessário a realização de uma sinalética que informe e ajude na leitura do antigo edifício conventual, permitindo ao visitante a constante descoberta das antigas funções dos vários espaços.

Com a concretização das acções atrás enunciadas prestaríamos um melhor serviço a quem nos visita e dignificaríamos o Monumento Nacional. Importa pois fazer um cronograma para que possamos dizer que daqui a cinco, seis anos teremos um espaço mais valorizado e coerente.

---

<sup>431</sup> Esta proposta foi feita pelo Doutor Francisco Lameira, mas nunca concretizada. Já solicitámos ajuda ao Corpo de Bombeiros Municipais, que se mostrou disponível para fazer um exercício de treino no poço, para verificar se os esteios se encontram no fundo.

## Conclusão

Se acaso as coisas forem coisas em si mesmas  
Sem precisarem de ser percebidas, para quem serão belas essas coisas?  
E belas, para quê?<sup>432</sup>

A missão do investigador é perceber as “coisas” e dar-lhes sentidos e significados. Só através dessa constante procura se produz conhecimento. Chegou o momento de fazer o balanço do *inquérito* que nos propusemos inicialmente desenvolver. Em primeiro lugar, importa afirmar que após esta caminhada sentimos que valeu a pena a pesquisa e que isto é, de certeza, um ponto de chegada para novas partidas.

Propusemo-nos com este trabalho estudar o edifício do antigo convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro. Essa investigação condicionaria o programa museológico a elaborar. Outro ponto de partida foi o de que qualquer proposta que realizássemos estaria subordinada às seguintes premissas: o conteúdo devia adaptar-se ao contentor e deviam ser valorizados os vestígios das várias épocas de construção.

A ideia de fundar um convento em Faro está, em nosso entender, intimamente ligada com a questão da transferência da Sé de Silves para Faro, culminando com a elevação a cidade em 1540 e a transferência efectiva da Sé em 1577, na época do Bispo D. Jerónimo Osório.

A escolha do local para edificação do convento foi numa zona nobre da cidade, junto de uma das portas de entrada (a do Repouso) e num local semi-abandonado devido à expulsão dos Judeus em 1497, do qual a sua fundadora recebia

---

<sup>432</sup> GEDEÃO, António, *6 Poemas de António Gedeão*, Poemas das Coisas Belas, Lisboa: Edição de João Sá da Costa e Jornal Público, 1995.

direitos. O aproveitamento de pré-existências é comprovado pela leitura do edifício e pela documentação consultada.

A questão da fundadora do convento tem dividido a opinião de vários investigadores. Pensamos com este trabalho ter podido contribuir para uma leitura fundamentada (com os dados disponíveis até ao momento) sobre esta temática. Da análise desenvolvida, podemos resumir a acção das três Rainhas, relacionadas com a fundação e a construção do convento, do seguinte modo:

1. A Rainha D. Leonor de Lencastre, mulher de D. João II e irmã de D. Manuel, foi donatária da cidade de Faro desde 1491 até ao ano da sua morte em 1525. A esta Rainha se deve realmente o início da construção do convento, como aliás está evidenciado no camaroeiro que encima o portal da igreja e na escolha de Afonso Pires, oficial da casa da Rainha, para a realização do *risco*. Por outro lado, as terras onde o convento veio a ser edificado, o bairro da antiga judiaria, os direitos eram recebidos por esta soberana. É ela, sem dúvida, a fundadora do convento.

2. A Rainha D. Leonor d'Àustria, terceira mulher de D. Manuel, chega a Portugal em Novembro de 1518 e passa apenas cinco anos no nosso país. Os cronistas do século XVIII, como Frei Jerónimo de Belém, atribuem-lhe a fundação do convento em Faro. Efectivamente, esta Rainha só recebe as terras de Faro após a morte da irmã de D. Manuel e passa-as directamente para a sua irmã a Rainha D. Catarina.

3. D. Catarina d'Áustria, a mulher de D. João III e irmã de D. Leonor d'Àustria, recebe as terras de Faro em 1528 de sua irmã. A Rainha acha prioritário reiniciar as obras para a construção do convento e dedica-lhe muita atenção ao longo de toda a vida. Muitas vezes referida como a fundadora do convento, foi, certamente, a impulsionadora da fase mais significativa da sua construção. A ela se deve o envio das oito irmãs da

Madre de Deus para povoar o convento, no ano de 1541 e a homenagem à Rainha D. Leonor de Lencastre, mulher de D. João II, através da colocação do camaroeiro a encimar o portal da igreja.

Sobre a edificação do convento, que foi uma das partes fundamentais deste trabalho, foram definidas três fases de construção e três de reconstrução. As principais asserções podem ser resumidas do seguinte modo:

1. A primeira fase corresponde ao patrocínio de D. Leonor, mulher de D. João II e à intenção de duas irmãs de Beja – Maria das Chagas e Leonor Trindade - de edificar um convento da Ordem de Santa Clara na cidade de Faro. A data da fundação ronda os anos de 1518-19, de acordo com Frei Fernando da Soledade ou Frei Jerónimo de Belém. Nesta primeira fase começou-se a construir a ala norte, correspondente à igreja e a ala poente, onde se situaria a sala do capítulo e a escola de noviças no piso térreo e o dormitório principal no piso superior. A obra pára, provavelmente, por volta de 1525-26, após a morte da Rainha D. Leonor, irmã de D. Manuel.

2. A segunda fase inicia-se a partir de 1529, quando D. Catarina se torna donatária da cidade de Faro e se apercebe da necessidade de continuação das obras do convento. Esta campanha é marcada pela figura do arquitecto Afonso Pires; a quem nomeadamente se deve o portal da igreja, terminado em 1539 e o claustro, concluído em 1548. O portal de moldura rectangular e boas proporções clássicas, profusamente decorado e com um desenho inovador, apresentando uma moldura rectangular que serviu de inspiração a outros portais algarvios (Conceição de Faro e Quelfes). O claustro é composto por dois pisos, com quatro tramos por piso, separados por grossos contrafortes e com os cantos cortados obliquamente. Estamos perante uma nova tipologia de claustros, sendo que o de Faro e o da Hospedaria de Tomar são os cabeças de série, que

se prolonga até aos anos 90, do século XVI. Apresentando, apesar disso, no programa iconográfico alguns elementos arcaizantes, nomeadamente as gárgulas. Os anos de maior intensidade no estaleiro das obras são os da década de trinta e quarenta do século XVI. A entrada em clausura dá-se em 1548 mas as obras continuam e as contas fecham-se com Gaspar de Torres em Setembro de 1550.

3. Apesar das contas fechadas e da comunidade já estar a viver em clausura, um ano após o fecho das contas reiniciam-se as obras e uma nova fase. Nesta terceira etapa é quando se concluí a cerca e a portaria; equipamentos fundamentais para o correcto funcionamento de uma vida em clausura.

Em 1561 aparece como mestre de obras do convento Diogo Pires. A este mestre pedreiro, responsável pelas obras da Rainha na cidade de Faro, se deve a realização do alpendre para o portal principal da igreja, os arcos de reforço interno da igreja e uma janela aberta na zona da capela-mor, que apresentam semelhanças estilísticas. O fim destas obras ter-se-á dado em 1564.

4. Podemos concluir que, apesar das várias fases, trata-se de uma obra de conjunto, à qual estiveram ligados ao longo de 45 anos: Afonso Pires, mestre de obras, a trabalhar com ele os pedreiros António Gomes e Gomes Torres e a fechar esta empreitada renascentista Gaspar de Torres; na terceira fase temos Diogo Pires. Assim, a edificação do convento decorre nas épocas manuelina, de D. João III e nas Regências.

5. Abordou-se, em seguida, a questão das reconstruções de que o edifício foi alvo. Começando pela obra que ocorreu após a invasão inglesa, ocorrida em 1596, esta campanha centrou-se, sobretudo, na reparação da cerca, das alas do convento e dos elementos de madeira (chão e tecto), supomos que não houve reedificação estrutural.

No início do século XVIII iniciou-se uma nova campanha de obras. Dos trabalhos realizados destacamos a porta de acesso ao primeiro andar (1727) e a pavimentação da primeira sala da portaria (1731-31).

O edifício, em 1755, sofre uma grande derrocada com o terramoto, obrigando as freiras a viverem noutra lugar durante seis anos. Das obras realizadas de reconstrução destacamos a cúpula da capela-mor, o arco triunfal da capela-mor rematado por brasão (indecifrável) com decoração rococó, a cobertura da nave da igreja e os semi-arcos laterais destinados aos retábulos.

Em relação à análise formal dos vários compartimentos. Desse trabalho destacamos as asserções mais significativas trazidas para o estudo do edifício:

1. A tentativa de apresentar a configuração inicial da sala do capítulo.
2. A identificação do espaço para a escola de noviças e para as oficinas de labores. A primeira foi identificada pela documentação e a segunda no decurso das escavações arqueológicas realizadas em 2001.
3. A zona da portaria reaproveitou antigas construções, visíveis na inclinação da parede (actual W.C. público) e na documentação coeva, que indicava a compra de umas casas a Joana Simões, situadas no que *outrora fora judiaria*, para construção da portaria do convento.
4. A nova proposta de localização do dormitório de noviças, da enfermaria (junto à chaminé para aquecimento e virada a sul) e da sala de isolamento.
5. A localização da casa da abadessa na ala norte e de um pequeno oratório na ala nascente.

O estudo do edifício foi fundamental e imprescindível para desenvolver a segunda parte do trabalho, dedicada à análise das várias propostas de reconversão do antigo espaço conventual a museu.

Desde a primeira proposta, datada de 1964, há várias permanências que se verificam, devido à condicionante que o edifício nos impõe, a saber:

1. A antiga igreja foi sempre destinada a auditório ou sala polivalente, com excepção da proposta de Gonçalo Byrne que propunha o espaço para exposições temporárias.

2. O antigo coro-baixo, em todas as propostas analisadas, para exposições temporárias ou para apoio do auditório.

3. A ala nascente foi destinada a serviços, sendo que no Concurso Público Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro (2000) formularam-se para esta zona as mais diversas propostas, desde Serviços Educativos, Cafeteria, Reservas. As propostas das equipas Santa Rita Arquitectos e José Gigante abriam completamente esta ala, demolindo várias paredes conventuais.

4. No local da antiga cozinha, desde a proposta de 1995, foi pensada a adaptação do espaço a sala de recepções e a bar/cafetaria. Como referimos anteriormente não nos parece ser a melhor localização por ficar por baixo de um espaço destinado a exposições e por implicar muitos rasgos na parede.

5. O dormitório principal, o de noviças e o antigo coro alto foram sempre destinados a salas de exposições, com excepção da proposta de Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro que subdividia o antigo dormitório de noviças em enfermaria.

A análise detalhada das propostas a Concurso Público Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro (2000), basearam-se exclusivamente na

relação com os quatro princípios base: a adaptação do espólio ao espaço; o respeito total pelo existente, segundo o espírito da Carta de Veneza<sup>433</sup>; a valorização do edifício e das pré-existências e a reposição do perímetro da cerca conventual.

Das seis propostas analisadas os pontos que foram interpretados das mais variadas formas foram os da valorização das pré-existências e o da cerca conventual.

Assim, tendo em conta as orientações-base e as várias propostas destacamos o seguinte:

1. A equipa de Carilho da Graça Arquitectos propõe a demolição das construções incaracterísticas e a reposição das tipologias dos espaços originais e valoriza nitidamente a cerca.

2. A equipa de Gonçalo Byrne Arquitectos utiliza uma filosofia que propõe a continuação de diversos serviços no antigo espaço conventual, compartimentando por exemplo o antigo refeitório; a construção de um novo corpo muito próximo da ala sul do convento não o valorizando; de registar, contudo, um clara valorização da cerca.

3. A equipa de Santa Rita Arquitectos não obedece ao critério do respeito total pelo existente e de valorização das pré-existências, nomeadamente na proposta para o piso térreo da ala nascente, instalando as casas de banho em metade desta ala, nomeadamente na antiga sala da roda.

4. A equipa Carlos Guimarães & Soares Carneiro valoriza o espaço da antiga cozinha conventual musealizando-a; ocupa a ala nascente em ambos os pisos com utilizações de reservas no piso térreo e de serviços no piso superior.

5. A equipa de José Gigante, tal como a equipa de Santa Rita Arquitectos, não obedece ao critério do respeito total pelo existente, destruindo a configuração das antigas

---

<sup>433</sup> *Os novos acrescentos apenas podem ser tolerados se respeitarem todas as partes interessantes do edifício, bem como a sua localização tradicional, o equilíbrio da sua composição e as suas tradicionais relações com o meio envolvente* (artigo 13.º), LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito, *Op. cit.*, 2004, p. 106.

salas conventuais da ala nascente e tornando-a num espaço amplo. Por outro lado, destrói parte da cerca conventual, propondo a sua demolição para aí construir um novo corpo.

6. A equipa Ricardo Hartmann & Cristina Hartmann Arquitectos, Lta. e Isabel Aires e José Cid não cumpriram dois dos quatro critérios-base, ou seja não valorizaram a pré-existência, abrindo completamente a ala poente e não valorizaram o perímetro da cerca, adossando-lhe um edifício.

Para a parte final do trabalho, mais precisamente para a nossa proposta, o estudo inicial do edifício permitiu-nos uma leitura mais adequada do objecto a intervir. Sem um estudo sério do edificado a intervenção tornar-se-ia vazia e desprovida de qualquer sentido.

Tendo como base de trabalho o conhecimento do edifício, esta condicionou o novo programa nos seguintes aspectos:

1. Na valorização dos vários espaços conventuais, ou seja, o percurso do visitante e a maneira de dar a ver o edifício. Toda o discurso é construído para valorizar este primeiro objecto museológico que é o convento.

2. Na valorização da cerca conventual, não permitindo o adossar de nenhuma construção à cerca.

3. Na reconstituição de vários elementos , tais como a roda, a grade de separação da nave da igreja para o coro-baixo e as reixas do mirante; marcando sempre a diferença, permitindo que se perceba e que se trata de reconstituições e não de elementos originais.

Do que atrás ficou dito podemos afirmar que a intervenção no edifício deve ser sempre precedida de um estudo de História da Arquitectura que dê pistas e orientações de trabalho e que deve haver um dialogo constante entre historiadores da arte, arquitectos

e museólogos, para que todos em conjunto possam dar novos usos a um edifício histórico, não o desvirtuando completamente.

Chegados ao fim deste *inquérito* queremos ainda anotar algumas questões que nos parecem significativas. Muitas foram as pistas que não conseguimos seguir, por não se incluir no âmbito deste trabalho académico, mas que devem ser trabalhadas de futuro, nomeadamente a questão da realização de um estudo monográfico sobre Afonso Pires e Gaspar de Torres; a realização de um estudo comparativo dos principais monumentos do renascimento algarvio, para o qual o Prof. Horta Correia e os seus alunos em muito já contribuirão e o aprofundamento da questão das tipologias e da organização espacial, entre outros.

Para a segunda parte do trabalho também se podiam ter percorrido outros caminhos de investigação mas que não se enquadravam neste trabalho, nomeadamente na área da museologia, trabalhar sobre o programa museológico e a sua fundamentação regional bem como aprofundar a questão das acessibilidades ao monumento e ao museu, entre outros, constituem linhas de investigação a explorar.

Com todas as condicionantes que tivemos na elaboração deste trabalho podemos concluir, dizendo, que esperamos ter contribuído para o estudo, a valorização e a dignificação do antigo Convento de Nossa Senhora da Assunção.

## FONTES

A.N.T.T.

### **Corpo Cronológico Parte 1,**

Maço 23, Doc. 137, 19 de Novembro de 1518

Maço 39, Doc.76, 12 de Março de 1528

Maço 74, Doc. 101, 18 de Maio de 1544

Maço 77, Doc. 45, 01 de Dezembro de 1545

Maço 79, Doc. 96 e 97, 1548

Maço 80, Doc. 48, 7 de Março de 1548; Doc. 76, 20 de Abril de 1548; Doc. 106, 9 de Maio de 1548

Maço 81, Doc. 49, 18 de Setembro de 1548; Doc. 64, 16 de Outubro de 1548; Doc. 35, 61, 1548

Maço 83, Doc. 96, 28 de Fevereiro de 1550

Maço 85, Doc. 21, 1550

Maço 86, Doc. 70, 15 de Junho de 1551

Maço 87, Doc. 75, 79, Doc. 77, 1 de Fevereiro de 1552; Doc. 89, 10 de Fevereiro de 1552

Maço 88, Doc. 30, 16 de Maio de 1552

Maço 89, Doc. 112, 16 de Março de 1553

Maço 92, doc. 60

Maço 93, doc. 42, 1545

Maço 95. doc. 62

Maço 98, Doc. 72, 27 de Maio de 1556

Maço 104, Doc. 23, 9 de Maio de 1560

Maço 107, Doc. 72, 27 de Junho de 1565

### **Corpo Cronológico Parte 1I**

Maço 246, Doc. 15, 18 de Janeiro de 1557

### **ADF**

Programa de Concurso Público e Caderno de encargos da empreitada de restauro e adaptação a Museu do Convento de Nossa Senhora da Assunção, em Faro – 4.<sup>a</sup> fase, 25 de Agosto de 1969, 1Cp – Série M/ A.3 – ADF

A.D.F. Pasta 146 Maço 8 – 28 de Maio de 1839

A.D.F. Pasta 146 Maço 7 – 21 de Junho de 1841

A.D.F. Pasta 146 Maço 7 – S.D.

A.D.F. Maço 8 Pasta 146 – S.D.

### **BMF**

Ascensão, Soror Inês d', *A Regra de Santa Clara do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Faro*, século XVI.

B.M.F. Livro de Registo da Câmara MNS. Fl. 27, 27V – 12 de Agosto de 1713

Exposição da Câmara para a aquisição do Convento de Nossa Senhora da Assunção, 1958, 1Cp – Série D/A.22

ADF, DFDFAR/146, *Relação das Igrejas e Capelas dos extintos Conventos deste Bispado do Algarve que nos termos do Decreto de 20 de Junho de 1834 e Instruções devem ser conservadas ou profanadas, 1 de Agosto de 1835.*

## **Jornais**

“Incêndios”, *O Algarve*, n.º 1159, Faro: editor Ferreira da Silva, 27 de Junho de 1930, p. 2.

“O incêndio das fábricas Greiner, Limitada e Artur Andrade C.<sup>a</sup> Lda.”, *Correio do Sul*, n.º 696, Faro, 22 de Junho de 1930, p. 1.

“O Convento de Freiras esteve mais uma vez em perigo”, *Correio do Sul*, Faro, 5 de Agosto de 1948.

FRANCO, Mário Lyster, “Congresso regional algarvio”, *O Herald*, Semanário Republicano Democrático, 31 de Outubro de 1915, ano IV, n.º 2 (301), p. 1.

## **Bibliografia**

### **Bibliografia Geral**

ALMEIDA, Fortunato de, *História de Igreja em Portugal*, vol I, II, III, Porto: Livraria Civilização. 1970..

ANDRADA, Francisco de, *Crónica de D. João III*, Porto: Edições Lello, 1976.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, Círculo de Leitores, 2000-2002, vols.1-3.

- BARBOSA, Ana Lúcia, “O Mosteiro de N. S. da Saudação de Montemor-o-Novo: contributos para uma proposta de recuperação”, *Conversas à volta dos conventos*, Évora: Casa do Sul Editora, 2002, p. 115-120.
- BEJA, Nuno, “Transcrição de documentos relativos à História do Algarve”, *Anais do Município de Faro*, vol. XIX/XXX, 1999-2000, p. 209-247.
- BENEVIDES, Francisco Fonseca, *Rainhas de Portugal: estudo histórico*, tomo I, II, Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1878.
- BRAGA, Isabel M.R. Mendes Drumond, “As terras algarvias da Rainha D. Catarina: Elementos para o seu estudo”, *Anais do Município de Faro*, vol. XXIII, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1993, p. 185- 197.
- BRANCO, Manuel, “Datação e autoria da Igreja da Graça de Évora e do túmulo de D. Afonso de Portugal”, *Cadernos de História da Arte*, n.º I, Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, 1991, p. 139-163.
- BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura Monacal en Occidente*, Barcelona: Barral Editores, 1975.
- BRITO, Salustiano Lopes de, “Da Villa de Faram à Cidade de Faro”, *Anais do Município de Faro*, vol. XXV, Faro: Câmara Municipal de Faro, p. 85-96.
- CAETANO, Joaquim de Oliveira, “A fundação do Convento das Chagas”, *Revista Monumentos*, n.º 6, Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Março de 1997, p. 44-47.
- CALADO, Margarida, “ O Convento de S. Francisco da cidade de Lisboa”, *Conversas à volta dos conventos*, Évora: Casa do Sul Editora, 2002, p. 189-205.
- CANDEIAS, Maria Reis, *Os inventários da Casa da Rainha D. Catarina de Áustria*, vol I, Lisboa: dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras, 1960.

- CARAPINHA, Aurora, “Paisagem e espiritualidade”, *Conversas à volta dos Conventos*, Évora: Casa do Sul Editora, 2002, p. 109-113.
- CARVALHEIRA, Ana Maria, “O Convento de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa: identificar a localização dos espaços regulares”, *Património Estudos*, vol. 6, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2004, p. 69-81.
- CHAVES, Luís, *Os Pelourinhos Portugueses*, Gaia: Instituto de Coimbra e Edições Apolino, 1930.
- CRAVEIRO, Lurdes, *O Renascimento em Coimbra: modelos e programas arquitectónicos*. Dissertação de Doutoramento, policopiado, Coimbra, 2002.
- COELHO, António Borges, *Quadro para uma viagem a Portugal no século XVI*, Coleção Universitária, Lisboa: Caminho, 1986.
- CORREIA, José Eduardo, *Liberalismo e Catolicismo o Problema Congraganista, 1820-1823*, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974.
- CORREIA, José Eduardo Horta, “Arquitectura – maneirismo e estilo chão”, *História da Arte em Portugal*, vol. 7, Lisboa: Alfa, 1986.
- CORREIA, José Eduardo Horta, *Arquitectura Portuguesa. Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- CORREIA, José Eduardo Horta, “André Pilarte no Centro de uma escola regional de arquitectura quinhentista”, Separata do *IV Simpósio Luso Espanhol de Arte*, Coimbra, 387-398, 1987a.
- COSTA, Alexandre, SEABRA, Clara e NUNES, Sara, “O que nos diz a história”, *Terramoto de 1755 no Algarve*, Faro: Centro de Ciência Viva, 2005.
- CUNHA, Mafalda Soares da Cunha, *Imagem, Parentesco e Poder, A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1990.

CUNHA, Mafalda Soares e FONSECA, Teresa (ed.), *Os Municípios no Portugal Moderno, Dos forais manuelinos às reformas liberais*, Lisboa: Edições Colibri, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2005.

DIAS, José Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso em Portugal*, Tomo I e II, Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos, Universidade de Coimbra 1960.

DIAS, José Sebastião da Silva, *A política cultural da época de D. João III*, 2 vol., Coimbra: Universidade de Coimbra e Instituto de Estudos Filosóficos, 1969.

DIAS, João José Alves, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, col. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

DIAS, Pedro, *A Arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença 1490-1540*, Coimbra, dissertação de doutoramento, 1982.

DIAS, Pedro, *A arquitectura Manuelina*, Porto: Editora Civilização, 1988.

Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura, Verbo, Edição Século XXI, 1998.

ESPANCA, Túlio, “Mosteiros de Vila Viçosa”, *A Cidade de Évora*, n.º 53-54, Évora: Câmara Municipal de Évora, 1970-71, p. 15-148.

FARIA, Francisco Leite de, *Santa Clara e as Clarrisas em Portugal*, Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Presidência do Conselho de Ministros e Secretaria de Estado da Cultura, 1994.

FONSECA, Jorge, “Senhores e escravos no Algarve (1580-1700)”, *Anais do Município de Faro*, vol. XXVI, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1996, p. 151-176.

FRANÇA, José Augusto, *Tomar, Cidades e Vilas de Portugal*, Lisboa: Editorial Presença, 1994.

FRANCO, Mário Lyster, “Breve Notícia da Presença dos Judeus no Algarve”, *Separata dos n.º 2998 a 3001 do Correio do Sul*, 1978.

GALEGO, Júlia e DAVEAU, Suzanne, *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento Cartográfico*, Col. Memórias do Centro de Estudos Geográficos, n.º 9, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, INIC, 1986.

GARCIA, João Carlos, “A percepção do espaço numa corografia seiscentista do reino do Algarve”, *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa: Universidade de Lisboa, 5.ª série, n.º 6, 1986.

GODINHO, Vitorino Magalhães, “Portugal no começo do século XVI: instituições e economia”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 4, Julho-Dezembro, Lisboa: Editora Sá da Costa Editora, 1979, p.75-88.

GOMES, Paulo Varela, “Igrejas de Conventos de Freiras na Arquitectura Portuguesa”, *Actas do II Colóquio Luso Brasileiro de História da Arte*, vol. O Barroco, Ouro Preto 1993/96, p. 69-88.

GOMES, Paulo Varela, “Arquitectura de mulheres, mundo de homens, intervenções da DGEMN em edifícios de mosteiros femininos extintos (1930-1950)”, *Catálogo da Exposição Os Caminhos do Património DGEMN*, Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Livros Horizonte, 1999, p. 83-98.

GOMES, Paulo Varela, “As Igrejas Conventuais de Freiras Carmelitas Descalças em Portugal e algumas notas sobre Arquitectura de Igrejas de Freiras”, *Separata da Revista Museu*, IV Série, n.º 9, Lisboa: Círculo Dr. José Figueiredo, 2000, 83-98.

GOMES, Paulo Varela, “A Fachada pseudo-frontal nas igrejas monásticas femininas portuguesas”, *Conversas à volta dos conventos*, Évora: Casa do Sul Editora, 2002, p. 229-242.

GOMES, Saul António, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro da Vila da Batalha (séculos XIV a XVII)*, Documenta, Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico, IV vols., 2002.

GOMES, Paulo Varela, “Aspectos do Classicismo na Arquitectura Portuguesa dos séculos XVI e XVII”, *Anais do VI Colóquio Luso-Brasileiro de História de Arte*, vol. II, Rio de Janeiro, 2004, p. 607-633.

GONÇALVES, Joaquim Cerqueira, “Filosofia e Teologia da vida religiosa: pobreza, habitação e ecologia”, *Conversas à volta dos conventos*, Évora: Casa do Sul Editora, 2002, p. 25-34.

GRAÇA, Luís Maria Pedrosa dos Santos, *O Convento de Cristo*, Lisboa: Edição Elo, Publicidade e Artes Gráficas Limitada, 1991.

GUEDES, Lívio da Costa, “Aspectos do reino do Algarve nos séculos XVI e XVII – A «Descrição» de Alexandre Massai (1621)”, Separata do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1988.

GUIMARÃES, Vieira, *O Claustro de D. João III em Tomar*, Edições Pátria, Gaia, MCMXXXI.

GUERREIRO, Manuel Viegas e MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Duas Descrições do Algarve do Século XVI – Frei João de São José, Corografia do Reino do Algarve (1577) Henrique Fernandes Sarrão, História do Reino do Algarve (circa 1600)”, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, n.º 3, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1983.

HAUPT, Albrecht, *A Arquitectura do Renascimento em Portugal* (edição original 1890-1895), Lisboa: Editorial Presença, 1986.

HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

- IRIA, Alberto, *Da importância geopolítica do Algarve, na Defesa Marítima de Portugal, nos séculos XV a XVIII*, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1976.
- KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã entre as especiarias e os diamantes 1521-1706*, Lisboa: Vega, 1988.
- LALANDA, Maria Margarida de Sá Nogueira, *A admissão aos mosteiros de Clarissas na ilha de S. Miguel (séculos XVI e XVII)*, Açores: Universidade do Açores, 1987 (policopiado).
- LAMEIRA, Francisco, *O Muralhas de Faro*, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1993 (desdobrável).
- LAMEIRA, Francisco, *O Paço Episcopal*, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1995 (desdobrável).
- LAMEIRA, Francisco, *A Misericórdia de Faro*, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1995a (desdobrável).
- LAMEIRA, Francisco, *A Arte na História da Cidade*, Faro: Câmara Municipal de Faro, 2001.
- LAMEIRA, Francisco, *O Castelo de Faro*, Faro: Câmara Municipal de Faro, 2003 (desdobrável).
- LOPES, Félix, “O culto da Ordem de Santa Clara em Portugal”, *Colectânea de Estudos*, IV, 1953, p. 359-362.
- LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia ou Memoria Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, (Prefácio de Isabel Vargues), Faro: Algarve em Foco Editora, 2 vol., 1988 (Lisboa, Edição Fac-simile da Academia das Ciências de 1841).
- LOPES, João Baptista da Silva, *Memórias para a história ecclesiastica do Bispado do Algarve*, Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1848.

LOUREIRO, Francisco de Sales de Mascarenhas, *Uma jornada ao Alentejo e ao Algarve: a alteração das linhas de força da política nacional*, Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa: Edição Cosmos, 1970.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650, Esboços e Problemas”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 5, Lisboa, 1980, p. 15-57.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Panorama social e económico do Algarve na época de D. Jerónimo Osório”, *Anais do Município de Faro*, vol. XI, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1981, p. 55-65.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Os régios protagonistas do Poder”, *História de Portugal*, vol. 3 No Alvorecer da Modernidade, Lisboa: Editorial Estampa (Direcção José Mattoso), 1993, p. 513-573.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “O assalto dos ingleses a Faro em 1596”, *Estudos Anglo-Portugueses. Livro de Homenagem a Maria Leonor Machado de Sousa*, Lisboa: Edições Colibri, 2003, p. 233-234.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Tavira no Algarve do século XVI”, *Tavira Território de Poder*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, Câmara Municipal de Tavira, 2003, p. 213-220.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A meio do reino do Algarve: Faro, séculos XVI-XVII”, *Revista Monumentos*, n.º 24, Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, 2006, p. 18-23.

MARQUES, João Alberto de Carvalho Marques, “Inventário das Livrarias dos Extintos Conventos”, *Anais do Município de Faro*, vol. XIX, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1989, 233-273.

MATEUS, Isa da Luz, “A Igreja de São Sebastião de Quelfes”, *Anais do Município de Faro*, vol. XXVII/XXVIII, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1997-1998, p. 225-294.

MENDES, António Rosa, “A vida Cultural”, *História de Portugal no Alvorecer da modernidade* (coord. Joaquim Romero Magalhães), Lisboa: Edições Estampa, 1993, p. 375-421.

MENDES, Isabel Maria Ribeiro, “A Casa da Rainha D. Catarina e as dávidas ao Clero”, Separata da Revista *Itinerarium*, ano XXXV, n.º 133-134, Braga: Editorial Franciscana, 1989.

MONFORTE, Frei Manuel de, *Chronica da Província da Piedade: primeira capucha de toda a Ordem & Regular Observância de nosso Seraphico Padre S. Francisco*, Lisboa: ed. Officina de Miguel Deslandes, 1696.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003 (2.ª edição).

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”, *História de Portugal, O Antigo Regime*, vol. 4, (Dir. José Mattoso, Coord. António Manuel Hespanha), Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 333-380.

MOREIRA, Rafael, *Jerónimos*, Lisboa: Verbo, 1987.

MOREIRA; Rafael, “D. Miguel da Silva e as origens da arquitectura Renascentista em Portugal”, *Arte no Mundo*, II Série, I, Lisboa, 1987.

- MOREIRA, Rafael, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A encomenda régia entre o “moderno” e o “romano”*, 2 vol., Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de Doutoramento, policopiado, 1991.
- MOREIRA, Rafael, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, *História da Arte Portuguesa*, Dir. Paulo Pereira, vol. 2, Lisboa: Temas e Debates, 1999, p. 303-376.
- MOREIRA, Vítor João de Sousa, “Sismicidade Histórica de Portugal Continental”, *Separata da Revista do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica*, Março de 1984, Lisboa: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, 1985.
- MOURÃO, José Augusto, “A Comunidade como prática do lugar de Interlocação”, *Conversas à volta dos conventos*, Évora: Casa do Sul Editora, 2002, p. 51-67.
- MUCHAGATO, Jorge, *Jerónimos: memória e lugar do Real Mosteiro*, Lisboa: Edições Inapa, 1997.
- OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa: União Gráfica, 1968 (4.<sup>a</sup> edição).
- PAIS, Alexandre Nobre e CAMPOS, Teresa, “As Obras de Arte como marcações simbólicas do espaço no convento da Madre de Deus, em Lisboa”, *Conversas à volta dos conventos*, Évora: Casa do Sul Editora, 2002, p. 69-83.
- PAULA, Rui e PAULA, Frederico, *Evolução Urbana e Património*, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1995.
- PEREIRA, Camacho (org. e edição), *Tempos Idos, Algarve, Ex-libris*, Lisboa, 1972.
- PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heráldico, Numismático e Artístico*, vol. III, Lisboa: João Romano Torres e C.<sup>a</sup>, 1907.
- PEREIRA, Gabriel, *Documentos históricos da cidade de Évora*, Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda (apres. Humberto Baquero Moreno), 1998.

PINTO, Carla Alferes, *A Infanta D. Maria de Portugal. O mecenato de uma princesa*, Lisboa, 1998.

PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal, II, Estremadura, Alentejo e Algarve*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1927 (edição fac-simile).

RODRIGUES, Tânia, “A evolução Urbana da cidade”, *Revista Monumentos*, n.º 24, Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, 2006, p. 24-31.

RODRIGUES, Teresa Ferreira, “As estruturas populacionais”, *História de Portugal*, vol. 3 No Alvorecer da Modernidade, Lisboa: Editorial Estampa (Direcção José Mattoso), 1993, p. 197-241.

ROSA, José António Pinheiro e, “As Muralhas de Faro”, *Anais do Município de Faro*, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1975, p. 59-129.

ROSA, José António Pinheiro e, “Inscrições Antigas e Modernas da Cidade de Faro”, *Anais do Município de Faro*, n.º XI, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1981, p. 95-190.

ROSSA, Walter, "A Cidade Portuguesa", *História da Arte Portuguesa*, vol. 3 (Direcção Paulo Pereira), Lisboa: Temas e Debates, 1999, p.233-323.

SAGREDO, Diogo (1541), *Medidas del romano*, Edição facsimilada de 1541, Lisboa: Imprensa Nacional, 1915.

SANTANA, Daniel, “O Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira”, *Revista Monumentos*, Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, p. 125-133.

SARRÃO, Henrique Fernandes, “História do Reino do Algarve (cerca de 1600)”, *Revista de História Económica e Social*, Cadernos n.º 3, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1983.

SERRÃO, Vítor, “A Arte Algarvia dos séculos XVI-XVII”, *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, (coord. Maria da Graça Maia Marques) Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 225-226.

SERRÃO, Vítor, “A Arquitectura renascentista algarvia: do «modo romano» ao Maneirismo”, *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, (coord. Maria da Graça Maia Marques) Lisboa: Edições Colibri, 1999a, p. 233-236.

SERRÃO, Vítor, “O Património Artístico do Algarve durante a Idade Moderna (1500-1800)”, *Anais do Município de Faro*, 97-98, vol. XXVII/XVIII, Faro: Câmara Municipal de Faro, 2000, p. 13-34.

SERRÃO, Vítor, *História da Arte em Portugal. O Renascimento e o Maneirismo (1500-1620)*, Lisboa: Editorial Presença, 2002.

SIMÕES, João Miguel, “Arte e Espiritualidade no Convento das Flamengas ao Calvário, em Lisboa”, *Conversas à volta dos conventos*, Évora: Casa do Sul Editora, 2002, p. 35- 50.

SOUSA, António Caetano, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 2 e 3, Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, Ld.<sup>a</sup>, 1950.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos (Dir.), *Ordens Religiosas em Portugal Das origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

SOUSA, Ivo Carneiro de, *A Rainha D. Leonor Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2002.

TEIXEIRA, Pedro, *El Atlas del Rey planeta: la descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos*, Ed. Felipe Pereda e Fernando Marías, Hondarribia: Nerea, D.L., 2002.

TERENO, Maria do Céu Simões, “O Convento de Nossa Senhora da Graça em Évora”, *Conversas à volta dos Conventos*, Évora: Casa do Sul Editora, 2002, p. 273-286.

SERLIO, Sebastião, *D’Architettvra*, 4 livros, 1531.

SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, s/d.

SOLEDADE, Frei Fernando, *História Seráfica Chronologica da Ordem de São Francisco na Província de Portugal*, IV Parte, Lisboa: Lisboa Occidental, Officina de Domingos Gonsalves, MDCCXXXVII, 1737.

SOUSA, Maria de Fátima Pires, *O primitivo convento de Santa Clara de Bragança*, Trabalho de Seminário do Curso de Estudos Portugueses, Universidade do Algarve, policopiado, 2000.

URBANO, Luís, “A Arquitectura dos Conventos Femininos: correntes de investigação”, *Murphy Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, p. 150-163.

VALENÇA, Manuel, “ Presença Franciscana em Faro – séc. XVI-XX”, *Anais do Município de Faro*, vol. XXVII/ XVIII, Faro: Câmara Municipal de Faro, p. 35-114.

VALENTE, Teresa, *O espaço das igrejas dos conventos das Clarissas da Província dos Algarves*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa, Universidade do Algarve, 2007 (policopiado).

VIDIGAL, Luís, “Mil Cidadãos Meridionais: Poder político e sistemas de representação: Eleições na Cidade de Faro em 1901”, *Anais do Município de Faro*, vol. XVIII, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1988, p.71-142.

VIGNOLA, Giacomo Barozzi, *Breve tratado das cinco ordens de arquitectura*, Coleção Teorias e Fontes da Arquitectura, Lisboa: Estar Editora, 2000.

XAVIER, António Manuel, *Das cercas dos Conventos Capuchos*, Évora: Casa do Sul, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2004.

VITERBO, Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos Engenheiros e Construtores Portugueses ao serviço de Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1899-1922.

### **Bibliografia específica convento**

BELEM, Frei Jerónimo, *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observancia do nosso seráfico padre S. Francisco*, parte IV, Lisboa: Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1758.

CORREIA, José Eduardo Horta, “A Architectura Algarvia do século XVI ao século XIX, tentativa de caracterização”, *IV Congresso do Algarve*, vol. 2.º, Racal Clube, 1986a.

CORREIA, José Eduardo Horta, *A Architectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, Lisboa: Publicações Ciência e Vida, n.º 2, 1987.

CORREIA, José Eduardo Horta, “A importância dos colégios universitários na definição dos claustros portugueses”, *Universidade(s)*. História, Memória, Perspectivas, separata, Coimbra, 1991a.

CORREIA, José Eduardo Horta, “Os Colégios Universitários na definição das tipologias dos Claustros Portugueses”, *Revista Monumentos*, n.º 8, Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, p. 15-19.

FRANCO, Mário Lyster, *O Algarve*, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, Exposição Portuguesa de Sevilha, 1929.

FRANCO, Mário Lyster, *Algarve Guia Turístico*, Faro: Revista Internacional, 1944.

LAMEIRA, Francisco, *O Convento de Nossa Senhora da Assunção*, desdobrável, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1997.

MARQUES, João Alberto de Carvalho, *O Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro*, 3 vol., Dissertação de Mestrado em História da Arte, policopiado, 1990.

MARQUES, João Alberto de Carvalho Marques, “O Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro”, *Cadernos de História da Arte*, n.º I, Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, 1991, p. 81-100.

ROSA, José António Pinheiro e, “O mais representativo monumento da cidade de Faro”, Separata dos *Anais do Município de Faro*, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1978.

ROSA, José António Pinheiro e, *Uma figura dos Descobrimentos e uma obra do Renascimento*, Actividade local paralela à XVII Exposição, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1983.

SANTOS, Honorato, *Memória: O Antigo Mosteiro das Freiras na cidade de Santa Maria \_ Faro*, Lisboa, 1943 (manuscrito).

### **Bibliografia específica 2.ª parte trabalho**

AA.VV, *Iniciação à Museologia*, (Coord. Maria Beatriz Rocha-Trindade), Lisboa: Universidade Aberta, 1993.

AA.VV, *Ideologias do Património e Intervenção Arquitectónica*, II Encontro Nacional de História da Arquitectura, Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Arquitectura, 1994.

AA.VV, *Projecto de Reestruturação dos Museus Municipais – Museu de Faro*, Faro: Gabinete de Gestão e Reabilitação do Património, Câmara Municipal de Faro (policopiado), Janeiro 2000.

AA.VV, *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Rede Portuguesa de Museus, 2005.

AA.VV, *Criterios para la Elaboración del Plan Museológico*, Madrid: Ministerio de Cultura, Secretaría General Técnica, Museus Estatales, 2005.

ALMEIDA, João, “ O Convento das Bernardas, em Lisboa”, *Conversas à volta dos Conventos*, Évora: Casa do Sul Editora, 2002, p. 263-272.

APPLETON, João, “Recuperação construtiva de edificios conventuais: da teoria à prática”, *Conversas à volta dos Conventos*, Évora: Casa do Sul Editora, 2002, p. 253-262.

BARATA, Filomena, “Algumas reflexões sobre o Património”, *Património Estudos*, vol. 3, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, p. 100-105.

BARRANHA, Helena, “A Arquitectura do Museu: entre a invenção do presente e a (re)construção da memória”, *Actas do Colóquio Adaptação de Edifícios Históricos a Museus*, Faro: Câmara Municipal de Faro, 2005, pp. 11-24.

BOITO, Camillo, *Conserver ou restaurer Les dilemmes du patrimoine*, (Apresentação de Françoise Choay), Paris : Les Éditions de l’Imprimeur, Collection Tranches de Villes, 2000.

BOTTO, Joaquim Pereira, *Glossário Critico dos principaes monumentos do Museu Archeologico Infante D. henrique ornado com a planta de Milreu (Estoi) e respectiva interpretação iconographica*, Faro : Typographia E. Seraphim, 1899.

BYRNE, Gonçalo, *Memória Descritiva Concurso Limitado por Prévia Qualificação e Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro (162049)*, 2000, p. 1-6.

CALADO, Luís, PEREIRA, Paulo e LEITE, Joaquim Passos, “Falando com franqueza: a salvaguarda do Património e os seus (enormes) problemas”, *Património Estudos*, vol. 1, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001, p. 103-107.

CALADO, Luís Ferreira, PEREIRA, Paulo e LEITE, Joaquim Leite, “O regresso dos monges, Intervenções do IPPAR em conjuntos monásticos”, *Património Estudos*, vol. 2, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, p. 05-22.

CAMACHO, Clara, “O Panorama Museológico do Algarve e a Rede Portuguesa de Museus”, *Museal*, n.º 1, Faro: Museu Municipal de Faro, 2006, p. 08-25.

CARRILHO, António, *O Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, subsídios para a sua história*, Tese de Mestrado apresentado à Universidade de Évora, 2002 (policopiado).

COELHO, Maria João Pinto, “Intervir no património Conceitos e opções”, *Urbanidade e Património*, URBE/ IGAPHE.

COUTO, Rui, *Memória Descritiva da obra do Convento de Nossa Senhora da Assunção*, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1955, policopiado.

FERNANDES, José Manuel, “Panorâmica da conservação, protecção, reabilitação e requalificação em Portugal. Exemplos e temas”, *Urbanidade e Património*, URBE/ IGAPHE, 1998.

FOLGADO, Deolinda, “O sagrado e o profano num dialogo patrimonial: reflexão inicial sobre instalações fabris em conjuntos monásticos”, *Património Estudos*, vol. 2, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, p. 104-108.

FONTES, Luís, “Intervenções em conjuntos monásticos: o contributo da arqueologia”, *Património Estudos*, vol. 3, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, p. 129-132.

FRANCO, Gonçalo, *Memória da obra do Convento de Nossa Senhora da Assunção*, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1964, policopiado.

FRÓIS, Vírginia (coord.), *Conversas à volta dos conventos*, Casa do Sul Editora, 2002.

GASPAR, Jorge, “Os espaços conventuais e o metabolismo da cidade”, *Conversas à volta dos Conventos*, Évora: Casa do Sul Editora, 2002, p. 87-93.

GIGANTE, José, *Memória Descritiva Concurso Limitado por Prévia Qualificação e Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro (954723)*, 2000, p. 1-10.

GOMES, Paulo Varela, “Arquitectura de mulheres. Mundo de homens. Intervenções da DGEMN em edifícios de mosteiros femininos extintos (1930-1950)”, *Caminhos do Património*, Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Livros Horizonte, 1999, p. 83-98.

GRAÇA, João Luís Carrilho da, *Memória Descritiva Concurso Limitado por Prévia Qualificação e Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro (749506)*, 2000, s/páginas.

GUILLAUME, Marc, *A Política do Património*, Lisboa: Campo das Letras, 2003.

GUIMARÃES, Carlos e CARNEIRO, Luís Soares, *Memória Descritiva Concurso Limitado por Prévia Qualificação e Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro (312870)*, 2000, p. 1-11.

GUIMARÃES, Carlos, *Arquitectura e museus em Portugal: entre a reinterpretação e a obra nova*, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004.

HARTMANN, Ricardo et alli, *Memória Descritiva Concurso Limitado por Prévia Qualificação e Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro* (152837), 2000, p. 1-36.

HERDADE, João, “Alguns casos práticos de adaptação de edifícios históricos a museus”, *Actas do Colóquio Adaptação de Edifícios Históricos a Museus*, Faro: Câmara Municipal de Faro, 2005, pp. 25-64.

HENRIQUES, Paulo, “Metamorfoses da função do convento de Nossa Senhora da Madre de Deus ao Museu Nacional do Azulejo”, *Conversas à volta dos Conventos*, Évora: Casa do Sul Editora, 2002, p. 311-321.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca, *Manual de Museologia*, Madrid: Editorial Síntesis, 1998.

LAMAS, António Ressano Garcia, “Salvaguarda e valorização do património construído. Prioridades na definição de uma política de património”, *Curso de Recuperação e Valorização de Edifícios e Conjuntos Históricos*, Lisboa: FUNDEC, 1998, p. 18-23.

LAMBERRINI, Daniela, “Restauro Arquitectónico e Pesquisa Histórica”, *Arquitectura e Engenharia Civil: Qualificação para a Reabilitação e a Conservação*, Lisboa: GECORPA, 2000, 69-75.

LAMPUGNANI, Vitorio Magnano e SACHS, Angeli (coord. Cat.), *Museus para o novo milénio, Conceitos, Projectos, Edifícios*, Alemanha: Prestel Editora, 1999.

LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito, *Património arquitectónico e arqueológico, Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

MALRAUX, André, *O Museu Imaginário*, Lisboa: Edições 70, 2000.

MARADO, Catarina Almeida, “O «destino» dos antigos espaços conventuais da cidade”, *Revista Monumentos*, n.º 24, Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, 2006, p. 32-41.

MARADO, Catarina Almeida, *Antigos Conventos do Algarve, Um percurso pelo património da região*, Lisboa: Edições Colibri, 2006.

MARTIN, Marcelo, “Sobre el necessário vinculo entre el patrimonio y la sociedad Reflexiones criticas sobre la interpretación del Patrimonio”, *Património Estudos*, vol 1, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001, p. 25-37.

NABAIS, António, “Programação Museológica e Museográfica”, *Lugar em Aberto*, Lisboa: Revista da Associação Portuguesa de Museologia, 2004.

NETO, Maria João Baptista, *Memoria, Propaganda e Poder, O restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto Publicações, 2001.

NOGALES BASARRATE, Trinidad e ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José Maria (eds.), *Museos Arqueológicos para el siglo XXI*, Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2002.

PAULO, Dália, “A (re)organização do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique”, *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, Dezembro, Lisboa: Rede Portuguesa de Museus, 2004, p. 111-14.

PAULO, Dália, “Estudo de caso: o Museu Municipal de Faro após a sua adesão à RPM”, *Actas das Jornadas de Lagos*, 2004, no prelo.

PAULO, Dália “A propósito da realização do colóquio adaptação de edifícios históricos a museus”, *Actas do Colóquio Adaptação de Edifícios Históricos a Museus*, Faro: Câmara Municipal de Faro, 2005, p. 6-7.

PAULO, Dália, “O Museu Municipal de Faro: uma abordagem critica”, *Museal*, n.º1, Faro: Câmara Municipal de Faro, 2006, p. 34-47.

PAULO, Dália, “Fábrica da Cerveja Portugália e Convento das Freiras: estudo do edifício e projecto de adaptação a Museu Municipal”, *Monumentos*, n.º 24, Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, 2006, p. 148-155.

PEREIRA, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos Silva, “O Museu Archeológico do Algarve (1880-1881), Subsídios para o estudo da Museologia em Portugal no século XIX”, *Anais do Município de Faro*, vol. IX e X, 1979 e 1980, p. 159-286 e 125-218.

PEREIRA, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos Silva, *Estácio da Veiga Cientista Algarvio, Pioneiro da Arqueologia em Portugal*, Estudos Algarvios, XVII, Lisboa: Casa do Algarve em Lisboa, 1984.

PEREIRA, Paulo “Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História”, *Intervenções no Património 1995-2000, Nova Política*, coord. Paulo Pereira, Lisboa: Ministério da Cultura. Instituto Português do Património Arquitectónico, 1997, p. 13-25.

PEREIRA, Paulo “ As grandes edificações (1450-1530)”, *História da Arte Portuguesa* (Dir. Paulo Pereira), vol. 2, Lisboa: Temas e Debates, 1999.

PEREIRA, Paulo, “«Lugares de passagem» e o resgate do tempo”, *Património Estudos*, vol. 1, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001, p. 6-16.

PIMENTEL, Cristina, *O Sistema Museológico Português (1833-1991)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia e Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2005.

ROSA, José António Pinheiro e, “Comemoração do 25.º Aniversário da Inauguração da Colecção de Arte «Ferreira de Almeida», 24 de Março de 1969”, *Anais do Município de Faro*, vol. I, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1969, p. 205-210.

ROSA, José António Pinheiro e, “Museus para quê? Para quê o meu museu? (Arqueológico do Infante D. Henrique – Faro)”; *Actas do Colóquio APOM*, Figueira da Foz, 1975, p. 135-139.

ROSA, José António Pinheiro e, *Guia dos Museus Municipais* (em quatro línguas), Separata dos Anais do Município, vol. XI, Faro: Câmara Municipal de Faro, 1982.

SANTA RITA, *Memória Descritiva Concurso Limitado por Prévia Qualificação e Internacional para Remodelação e Ampliação do Museu de Faro* (462801), 2000, p. 1-5.

SANTOS, Helena Rodrigues, “Os museus, centros de desenvolvimento da cultura regional”, *Actas do 5.º Congresso do Algarve*, Albufeira: Racal Clube, 1988, p. 343-348.

SANTOS, Helena Rodrigues (1991), Projecto de Reestruturação Museológica do Museu Arqueológico de Faro “Um novo rosto para o Museu Municipal”, policopiado, p. 1-7.

SARAMAGO, José, “O director e o seu museu”, *Viagem a Portugal*, Lisboa: Editorial Caminho, 12.ª edição, 1996.

SOROMENHO, Miguel e SILVA, Nuno Vassalo, “Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos” *Dar Futuro ao passado*, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1993, p. 22-71.

VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio da, *Memória das Antiguidades de Mértola*, Lisboa, 1880.

ZABIANUR CARREÑO, Francisco, *Curso de Museología*, Gijón: Ediciones Trea, S.L., 2004.